

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TESE DE DOUTORADO

**OS LARGOS DA CIDADE DE PORTO ALEGRE:
A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E AS APROPRIAÇÕES ALTERNATIVAS**

ROSIÉLE MELGAREJO DA SILVA

ORIENTADOR: PROF. DR. PAULO ROBERTO RODRIGUES SOARES

Porto Alegre, dezembro, 2016.

Silva, Rosiéle Melgarejo da

Os largos da cidade de Porto Alegre: a produção do espaço e as apropriações alternativas. / Rosiéle Melgarejo da Silva. - Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2016.

[201 f.] il.

Tese (Doutorado).- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Porto Alegre, RS - BR, 2016.

Orientador(es): Paulo Roberto Rodrigues Soares

1. Largos. 2. Espaço público. 3. Porto Alegre. 4. Produção do espaço. I. Título.

CDU 911

Catálogo na Publicação
Biblioteca Instituto de Geociências - UFRGS
Miriam Alves CRB 10/1947

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TESE DE DOUTORADO

**OS LARGOS DA CIDADE DE PORTO ALEGRE: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E AS
APROPRIAÇÕES ALTERNATIVAS**

ROSIÉLE MELGAREJO DA SILVA

ORIENTADOR: PROF. DR. PAULO ROBERTO RODRIGUES SOARES

Banca Examinadora:

Álvaro Heidrich (POSGEA/UFRGS)
Cláudia Zeferino Pires (POSGEA/UFRGS)
Heleniza Ávila Campos (PROPUR/UFRGS)
Charles Monteiro (PPGH/PUCRS)

Tese de doutorado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em
Geografia como requisito para obtenção
do título de doutora em Geografia.

Porto Alegre, dezembro, 2016.

À todos aqueles que persistem
cotidianamente, faça chuva ou faça sol
nos largos da cidade de Porto Alegre
perpetuando outras formas de vivenciar a cidade.

AGRADECIMENTOS

Ninguém desenvolve uma pesquisa sozinha, e por isso se faz importante esse espaço de agradecimentos. Assim, todo o leitor identificará ao ler a dimensão do coletivo de pessoas que colabora para que por traz do nome do autor existam muitos outros nomes. Sem essas pessoas que vou agradecer nesse momento, nada disso seria possível.

Primeiramente, gostaria de agradecer enormemente meus pais, pois eles sempre compreenderam minhas ausências ou presenças parciais, com os dias divididos com o estudo para que esse trabalho fosse concluído. Sem o apoio e incentivo deles, não existiria a energia para recomeçar a cada desgaste ou desestímulo.

Existe uma segunda pessoa, que mesmo tendo chegado no desenvolvimento do trabalho, não foi menos importante. Essa pessoa é o meu companheiro. O que seria do desenvolvimento e finalização dessa pesquisa, sem sua atenção, sem a compreensão, o amor, ou aquele sanduíche que chega enquanto se escreve? Chegou em minha vida e em pouco tempo conseguiu recarregar minhas energias.

Não podem faltar agradecimentos a todos os amigos próximos que sempre torceram para que esse dia da conclusão chegasse, com satisfação e orgulho do desenvolvimento feito durante esses anos. Sem amigos e amigas que se tem por perto, um trabalho de pesquisa, como esse sofreria de muitas dificuldades e até o abandono. Pois nada se sonha sozinho, ele é compartilhado e por isso realizável.

A bolsa de estudos, da qual me foi concedida também foi muito importante, e agradeço a universidade por essa oportunidade. Viver em um país em que boa parte de seus pesquisadores é trabalhador, faz da bolsa de estudos um fator muito importante no apoio para que os estudos se realizem.

É preciso agradecer ao professor Paulo Roberto Rodrigues Soares pela dedicação, incentivo e compreensão com momentos mais conturbados que afetaram o rendimento. Fico feliz em saber que na Universidade Pública persistem professores com uma perspectiva da educação próxima da minha.

E por fim agradecer todos que indiretamente participaram com conversas, correções, opiniões, indicações de leitura ou mesmo com um conselho para que fosse possível a realização desse material. Esse trabalho não é só meu, por isso é escrito na primeira pessoa do plural.

Não se encontra o espaço,
é sempre necessário construí-lo.
BACHELARD, G. (1934)

RESUMO

Com este trabalho pretende-se refletir a produção do espaço dos largos, frente ao universo dos espaços públicos contemporâneos. A tese é a de que os espaços públicos dos largos se constituíram como redutos de apropriações alternativas. Assim, divergente da lógica das “revitalizações urbanas”, pautadas na especulação imobiliária, os largos resistiram e consolidaram uma produção do espaço de caráter popular. Além disso, o desenvolvimento do trabalho apresenta uma proposta metodológica que perpassa os conceitos norteadores da Geografia a fim de ampliar e tornar múltipla a apropriação teórica. Assim, através do conceito de paisagem, espaço, território e lugar, os largos trazem a tona uma realidade clandestina e subterrânea da vida social dos espaços públicos.

Palavras-chave: largos; espaço público; Porto Alegre; produção do espaço.

ABSTRACT

With this work we intend to reflect the production of the space of the “square”, in front of the universe of contemporary public spaces. The thesis is that the public spaces of the “square” were constituted as redoubts of alternative appropriations. Thus, divergent from the logic of "urban revitalizations", based on real estate speculation, the squares resisted and consolidated a production of the space of popular character. In addition, the development of the work presents a methodological proposal that crosses the guiding concepts of Geography in order to broaden and make multiple the theoretical appropriation. Thus, through the concept of landscape, space, territory and place, the squares” bring to light a clandestine and subterranean reality of the social life in the public spaces.

Key-words: squares; public spaces; Porto Alegre; production of space.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ágora Grega	27
Figura 2: Fórum Romano	28
Figura 3: Metodologia	43
Figura 4: Colagem de Folders de propaganda	50
Figura 5: Largo GlênioPeres	52
Figura 6: Largo Zumbi dos Palmares	54
Figura 7: Largo Esquina Democrática	55
Figura 8: “Passado através da Fotografia”	64
Figura 9: “Seu nome já foi Costa do Sol”	65
Figura 10: “Defesa das tradições da Praça da Alfândega”	66
Figura 11: “A Praça da Alfândega e a Praça Cultural”	67
Figura 12: Largo GlênioPeres	69
Figura 13: Largo GlênioPeres	70
Figura 14: Largo dos Medeiros	71
Figura 15: Largo dos Medeiros	72
Figura 16: Largo da Epatur	73
Figura 17: Largo da Epatur	73
Figura 18: Largo da Epatur	74
Figura 19: Largo da Epatur	74
Figura 20: Largo da Epatur	75
Figura 21: Mágico “Tio Tony”	76
Figura 22: Largo da Epatur	77
Figura 23: Largo GlênioPeres	80
Figura 24: Largo Zumbi dos Palmares	101
Figura 25: Largo Zumbi dos Palmares	102

Figura 26: Largo Zumbi dos Palmares	102
Figura 27: Largo Zumbi dos Palmares	103
Figura 28: Largo Zumbi dos Palmares	104
Figura 29: Largo GlênioPeres	107
Figura 30: Largo GlênioPeres	109
Figura 31: Largo GlênioPeres	112
Figura 32: Largo Zumbi dos Palmares	125
Figura 33: Elemento Gráfico	130
Figura 34: Largo GlênioPeres	134
Figura 35: Largo GlênioPeres	135
Figura 36: Largo GlênioPeres	136
Figura 37: Anfiteatro Pôr do Sol	137
Figura 38: Largo Zumbi dos Palmares	146
Figura 39: Elemento Gráfico	158
Figura 40: Largo GlênioPeres	161
Figura 41: Largo GlênioPeres	169
Figura 42: Largo GlênioPeres	169

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Mapa da localização dos largos do século XIX	35
Mapa 2: Mapa dos largos de Porto Alegre	48

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
-------------------------	-----------

CAPÍTULO 1

O ESPAÇO PÚBLICO COMO CONDIÇÃO PARA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	17
---	-----------

1.1. A geograficidade do espaço público	19
1.2. O espaço público: alguns conceitos	20
1.3. Em busca de uma definição de largo: a multiplicidade do/nos largos	29
1.4. A definição de largo	31
1.5. A trajetória histórica dos largos	34
1.6. O método: a busca de um conceito de globalidade	40
1.7. Os largos no contexto socioespacial de Porto Alegre	46
1.8. O Largo Jornalista Glênio Peres	51
1.9. O Largo Zumbi dos Palmares	53
1.10. O Largo Esquina Democrática	55

CAPÍTULO 2

A PAISAGEM DOS LARGOS: A ESCRITA DE DIFERENTES FORMAS DE PRODUZIR O ESPAÇO.....	57
--	-----------

2.1. A paisagem produzindo espaço	58
2.2. A memória paisagem dos largos	62
2.3. A memória resgatada na paisagem produz espaço e história	78
2.4. A cena que compõe a paisagem	82

CAPÍTULO 3

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E O ESPAÇO PRODUZIDO	87
--	-----------

3.1. A produção do espaço público dos largos	89
3.2. A multiplicidade na produção dos largos	95
3.3. As crônicas que o espaço dos largos revelam	97

3.4. A crônica de uma moradora de rua	98
3.5. A crônica de um comerciante	105
3.6. A crônica de um artista	110
3.7. A produção do novo olhar sobre os largos	114

CAPÍTULO 4

LARGOS TERRITÓRIOS: PEQUENOS ESPAÇOS ONDE A APROPRIAÇÃO COLETIVA SOBREVIVE

4.1. A concepção privatista de habitar a cidade	120
4.2. A capilaridade das relações de poder	125
4.3. A vigilância e o controle	131
4.4. O potencial relacional	139
4.5. O território polifônico e a territorialidade volátil	143
4.6. A produção dialética do espaço dos largos a partir da perspectiva territorial	147

CAPÍTULO 5

O LUGAR DO LARGO: A CHAVE PARA CONEXÕES E DIVERSAS ESCALAS

5.1. O lugar do largo	151
5.2. Uma proposta metodológica para o estudo de largo	154
5.3. Primeira proposição: o lugar residual da cidade	159
5.4. Segunda proposição: os largos como proposta de vivenciar a cidade	162
5.5. O direito à cidade	166

CONSIDERAÇÕES FINAIS

PARA FINALIZAR, VIVENCIAR E SE APROPRIAR

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....

ANEXOS

ANEXO 1

ANEXO 2

ANEXO 3	186
ANEXO 4	188
ANEXO 5	190
ANEXO 6	193
ANEXO 7	195
ANEXO 8	198
ANEXO 9	200

INTRODUÇÃO

A Geografia precisa constantemente se renovar. Já que o espaço, seu objeto de estudo, se transforma cotidianamente. Essa mudança, ainda, varia em ritmos, com momentos de drásticas transformações, e em outras menos explícitas. Porém, sempre em movimento. Esse é o pressuposto do qual partimos para analisar o espaço contemporâneo. Diversas dimensões, perspectivas e condições espaço-tempo necessitando de análises mais aprofundadas.

Aprofundar uma reflexão não significa uma intensa descrição, ou uma grande especialização no assunto. Pensar sobre, no nosso entendimento é ampliar as ideias iniciais, e o que se tem de estudo sobre o tema. Ou seja, refletir não necessariamente exige um conhecimento descritivo detalhado do assunto, e menos ainda se resumiria a isso. Refletir exige da nossa concepção o exercício de relacionar, conectar, aproximar relações, cruzar poderes, por exemplo. A intersecção deve ser o objetivo a medida que emergimos na realidade tratada.

E nisso a Geografia pode colaborar muito nesse exercício de descortinar as relações de poder impressas e expressas no espaço. O espaço é resultado disso, ao mesmo tempo em que interage como agente de transformação histórico. É no caminho de uma teoria da Geografia não-determinista que esse trabalho pretende ser um colaborador. E será através da reflexão dos espaços públicos dos largos da cidade de Porto Alegre que essa opção teórica e metodológica se realiza nos próximos capítulos.

Os largos são espaços públicos que aparecem pouco nos meios de comunicação e de mídia como lugares de descanso, de lazer, ou mesmo de passagem. Porém, quando o assunto é manifestações políticas, culturais ou informais, os lugares que mais se relacionam com essas atividades são os largos da cidade. Assim, o questionamento que norteou a pesquisa foi se esses lugares seriam meras superfícies escolhidas, por sua posição mais distante dos instrumentos de controle e vigilância, ou se realmente ali um potencial espacial para esse tipo de atividade se gestou.

O objetivo da pesquisa é analisar a dimensão dos largos na produção dos espaços públicos da cidade de Porto Alegre. Como dimensão entende-se tratar de uma leitura dialética

do espaço, que é composta por uma dimensão física e outra subjetiva ou das ações e práticas socioespaciais. Dessa forma, pretendemos analisar as relações de poder que as estruturas materiais urbanas, a lógica de mercado e as diferentes apropriações sociais, desde movimentos sociais organizados como de indivíduos independentes, exercem sobre a produção desses espaços públicos. A investigação apontou destaque para três largos em específico, que desenvolveram alto nível de apropriação por parte das coletividades e movimentos sociais, que são: Largo Esquina democrática, Largo Glênio Peres e Largo Zumbi dos Palmares.

Ao começar os estudos dos largos da cidade de Porto Alegre, e ao aprofundarmos na realidade dos estudos de caso, que foram o Largo Glênio Peres, Largo Esquina Democrática e Largo Zumbi dos Palmares percebemos a necessidade de uma metodologia de estudo própria para esses lugares ímpares no contexto dos espaços públicos da cidade. Assim, precisávamos de uma metodologia que fosse propositiva para outros estudos e pesquisas sobre o assunto, e colaborasse para que essa tese de doutorado não fosse resultado de um generalizante entendimento de um espaço público da cidade de Porto Alegre.

Dessa forma, o que se apresenta nos próximos capítulos é o resultado da intersecção de um questionamento sobre qual é o papel dos largos, de uma proposta metodológica e de um posicionamento teórico alinhado com a Geografia não determinista. O resultado não foi um trabalho sobre as paisagens dos largos somente, ou do território dos largos. Nossa saída para ampliar essa concepção relacional foi tratar das paisagens, dos espaços, territórios e lugares dos largos, para com isso, e nessa sequência trilhar um caminho que possa ser feito por outras perspectivas de estudo.

No primeiro capítulo foi necessário apresentar o tema dos largos, a diversidade de suas realidades e os estudos de caso, por onde insistentemente permanecemos muitas horas observando, conversando e entrevistando. Com isso reunimos um pouco do passado e do presente a fim de começarmos a construir as pontes e relações. Mas com isso percebemos as barreiras e muros imateriais que cercam esses espaços, sobre o seu universo interno.

Muitas chaves foram encontradas para transpor essas barreiras a fim de ganhar intimidade com os largos, principalmente dos estudos de caso. A primeira chave se encontra no segundo capítulo e abre as portas da paisagem e assim da realidade sensível dos largos. Com o uso do conceito da paisagem refletimos desde o momento que fixamos no cotidiano, até suas representações, nem sempre visíveis. A segunda chave o leitor encontra no terceiro

capítulo e está em poder do espaço, pois com ele podemos repensar nossa concepção de produção do espaço dos largos na contemporaneidade.

A terceira chave acessou o conceito de território, e através dele encontramos as geometrias de poder, e assim conhecendo melhor os agentes que interferem na produção do espaço. A quarta e última chave, tratada no quinto capítulo debate através do conceito de lugar, as multiplicidade das escalas vistas a partir do largo. O local e o global se cruzam potencializando o largo como o lugar dos usos e apropriações alternativas da cidade de Porto Alegre.

Com esses indícios do desenvolvimento da pesquisa o leitor está mais preparado e disposto a ampliar os horizontes, concordando ou não, sobre a diversidade de possibilidades que a cidade pode ofertar. Mudar a perspectiva de visão é um primeiro passo para formas mais integradoras de entendimento da produção do espaço da cidade.

CAPITULO 1

O ESPAÇO PÚBLICO COMO CONDIÇÃO PARA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A cidade de Porto Alegre vivenciou, no ano de 2013, uma sequência de manifestações que estão sendo consideradas como um marco na história das mobilizações da cidade. Isso porque essas últimas manifestações reuniram um número de pessoas acima do comum. Estima-se que pelo menos seis mil pessoas saíram as ruas no dia 04 de abril deste ano para manifestar-se contra o aumento da tarifa de ônibus. A última vez que havia se registrado esses números foi na mobilização em repúdio ao atropelamento em massa de ciclistas em março de 2011, que reuniu em torno de duas mil pessoas.

Aliado a isso ficou em evidência a preferência de certos lugares da cidade para concentração antes das manifestações, pontos de chegada, pontos de encontro e até de fuga nos casos em que ocorreram enfrentamentos entre manifestantes e a polícia. Essas escolhas não aconteceram aleatoriamente e nem se restringiram a esse ano. Essa preferência é uma construção histórica de identidade que os movimentos sociais, artísticos e de uma rede de trabalho informal construiu de longa data. Boa parte dessa identidade na cidade de Porto Alegre se deu com os largos, o que aponta para alguma qualidade específica desses espaços para explicar a preferência.

Os espaços públicos, em tese, são espaços qualificados pelo privilégio do uso e apropriação coletiva e política. Porém quando aprofundamos a análise desses espaços, percebe-se que não devem ser tratados como uma simples soma de lugares, pois suas propriedades divergem enormemente em função da localização, das relações de poder que as permeia e de como as coletividades se apropriam. Assim, quais as qualidades quanto aos usos e apropriações que fazem desses largos, espaços de preferência para as coletividades?

Além da evidente centralidade que esses lugares em específico oferecem para essas apropriações citadas, existem outras nuances entre os lugares e os grupos que se apropriaram. Os largos são formas urbanas que revelam conteúdos marcados no tempo, nos eventos ocorridos nestes lugares que transformam o viver do espaço da cidade e do mundo. Mas assim como os espaços públicos não são homogêneos, os largos também se caracterizam por uma diversidade. E sendo assim, alguns largos, como o Largo Esquina Democrática, Largo Glênio Peres e Largo Zumbi dos Palmares se destacam no modo de participação desse momento de grandes manifestações. Mas seriam os largos simples superfícies escolhidas para as atividades políticas da cidade ou um espaço com o status de condição para realização qualificada dos atos?

1.1. A geograficidade do espaço público

O pensamento geográfico que possui uma matriz que remonta o século XVIII com Emanuel Kant, e adentrou o século XIX com Karl Ritter e Humboldt precisa constantemente ser recordado e debatido conforme o contexto de espaço-tempo. Pois são essas reflexões que constituem a identidade geográfica. Isso não se faz somente através de estudos aprofundados sobre a epistemologia da Geografia, que possuem enorme valor, mas devem ser tomados como exercício do geógrafo ao se apropriar dos conceitos geográficos em nossas pesquisas.

A falta de atenção com a epistemologia da Geografia se traduz numa dificuldade de se identificar e de compreender a identidade geográfica. Essa concepção não deve ser produto, nem incentivar um encerramento das concepções e teorias em si mesmo, limitando-as a área da Geografia. Ao invés disso ela deve permitir que se tenha o entendimento da fundamentação no decorrer histórico dos conceitos norteadores da Geografia contemporânea. Pois desconhecer a sua própria história é não se reconhecer no espaço-tempo.

O conceito de espaço público não possui uma história longa na Geografia, pois ele é recente nos debates dessa área. E por estar se explorando um terreno ainda pouco tratado, é que se faz necessários alguns cuidados por parte da Geografia. Um primeiro cuidado é que fragmentar o conceito de espaço público de outros temas e conceitos debatidos na escola geográfica compromete a percepção e compreensão das relações de poder que permeiam esse espaço, que também se faz paisagem, assim como lugar e território.

Buscar no discurso da Geografia Clássica, que abrange durante o século XVIII/XIX as matrizes do pensamento geográfico e que foi consolidada a concepção geográfica, ou no discurso da Geografia Moderna, a partir da segunda metade do século XX, sob influência das transformações das Revoluções Industriais não é tarefa simples. Somos fruto do acúmulo da Geografia Moderna e Clássica que é posta em desconstrução-reconstrução frente às transformações da sociedade contemporânea.

Assim, os desafios que a sociedade contemporânea coloca para o pensamento geográfico se fazem mais presente como motor desse movimento, do que de necessidades propostas teoricamente. Ou seja, o cuidado de debater paisagem, território e lugar aliados ao conceito de espaço é para trazer a tona os elementos que podem indicar que tipo de espaço público é esse que se apresenta neste momento. O que é o espaço público hoje? E quem se

apropriada dele, ou de fora intervém em diversos níveis das relações de poder? Os largos são espaços públicos com características que divergem do espaço público habitual? Estariam com eles respostas sobre nossas questões que comprometem, ou simplificam nosso entendimento desses lugares?

Nossa tarefa como geógrafos e geógrafas é dar continuidade a luta de reafirmar uma teoria geral da Geografia, que não a encerre nem a privilegie frente a outras áreas do conhecimento. Uma teoria global, como deve ser, mas construída com as realidades específicas de cada proposta. O que vai ser debatido a seguir é a categoria geográfica por excelência, o espaço, posto a prova pelas tensões de uma fina teia de relações advindas do conceito de espaço público.

Homens e mulheres não ocupam o espaço puramente. Essa ocupação revela uma relação, que produz história dialeticamente. E o espaço público posto dessa forma, estudado a partir de uma perspectiva geográfica, revela a geograficidade da realidade contemporânea e uma produção do espaço, no caso da área urbana de Porto Alegre, reveladora de uma história pouco tratada.

1.2.O espaço público: alguns conceitos

O caminho que a concepção de espaço público trilhou para chegar ao entendimento que existe dele na contemporaneidade é longo. Isso não quer dizer que exista um consenso na atualidade para o que se entende por espaço público, mas sim que ele foi efeito de uma evolução do conhecimento e do processo histórico para se chegar ao debate que ocorre nos dias atuais.

Dois caminhos foram trilhados de maneira separada para se unirem na contemporaneidade, uns percorridos pela concepção de público e um segundo pelo de espaço. Não vai ser posto em questão qual desses ocorreu primeiro, se o de público ou de espaço. Ambos possuem um longo caminho, mas o processo de renovação de cada um se deu em momentos diferentes e sua união em uma ideia de espaço público se construiu mais recente, se comparado com a história de cada um em separado. E se for confrontar com a história da Geografia, esse debate se mostra mais recente ainda. O esforço a seguir vai ser de elucidar, inicialmente de forma ampla, esses caminhos trilhados. Será construído um quadro amplo e

resumido que será aprofundado no desenvolvimento da tese. Mas que será suficiente para compreender as influências teóricas da pesquisa.

A concepção de público começa inicialmente ligada ao de esfera. Na vida em sociedade a prática de um espaço público e privado já se evidencia na Grécia, porém os debates de como esses espaços se construíram e foram sendo transformados no decorrer do processo histórico foi um debate posterior. Assim, na filosofia contemporânea, que iremos considerar como as produções ocorridas a partir dos anos de 1950 até os dias atuais, a esfera pública surge, como um tema central em alguns debates. Não está se levando em conta trabalhos que contemplaram indiretamente ou inseridos dentro de outras discussões, quanto ao que se entende por esfera pública. Foram privilegiados os trabalhos que tiveram como centro da produção teórica a esfera pública, suas construções e contradições.

A filosofia contemporânea vai contar com dois autores com citações recorrentes no tema, a Hannah Arendt (1906-1975) e Jürgen Habermas (1929). Ambos são alemães e vivenciaram processos históricos parecidos, mas suas orientações metodológicas e teóricas são diferentes. Esses dois autores influenciaram boa parte do pensamento sobre a esfera pública e também os rumos teóricos e metodológicos desta pesquisa.

Hannah Arendt, em *A condição humana* (2010)¹ trata de um esgotamento da esfera pública, em consequência dos sistemas totalitários. Ela examina as condições políticas e sociais que tornaram propícias o surgimento do movimento totalitário. Assim como dos instrumentos utilizados para que esse último conseguisse se instalar como regime político.

Para Arendt, na esfera pública, o termo “público” denota dois fenômenos intimamente correlatos, mas completamente idênticos. “Significa, em primeiro lugar, que tudo o que aparece em público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível” (ARENDR, 2010, p.61). E quanto ao segundo fenômeno: “Em segundo lugar, o termo “público” significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que privadamente possuímos nele.” (ARENDR, 2010, p. 64)

Assim, é possível aproximar o conceito de esfera pública ao de espaço público, pois as formas de apropriação da esfera se consolidam no espaço. A autora trata da “vida pública” numa perspectiva eminentemente espacial, o que identifica esse como uns dos primeiros

¹ ARENDR, Hannah. **A condição humana**. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ensaios filosóficos que questiona as transformações das formas de apropriação e de conceituação dos espaços públicos. Como assim ela trata:

A importância de ser visto e ouvido por outros provém do fato de que todos vêem e ouvem de ângulos diferentes. É esse o significado da vida pública, em comparação com a qual até a mais fecunda e satisfatória vida familiar pode oferecer somente o prolongamento ou multiplicação de cada indivíduo, com os seus respectivos aspectos e perspectivas. (ARENDR, 2010, p. 70)

Segundo a autora, a “sociedade de massa”, composta por “seres incapazes de pensar em termos coletivos”, foi um dos fatores que criaram condições propícias à ascensão do movimento totalitário ao poder. Uma sociedade individualizada, atomizada e isolada corresponde a um esvaziamento da esfera pública, que não significa um esvaziamento físico, mas de significado:

O que torna a sociedade de massas tão difícil de ser suportada não é o número de pessoas envolvido, ou ao menos não fundamentalmente, mas o fato de que o mundo entre elas perdeu poder de congregá-las, relacioná-las e separá-las. (ARENDR, 2010, p. 64)

A concepção de “sociedade de massa” é questionável, por desqualificar e ser demasiadamente generalizante historicamente e espacialmente. Quando se trata de espaços públicos o universo de pessoas e formas de apropriação pode até se concentrar, mas ainda de diferentes formas, se altera dependendo da localização do espaço público em questão. Mas pensar que é possível definir um único padrão para eles fica propenso a distorções. Existe no decorrer histórico uma concepção e apropriação desses lugares que não está alheia a outros aspectos da contemporaneidade.

E por isso o espaço dos largos serão neste trabalho tratados de forma diferenciada, os largos frente a outros espaços públicos e dentro desse universo a sua própria diversidade, com destaque para a apropriação simbólica de alguns em específico.

Essa reflexão é posta por Hannah Arendt no contexto dos anos 50 do século passado. Mas levando em conta a transformações que a esfera pública passou, desse contexto para o atual, uma questão recorrente nos debates é como o espaço público pode se tornar o espaço da “ação”, como a autora destaca. Um agregar que deve não somente ser em número, mas também em diversidade, pois o que se estabeleceu na contemporaneidade são espaços públicos mais excludentes do que agregadores, seja quanto ao acesso físico, como para

cadeirantes, por exemplo, como no aspecto subjetivo, como com a criminalização de alguns grupos. Ângelo Serpa, geógrafo com um longo trabalho sobre espaços públicos na contemporaneidade, responde da seguinte forma essa questão:

O difícil em ter de suportar a sociedade de massas não é tanto a quantidade de gente que ela abarca, mas o fato de que o mundo perdeu literalmente a força de juntar essa imensa quantidade de indivíduos, dialeticamente relacionando-os e separando-os, como o fazia em passado recente. (SERPA, 2007, p. 36)

Para Hannah Arendt a esfera pública na modernidade cedeu lugar para expressões de status e de admiração, ou seja, diretamente ligado ao processo que legitimou um espaço público excludente e segmentado. Com tratado a seguir:

Nessas palavras fica evidente que a admiração pública e a recompensa monetária têm a mesma natureza e podem substituir uma à outra. A admiração pública é também algo a ser usado e consumido, e o *status*, como diríamos hoje, satisfaz uma necessidade como o alimento satisfaz outra: a admiração pública é consumida pela vaidade individual da mesma forma como o alimento é consumido pela fome. (ARENDR, 2010, p. 69)

Assim, um legado importante para a nossa discussão é a forma como Hannah Arendt desenvolve o conceito de público. Pois atualmente o conceito de espaço público faz referência mais a sua dimensão física do que das formas como ele é apropriado. Certamente que a estrutura material do espaço condiciona como esse espaço será apropriado, porém tratar essas características como definidora de como se configura os usos é excluir da análise as relações de identidade que se constituem nos espaços. A autora deixa claro o significado que o público pode tomar e das diferentes apropriações, inclusive pelo movimento autoritário. Devemos ficar atentos aos significados que o público vem tomando na atualidade, pois esse pretensão vazia, ou relação a sua dimensão física pode tirar o foco do uso que está sendo feito dele.

O segundo autor citado é Jürgen Habermas que desenvolveu uma teoria que tratou da esfera pública como um “terceiro espaço”, ou seja, uma esfera moderadora entre a esfera privada e da esfera ocupada pelo poder do Estado. Essa perspectiva fica um pouco mais distante do que vamos tratar de espaço público, mas se aproxima de uma perspectiva política que está ligada, e que foi tratada anteriormente com Hannah Arendt, o que Habermas vai chamar de uma “modernidade dilacerada” (1984).

Essa perspectiva de Jürgen Habermas era efeito de uma mudança da cultura européia no século XVIII, que testemunhou uma ampliação da esfera pública, de caráter elitista, mas que multiplicou uma variedade de espaços públicos fora do controle do Estado, como salões literários e cafés. A mudança abriu oportunidades para questionar a autoridade da cultura

representativa do Estado, o que segundo Jürgen Habermas acreditava ser um instrumento de contenção dos meios de controle, como ele próprio comenta:

A esfera política do Estado da social-democracia está marcada por duas tendências divergentes. Enquanto configuração decadente da esfera pública burguesa, dá espaço a uma publicidade demonstrativa e manipulativa desenvolvida por sobre as cabeças do público aí intermediado. Por outro lado, o Estado da social-democracia burguesa, à medida que resguarda a sua continuidade com o Estado liberal de Direito, ele se fixa no mandamento de uma esfera pública politicamente ativa, em decorrência da qual o público mediatizado por organizações deveria colocar em movimento, através delas mesmas, um processo crítico de comunicação pública. (HABERMAS, 1984, p. 270)

Centrar o debate de esfera pública nesses dois autores não significa dizer que eles são mais relevantes do que outros, porém são recorrentes as referências e sua produção quanto ao tema demonstra a importância de estarem presentes no debate sobre espaço público. Essa primeira perspectiva da esfera pública, que vai subsidiar a de espaço público possui seus críticos. Essa crítica também vai se somar a concepção de espaço público na contemporaneidade. Edward Said² é um deles e ficou conhecido por ser um dos primeiros críticos do imperialismo do século XX. Ele criticava Jürgen Habermas e a Escola de Frankfurt por sua visão eurocêntrica e por se abster em mencionar a influência da teoria racista e imperialista nos seus objetos de estudo.

Axel Honneth também faz uma crítica a Jürgen Habermas por entender que sua teoria sobre esfera pública deveria incluir uma teoria do conflito e a perspectiva dos movimentos sociais. Sua análise privilegia o conflito e a luta entre os sujeitos socializados como protagonistas da sociedade. Sua investigação consistiu em ampliar a concepção sobre o público calcado numa orientação mais rígida de uma teoria do conflito. O paradigma que ele propõe para aprofundar essa noção, relevante para o desenvolvimento da tese, é um modelo de compreensão de uma luta por reconhecimento, como ele comenta a seguir:

São as lutas moralmente motivadas de grupos sociais, sua tentativa de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco, aquilo por meio do qual vem a se realizar a transformação normativamente gerida das sociedades. (HONNETH, 2003, p. 156)

O esvaziamento dos espaços públicos é outra questão pertinente e bastante debatida. Ele está ligado com muitos outros aspectos da contemporaneidade, e aponta para a formação de uma nova cultura urbana, com raízes históricas anteriores, mas pertinente para as diferentes relações e apropriações que se verifica nos largos. Richard Sennet trata desse tema e aponta o

² SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

esvaziamento do público como resultado de um processo tirânico da intimidade, como ele comenta a seguir:

A intimidade é uma tirania, na vida diária, dessa última espécie. Não é a criação forçada, mas o aparecimento de uma crença num padrão de verdade para se medir as complexidades da realidade social. É a maneira de se enfrentar a sociedade em termos psicológicos. E na medida em que essa tirania sedutora for bem-sucedida, a própria sociedade será deformada. (SENNET, 1988, p. 412)

Assim, o conceito de esfera pública desenvolveu-se, dialogando com relações de poder, Estado e política. Da mesma forma se ampliou os aspectos que tornou complexo o conceito de espaço público. Essas reflexões começaram a ser introduzidos nos temas da Geografia por volta da década de 1980, fazendo parte de diversos focos de investigação, sendo o primeiro registro encontrado na obra de Milton Santos (1987).

O conceito de espaço público para Milton Santos permeia outra análise, que é a do espaço do cidadão. Nesse objeto de estudo foi privilegiado a cidadania pelo ângulo da Geografia, e dentre tantos outros conceitos que perpassaram esse tema, o espaço público foi citado como um deles. O “direito ao entorno” foi o tópico que introduziu o assunto, que nas palavras de Milton Santos aparece da seguinte forma: “E o direito aos espaços públicos, típicos da vida urbana tradicional? Hoje, os espaços públicos (praias, montanhas, calçadas etc) foram impunemente privatizados.” (1987, p. 48)

Percebe-se que o autor não coloca em questão o que é o próprio espaço público, que processos ele sofre, e as diferentes apropriações. Mas ao ver os exemplos e como ele trata desse conceito, é possível vislumbrar algumas influências da Geografia Crítica, como assim ele trata:

Temos de comprar o ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços privados publicizados, como os playgrounds ou, ainda mais sintomático, os condomínios fechados que a gente rica justifica como necessários à sua proteção. O lazer na cidade se torna igualmente o lazer pago, inserindo a população no mundo do consumo. Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais. (SANTOS, 1987, p. 48)

A concepção de espaço privado, trazida por Milton Santos nesse mesmo livro, é singular se for comparada com as obras anteriores. Pois ele não aparece como o protagonista da supressão do público e nem como expressão da individualidade, quando não do individualismo. Isso não quer dizer que o autor não faça uma crítica a perda de espaços públicos na cidade, aberto e de caráter democrático. Mas essa noção de privado contempla as necessidades da maioria e até aponta como um fenômeno pouco encontrado em outros

autores, que é a perda de espaços privados, considerado como perda de cidadania. Como assim ele comenta:

E o direito à privacidade? Hoje os prédios se debruçam uns sobre os outros, para que os incorporadores tenham um lucro maior. Quem já pensou em propor que lugares como Copacabana no Rio, Itaim-Bibi em São Paulo, ou Pituba em Salvador tenham uma parte dos seus edifícios arrasados? Mais uma vez o racional se vestiria na pele do irracional, tanto o nosso espírito já se habituou à força da propaganda e do hábito, à feiúra e ao abuso. (SANTOS, 1987, p. 48)

Ainda no campo geográfico a primeira obra que vai tratar do espaço público como foco da análise, só vai aparecer no século XXI. O autor é Ângelo Serpa e tratou do espaço público na cidade contemporânea. Os questionamentos que nortearam o livro foram as definições, a multiplicidade de variáveis, teorias, conceitos e o papel desempenhado pelos espaços públicos na contemporaneidade. Como referencial teórico, o autor recorreu a autores já comentados aqui, como Hannah Arendt e Jürgen Habermas para analisar as definições e rumos desses espaços. Sua definição para esse conceito demonstra a influência desses autores, como pode ser visto a seguir:

O espaço público é aqui compreendido, sobretudo, como o espaço da ação política ou, ao menos, da possibilidade da ação política na contemporaneidade. Ele também é analisado sob a perspectiva crítica de sua incorporação como mercadoria para consumo de poucos, dentro da lógica de produção e reprodução do sistema capitalista na escala mundial. Ou seja, ainda que seja público, poucos se beneficiam desse espaço teoricamente comum a todos. (SERPA, 2007, p. 09)

Atualmente se multiplicam os trabalhos acadêmicos na Geografia, retratando diretamente ou indiretamente os espaços públicos, mas em número reduzido se comparado com outros temas. Assim como livros, de autores já conhecidos pelo campo geográfico que em meio a outras questões também desenvolveram teses sobre esses espaços. Um deles é Paulo César da Costa Gomes, que tratou em uma de suas obras da ligação entre os espaços públicos e as manifestações, de como esses lugares estão dispostos e das consequências dessa ordem. As ligações com os conflitos sociais é uma das suas contribuições para o tema, como trata a seguir:

Ele também é um lugar de conflitos, de problematização da vida social, mas sobretudo é o terreno onde esses problemas são assinalados e significados. Por um lado, ele é uma arena onde há debates e diálogo; por outro, é um lugar das inscrições e do reconhecimento do interesse público sobre determinadas dinâmicas e transformações da vida social. Todas as cidades dispõem de lugares públicos excepcionais que correspondem à imagem da cidade e de sua sociabilidade. Por meio desses lugares de encontro e comunicação, produz-se uma espécie de resumo físico da diversidade socioespacial daquela população. (GOMES, 2010, p. 164)

Na constituição urbana das cidades os espaços públicos remontam a antiguidade clássica. Na Grécia, a Ágora era o espaço público por excelência e o espaço aberto na antiguidade clássica para usufruto dos que eram considerados cidadãos.³ Era o lugar onde ocorriam as assembleias, os debates, onde se consolidavam os negócios e onde era decidido o rumo da cidade. Da Ágora era possível avistar o ponto mais alto da cidade e delimitado por edificações diversas, os mercadores podiam comercializar seus produtos em feiras livres, como pode ser visualizado na figura 1 a seguir:

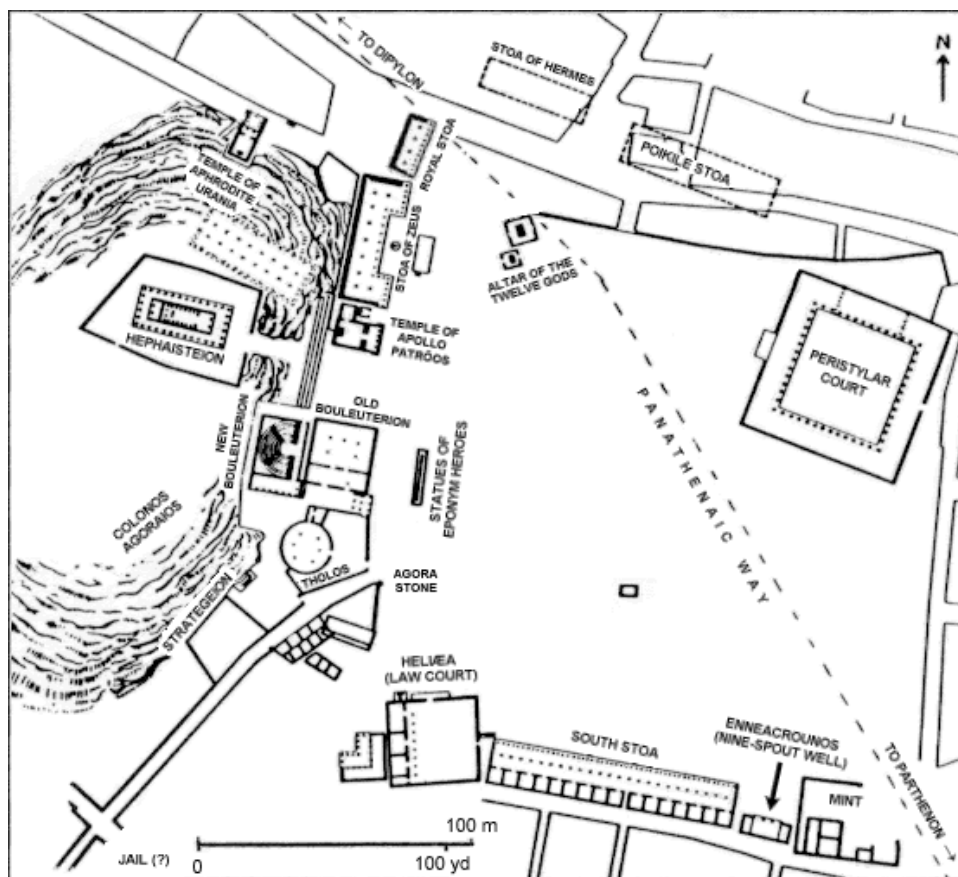


Figura 1: Ágora Grega

Fonte: <https://quapasel.wordpress.com/>. Disponível em 15 de janeiro de 2015.

³ Nessa época, só eram considerados cidadãos os homens com mais de 21 anos, que fossem atenienses e filhos de pais atenienses. O pequeno e seletivo grupo de cidadãos era formado, principalmente, por proprietários de terras. Comerciantes, artesãos, mulheres, escravos e estrangeiros não eram considerados cidadãos.

Diferente da Ágora, o Fórum para os romanos era o seu espaço público por excelência. As atividades não aconteciam em praças, mas no interior de edifícios, onde ocorriam as relações sociais, atividades religiosas e de mercado da comunidade, como pode ser visto na configuração a seguir:

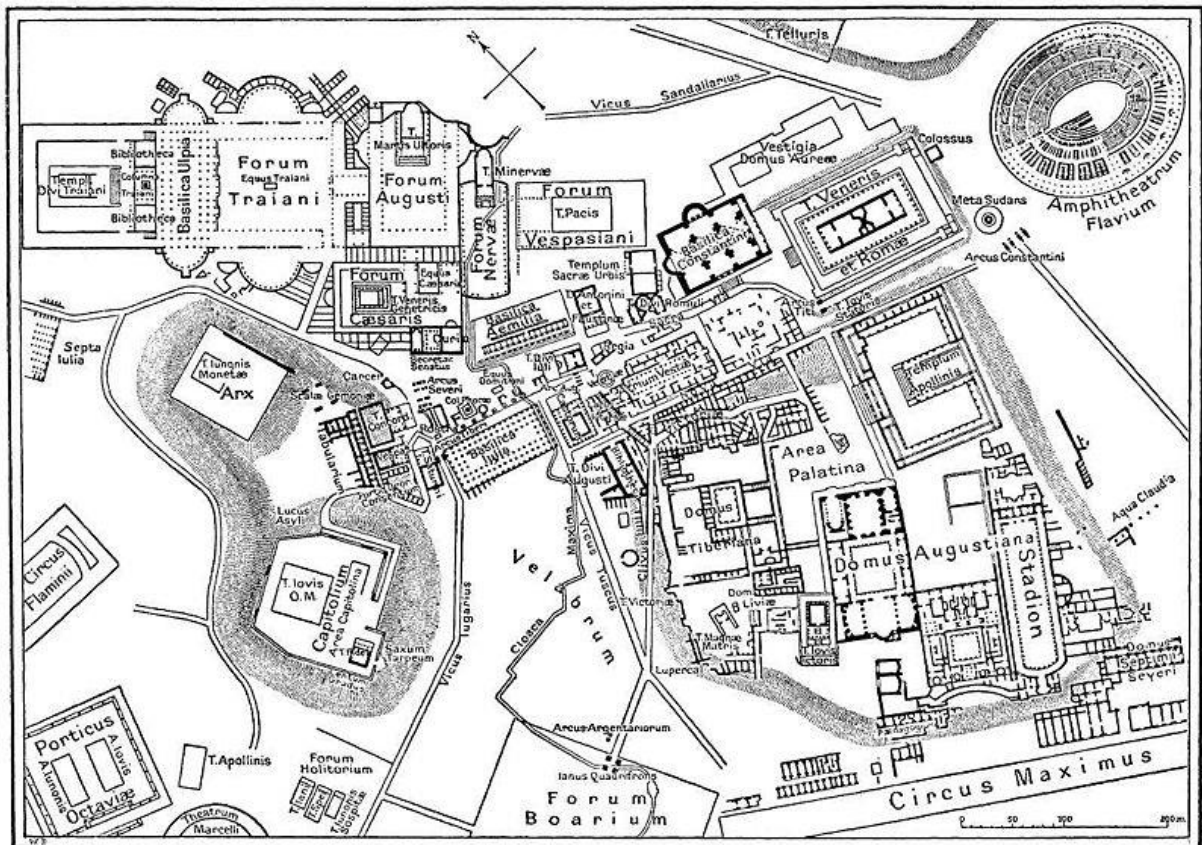


Figura 2: Fórum Romano

Fonte: <https://quapasel.wordpress.com/>. Disponível em 15 de janeiro de 2015.

É relevante pensar essa constituição urbana inicial dos espaços públicos através de seus conceitos, pois a maioria dos autores anteriormente elencados retoma esse passado embrionário do formato público para debater a contemporaneidade. Uma referência distante da constituição brasileira, mas que deve ser pensada através desses autores, pois a influência do projeto do público na cidade clássica influenciou seu desenvolvimento conceitual.

Assim, se retratam os curtos caminhos na formação e constituição conceitual trilhados pelas perspectivas dos espaços públicos. Esses caminhos não são neutros e foram retratados de maneira a expor as influências teóricas que esta investigação sofreu. Um espaço público

aberto, de ação política, com uma dimensão física e outra simbólica, e que possui uma forte relação com os movimentos sociais, políticos e artísticos da cidade.

1.3.Em busca de uma definição de largo: a multiplicidade dos/nos largos

O termo público segundo o “Novo Dicionário de Filosofia e das Ciências Humanas” de Louis-Marie Morfaux e Jean Lefranc significa:

Público: adj.subst. (lat. Publicus, que diz respeito ao povo, que pertence ao Estado, derivado de populus, povo, oposto de privatus, privado, particular). Adj.1.scc. Que se aplica ao conjunto de um povo ou de uma sociedade dada; ex. a opinião* pública. 2. Pol. A) Que diz respeito ao Estado e às suas relações com os cidadãos; ex. o direito* público, oposto de direito privado; b) que é controlado ou regido pelo Estado; ex. o ensino público, as finanças públicas. Sbst. Soc. O público: grupo social difuso que tem por base a opinião*. (MORFAUX e LEFRANC, 2005, p. 522)

Esse é o significado que apresenta o dicionário e que representa de uma forma generalizante o termo público. E o conceito é exatamente isso: uma noção generalizante da realidade. Ele nunca vai abarcar a riqueza que a realidade apresenta para cada universo pelo qual percorre um conceito. Segundo o Código Civil, os bens públicos contemplam:

Artigo 98. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencem. Artigo 99. São bens públicos: I – os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças; II – os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive o de suas autarquias; III – os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, com objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades. (CÓDIGO CIVIL, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, Livro II, Capítulo III, Artigo 98 e 99)

Assim, o termo existe enquanto conceito, mas possui uma ampla dimensão subjetiva, que faz referência a todos os significados que são atribuídos por ele na realidade. O primeiro questionamento a ser debatido é se a simples significação que legitimamos como a oficial, contempla a riqueza da realidade diversa dos espaços públicos.

Cada pessoa que tiver sua realidade ligada a um conceito em discussão irá ter imediatamente um significado atribuído a ele, que pode não ser o mesmo para o resto das pessoas. O significado não é estático, está em constante mutação histórica, variável tanto quanto forem os lugares. Grupos de pessoas na sociedade terão em comum um significado atribuído a um conceito, que estará diretamente ligado às suas práticas e apropriações objetivas e subjetivas que terão como contrapartida outros grupos com diferentes significados para o mesmo. Logo, dependendo do grupo social que for abordado, uma nova noção do conceito pode ser encontrada.

A partir desse pressuposto, o conceito perpassa diferentes significados e irá representar tantas formas quanto agentes estiverem envolvidos nas relações de poder diretamente ligadas a ele. Assim, o referente trabalho irá tratar de uma questão muito discutida por possuir diferentes significados e noções na cidade: o público.

Mas o objetivo não será restringir o termo e sim demonstrar sua riqueza, exatamente por tratar de uma noção compartilhada por todos na cidade. Em sua maioria, as pessoas que vivem em uma cidade possuem uma noção do que entendem por público, pois compartilham em seu cotidiano espaços e esferas públicas.

Ao término da pesquisa serão apontadas algumas incoerências entre o conceito e a essência de seu significado, assim como seu distanciamento aos usos e apropriações no cotidiano. Porém, para que esse termo fosse realmente julgado como impróprio para denominar alguma realidade seria preciso uma vasta pesquisa em diferentes espaços e convivências em um grande universo de pessoas, o que não será possível. A generalização do conceito será aplicada a alguns determinados lugares para revelar contradições e qualidades desse objeto de estudo.

A escolha de três largos, o Largo Glênio Peres, Zumbi dos Palmares e Esquina Democrática, como estudo de caso, teve como critério a grande relevância para as manifestações populares da cidade e por entender que é neles que as peculiaridades desses espaços públicos irão se materializar ao mesmo tempo em que traz indícios da subjetividade das práticas que ali acontecem, mas isso será tratado com mais detalhes a seguir.

O estudo de caso não se resume a um lugar específico, mas sim a alguns lugares para que diferentes situações, construções históricas, apropriações e significados possam lado a lado apontar para o que acontece com o espaço público na contemporaneidade. Será no lugar

que o movimento dialético do fenômeno público na contemporaneidade começará a se revelar para por fim, buscar se apontar da essência à riqueza do lugar dos largos nos espaços públicos da cidade de Porto Alegre. Traçar um caminho que comece por um estudo desses lugares tem como intenção revelar as relações que territorialmente expõe uma definição que é dada pelas pessoas.

Defende-se a ideia de que, os Largos dentre os tantos espaços públicos que uma cidade comporta possui uma qualidade ímpar. Ele gera certa centralidade para determinadas atividades, isso o torna diferente de outros espaços públicos e apresenta um lugar de memória a ser preservado. Mas para isso é preciso decompor o conceito de espaço público, suas referências teóricas e históricas, assim como para o caso de Largo.

1.4. A definição de largo

Ao fazer uma busca nos dicionários de urbanismo e arquitetura percebe-se que a princípio o termo largo é uma denominação dada somente na língua portuguesa. Assim é um tipo de logradouro encontrado nas cidades brasileiras ou que sofreram influência de uma colonização portuguesa. Enquanto suas características o que se entende por largo no Brasil faz uma direta relação com os aspectos das praças secas europeias, que se caracterizam por serem espaços abertos, com uma jardinagem de baixo porte e sem o plantio de árvores de grande porte. Na cidade de Portugal existem alguns espaços denominados diretamente como largos, mas que se confundem com a caracterização do que no contexto europeu se entende por praça.

No caso brasileiro já é possível fazer uma caracterização diferenciada para largos. Pois, praças e parques possuem projetos de ajardinamento bem diferenciados e de grande porte. Vejamos, exemplos de como esse termo é conceituado na língua portuguesa. Segundo, Celson Ferrari (2004), “Largo: “inglês square/francês.place/espanhol.plaza/ ~Espécie de praça que em geral contém um templo e é de grande dimensão. Ex: Largo da Sé, em São Paulo, ou também Praça da Sé.” (2004, p.210)

A definição de Celson Ferrari (2004) deve ser trazida para o debate com certas advertências. Primeiro, que se for contextualizada com a realidade brasileira, essa definição não seria a mais adequada. Os largos, em sua maioria e principalmente se for levado em conta

o contexto da cidade de Porto Alegre, possuem características diferenciadas da praça. E não somente no que tange os aspectos físicos, como o tipo de ajardinamento, por exemplo, mas também quanto aos seus usos e apropriações. Essas outras peculiaridades serão aprofundadas no decorrer da pesquisa, mas já podemos adiantar que os largos se caracterizam por prevalecer a passagem e o trânsito de pessoas muito mais se comparados ao uso de parada, como é o caso das praças. As formas como as apropriações pelo comércio, por identidades religiosas, artísticas e políticas se dão de forma diferenciada se comparados os espaços de praça com o de largo.

Consultando uma segunda fonte, o “Dicionário ilustrado de arquitetura” de Maria Albernaz (1998), a definição de largo é a seguinte: “Espaço de maior largura ao longo de uma rua. Antigamente correspondia comumente a local onde se situavam prédios de maior importância, como igrejas, conventos ou edifícios institucionais.” (1998, p. 342). Essa segunda definição se aproxima mais das propriedades que serão atribuídas aos largos nesta pesquisa. Mas é necessário mencionar que nem todas as ocorrências de largo estão ligadas diretamente à alguma instituição, seja ela política ou religiosa. Sendo assim, é possível notar que existe uma problemática quanto a definição desse logradouro, pois não ocorre um consenso entre os autores do que se determina como um largo.

Adicionado a isso, no contexto dos largos da cidade de Porto Alegre a definição desse espaço em específico se torna mais confuso ainda. Isso porque nos 59 largos registrados pela Secretaria Municipal de Planejamento, não é possível fazer uma generalização das características para todos esses casos. O que ocorre é que desde canteiros, até a espaços maiores estão cadastrados como largos. A falta de definição demonstra ao que tudo indica, que não existe um critério claro e único para o registro desse tipo de logradouro por parte da prefeitura.

Porém, mesmo levando em consideração as nuances do debate conceitual do que configura o largo enquanto espaço público, este trabalho irá se basear nas pesquisas de Carneiro e Mesquita (2000). Essas autoras tratam do que chamam de espaços livres, que são definidos por estar livre de edificação, ou seja, espaços descobertos sejam urbanos ou não, públicos ou privados, vegetados ou pavimentados. Desta maneira, o estudo dos espaços livres é amplo, porém, em seus estudos sobre a cidade de Recife, em Pernambuco, estabeleceram a seguinte definição para largos:

Largos são espaços livres públicos definidos a partir de um equipamento geralmente comercial, com o fim de valorizar ou complementar alguma edificação como o mercado público. Podendo também ser destinados a atividades lúdicas temporárias. (CARNEIRO; MESQUITA, 2000, p. 29)

Ao buscar a história de cada um desses largos da cidade de Porto Alegre, pode-se perceber que muitos dos espaços que hoje são reconhecidos como praças e parques anteriormente já teriam sido largos. Ou seja, muitos largos do século XX da cidade de Porto Alegre foram transformados em praças e parques. Isso não quer dizer que todos os largos que existem hoje na cidade já existiam por muito tempo e resistiram a uma pretensa ampliação para praça ou parque, mas que eles representam, mesmo sendo recente, outro momento da história da urbanização porto-alegrense. Segundo Carneiro e Mesquita (2000, p.27) “pátios e largos são espaços consolidados a partir das necessidades surgidas durante o processo inicial de ocupação da cidade”.

Assim, poderíamos definir os largos como indícios na paisagem contemporânea de momentos históricos passados. Milton Santos (2009) definiu espaços como esse, de rugosidades, que faz direta relação com o caso dos largos, como ele comenta:

O que na paisagem, representa um tempo passado, nem sempre é visível como tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas ao conhecimento. Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. (SANTOS, 2009, p. 140)

Assim, esses espaços públicos que permeiam os rodapés e notas de página das fontes pesquisadas, se mostram fortes e vivos no cotidiano das cidades brasileiras. Renegados e abandonados pelas políticas públicas e tão fortificados pelas apropriações populares, os largos permanecem no decorrer histórico com um papel importante e único dentre os espaços públicos.

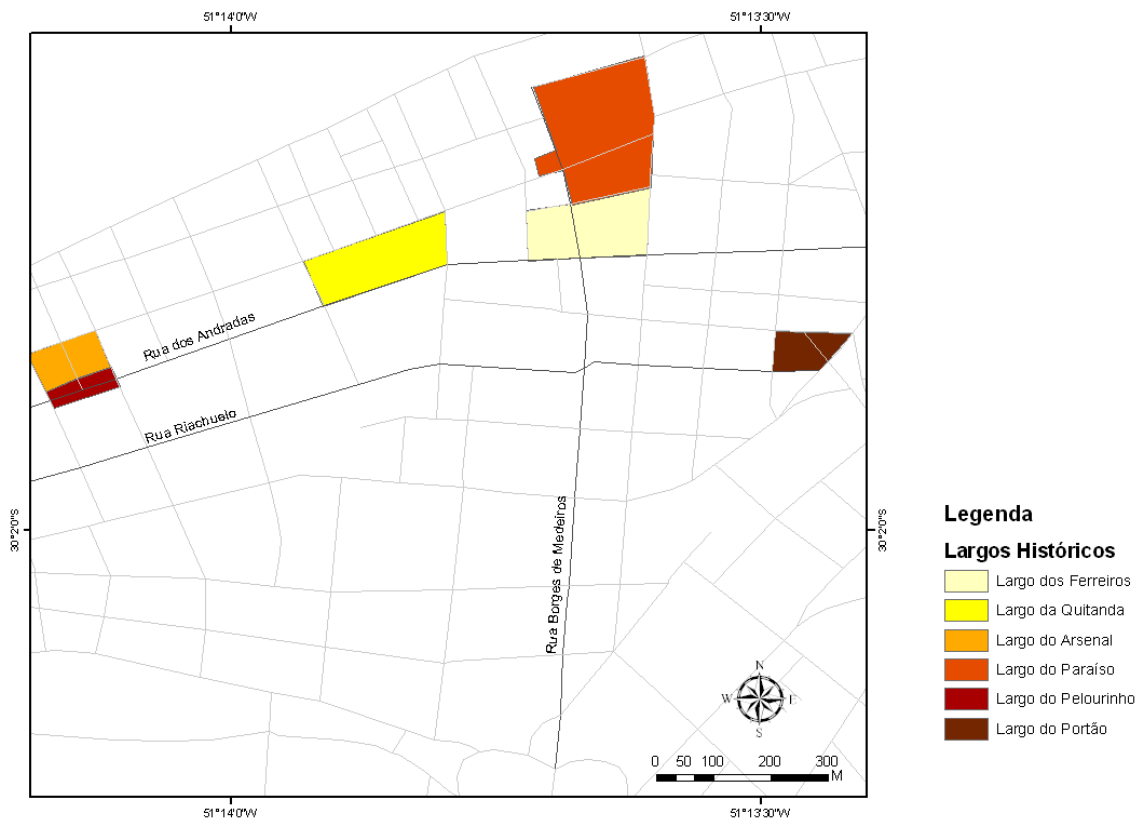
A primeira dimensão dos largos a ser tratada, na produção dos espaços públicos da cidade de Porto Alegre, será a histórica. Problematizar a história e transformação dos largos torna-se um caminho para pensar como eles viraram espaços à margem das reformas urbanas, a não ser para serem transformados em praças e parques, ao mesmo tempo em que se

tornaram representações de alguns grupos sociais, sujeitos, tempos e experiências urbanas diferenciadas de todos os outros espaços públicos.

1.5.A trajetória histórica dos largos

Os espaços públicos no Brasil possuem sua origem em espaços acidentais, como em vazios ou alargamentos da estrutura urbana, entorno de igrejas e entorno de mercados e que, com o tempo foram apropriados e usados para convivência da comunidade. Estes teriam sua inserção definitiva na estrutura urbana a partir do Renascimento, passando a fazer parte obrigatória destas cidades a partir dos séculos XVIII e XIX.

Por volta de 1920 a cidade de Porto Alegre passou por vários projetos de remodelação urbana, que contavam com intervenções que prometiam embelezamento e modernização da cidade para uma elite. Foi nesse momento que vários largos se tornaram praças e parques, pois os largos tinham como referência o que nesse momento era divulgado como “vida mundana”. Assim, esses espaços eram por referências locais da mendicância, prostituição, jogo, atividades ilegais em geral e de vivência dos mais pobres. Mas antes de tratar dessas transformações e das reais intenções que estavam por trás dos discursos de melhoramento da cidade, vejamos como se localizavam os principais largos em Porto Alegre. As referências dessas informações foram retiradas de dois trabalhos do historiador Charles Monteiro (1995; 2006), onde é abordada a memória e cultura urbana da cidade de Porto Alegre através desse momento de remodelação urbana e usa como fonte cronistas que narraram às múltiplas vivências na cidade.



Mapa 1: Mapa de localização dos largos do século XIX.
Fonte: Base Cartográfica do IBGE.

Esses largos caracterizados no mapa anterior possuem seus primeiros registros históricos no século XVIII, alguns sofrem os efeitos dos projetos de remodelação do início do século XIX e outros permanecem pelo século XX e XXI com nomenclaturas, limites e usos diferentes, porém ainda existentes nessas ou próximas dessas localidades. Para compreender o que os largos significavam na vida urbana dessa trajetória histórica, segue uma definição de seus locais, tanto antes como onde estariam na configuração atual, e as atividades desenvolvidas nesses espaços, que já oferecem pistas do tipo de apropriação nesses espaços.

O Largo da Quitanda se localiza onde hoje é a Praça da Alfândega. E quanto às atividades, praticava-se o comércio, principalmente de amendoim, lenha, hortifruti-granjeiros, carnes e ovos. Foi onde surgiu o primeiro trapiche, na margem do Guaíba ainda, em 1804. Local de reunião de comerciantes e quitandeiras (maior parte negros) com seus tabuleiros. Com a construção da Alfândega, as quitandeiras são removidas para o Largo do Paraíso. Porém acontece a resistência das quitandeiras, e elas são autorizadas pela Câmara a ocupar o ângulo oeste do Largo da Quitanda, assim como os Largos do Paraíso e do Pelourinho. Esse é

o primeiro logradouro a ter serviço de asseio público, com a remoção dos detritos que eram jogados.

O Largo dos Ferreiros se encontrava entre o Beco da Ópera (atual Rua Uruguai) e a Rua Bragança (atual Rua Marechal Floriano). Um terreno plano e aberto à beira do Guaíba e seguia o alinhamento do Caminho Novo (atual Rua Voluntários da Pátria). Nesse local ocorriam oficinas para atender o comércio que atracava no trapiche do Largo da Quitanda. Posteriormente foi chamado de Largo do Paraíso.

O Largo do Paraíso contemplava o que hoje é a atual Praça XV de Novembro, Chalé da Praça XV e boa parte do que hoje é a Praça Montevideu e Mercado Público. Inicialmente foi dominada por tabernas e casas de prostituição. E após a construção da Alfândega, as quitadeiras são transferidas para o Largo do Paraíso. Até 1842 o comércio era feito desordenadamente pelo Largo da Alfândega e Largo do Paraíso, até que Saturnino de Souza (Governador da Província) constrói um mercado onde atualmente se encontra o Chalé da Praça XV. Era um prédio simples de tijolos e portões de ferro, onde se comercializava carnes, aves, frutas e hortigranjeiros (com regulamento amplamente discutido na Câmara). Em 1870 o Largo passa por transformações, pois ele precisava ser ampliado para atender as exigências da cidade. Em 1875 o Conselho Municipal opta pela construção de um novo mercado, no alinhamento do Caminho Novo (primeiro andar do atual Mercado Público). A partir de 1900 realizam-se obras para escoamento das águas pluviais e pavimentação, transformando esse espaço em Praças XV de Novembro e Praça Montevideu.

O Largo do Pelourinho se encontrava em frente à Igreja das Dores (1807). Também chamado de Largo da Forca por alguns historiadores. Onde foi construído o pelourinho em que os homens escravizados eram açoitados. Lugar de “ritualização” da ordem na sociedade colonial e seu uso conservado e regulamentado pelo Conselho Municipal de Porto Alegre. Serviu para o comércio miúdo depois da saída das quitadeiras do Largo da Quitanda. E era lugar preferido para as festas religiosas.

O Largo do Arsenal foi o espaço fronteiro entre a Igreja das Dores e o Largo do Pelourinho. O Largo do Arsenal e o Largo do Pelourinho, pela proximidade, em algum momento podem ter sido um largo só. Também chamado de Largo da Forca, Praia do Arsenal e Praça Harmonia. Existe uma controvérsia quanto às atividades desenvolvidas ali. Pois alguns pesquisadores acreditam que ali estava instalada a forca, para outros ela estaria no Largo da Forca, no espaço em frente à Igreja das Dores. Aqui estaria localizado o primeiro

cemitério de povoação (deslocado depois para os altos da colina – por onde hoje se encontra o Teatro São Pedro – com a construção da Igreja da Matriz). Onde se localizava a cadeia e o arsenal de guerra. Pela sua importância, serviu de referência com esse nome por boa parte do século XIX.

O Largo do Arsenal era habitado por casebres e estaleiros da população pobre. Ocasionalmente serviu para a execução dos condenados à força (repetida até 1860, onde toda a população comparecia). Em 1860 se torna Praça da Harmonia “com o plantio de árvores e a colocação de bancos de madeira para o recreio da população” (MONTEIRO, 1995, p. 31) E assim, houve ajardinamento e foi murada para uso da elite local. A partir de 1900 passa por reformas e se torna o “mais lindo passeio da cidade às margens do Guaíba” (MONTEIRO, 1995, p. 35). Na virada do século também foi instalada um ringue de patinação. Dessa forma, o mais provável é que de largo da Força se tornou Largo do Arsenal e por fim se transformou em Praça Harmonia, que por fim foi destruída em função da necessidade da expansão da área portuária e por sua ligação com o ramal ferroviário.

O Largo do Portão ficava em frente ao portão da vila para onde convergiam as três ruas principais: Rua da Igreja (Rua Duque de Caxias), Rua da Ponte (Rua Riachuelo) e a Rua da Praia (Rua Andradas). Ele Permaneceu na memória coletiva por muito tempo, pois o nome do largo traz como referência onde já teria sido os limites da cidade. Rodeado por uma série de moradias, tabernas, farmácia, armazém de secos e molhados e duas vendas era ponto de referência da redondeza.

Como podem ser observados, os largos se constituíam como espaços centrais da vida urbana, assim como uma evidente importância para a memória e identidade da cidade de Porto Alegre. Em função das transformações, que podemos comparar suas práticas até com as atuais políticas de revitalização, esses largos se tornaram parques e praças. Essa transformação além de intervir na estrutura e modelagem do espaço, expulsava o comércio e festas populares que ocorriam nesses lugares.

A alteração nos largos acabava transformando todo o perfil do entorno, pois junto com ela ocorriam derrubadas de árvores, aberturas de avenidas no lugar de ruelas e becos para que uma nova classe social se apropriasse do local. Apresenta Charles Monteiro (2006), em seu resgate histórico através de cronistas que contaram o cotidiano de Porto Alegre no início do século XX, que nem todos estavam satisfeitos com as mudanças, como assim diz Aquiles, um dos cronistas usados como fonte:

Aquiles observava que a transformação dos espaços e equipamentos urbanos, o embelezamento da cidade e a nova velocidade dos deslocamentos e comunicações, produziu uma nova cultura e experiência de vida urbana. Porém, na contramão provocaram a sensação de perda e descontinuidade em relação às antigas referências socioespaciais, o que foi percebido pelo autor como empobrecimento da experiência urbana. (MONTEIRO, 2006, p. 307)

A perda desses espaços de sociabilidades populares significava o começo de uma nova cultura urbana na cidade. O espaço urbano deveria estar em consonância ao crescimento industrial e o espaço público deveria atender a uma classe em ascendência. Essa nova classe burguesa não se restringia aos espaços privados dos “saraus” que ocorriam dentro de suas casas, ou aos clubes, e assim ela forjou espaços públicos que na verdade atendiam a interesses privados.

Logo, é visto pela dimensão histórica que a forma que as apropriações peculiarmente se delineiam nos largos não é obra do acaso, pois foi construída no processo histórico. Assim o espaço público dos largos se tornou simultaneamente o lugar onde determinadas coletividades se apresentam, tomam forma, ganham uma dimensão pública e imediatamente se colocam na relação de poder com o privado. Lúcia Leitão usou da dimensão histórica para analisar as apropriações com o espaço da rua, e observando o trecho a seguir, podemos fazer uma correlação de sua tese com as observações feitas aqui para o caso dos largos:

Do ponto de vista urbanístico, o desprestígio da rua brasileira em seu nascedouro – e ainda em nossos dias -, o seu não reconhecimento como espaço fundamental da vida urbana, pode ser apreendido a partir de três pontos principais. O primeiro vem à tona quando se observa o uso plebeu – destinado ao escravo, ao pobre, ao negro – que lhe foi dado. O segundo evidencia-se na função de circulação – de animais, de águas servidas, etc. – que marcou o seu nascedouro – e, finalmente, sugerida em muitos arranjos espaciais. (LEITÃO, 2005, p. 238)

Observamos também que o vazio urbano, em se tratando dos espaços públicos, não existe. O que ocorre é uma apropriação coletiva em lugares que o poder público opta por abster-se. Assim, os espaços públicos que tinham potencial para se tornar vazios, ou abandonados, como no caso dos largos, o que ocorre é o inverso, uma ocupação de tramas clandestinas de comércio, trabalho e expressões artísticas. Porém, mesmo no momento que se identifica grupos apropriados, o mercado está logo atrás buscando cooptar novos mercados consumidores. Ou ainda retirando desses últimos o direito de permanecer ali em favor de uma elite urbana. E nesta questão a paisagem dos largos terá uma função relevante, que é a de impulsionar esse movimento para o consumo, como Ana Carla Côrtes de Lira comenta a seguir: “Assim, neste momento, observa-se o gérmen da homogeneização estética dos espaços

públicos, a utilização de uma mesma linguagem visual que conecta e promove a fusão da cidade com os espaços de consumo.” (2011, p. 285)

E assim, o que doravante era espaço, pode ser chamado nesse caso de “contra-espaço”, termo que Ruy Moreira (2007) desenvolveu para designar esses espaços que caracterizam relações de poder, quanto ao direito à cidade. Uma dinâmica de espaço que contém outra de contra-espaço, e por ser transformado por ele, pode ascender como um novo espaço. E ao alinharmos com esse autor, percebemos o espaço como produto das relações de poder, e os largos como contra-espaço. Assim Ruy Moreira define contra-espaço:

A rigor, as formas de contra-espaço têm um caráter diverso em seu conteúdo e seus objetivos. É contra-espaço o arranjo espacial de uma greve ou uma insurreição de operários, uma ocupação de terra com fim de assentamento rural, uma favela como forma de movimento de ocupação-assentamento urbano, mas também um ritual de capoeira ou de candomblé, como também um modo individualizado e recluso de morar. O contra-espaço é o modo espacial por meio do qual excluídos e dominados põem em questão a ordem espacial instituída com forma de organização da sociedade, rejeitando ou copiando o modo de vida que ela impõem aos que vivem embaixo e dentro dela. Pode ser contra-espaço um movimento de confronto, de resistência, de mimetismo ou de simples questionamento da ordem espacial existente. (MOREIRA, 2007, p. 103)

Como território, os largos podem ser considerados legitimamente, em função de sua história, próprios da cultura popular. Territórios de um cotidiano, que garante muitas vezes a sua sobrevivência e em outras somente deseja expressar, como alternativa, sua arte de vivenciar a cidade. Neiva Garcia, ao investigar os espetáculos de rua que ocorrem no Largo Glênio Peres, definiu da seguinte forma essa expressão de identidade:

Portanto cada espetáculo de rua possui suas táticas, no entanto as características comuns aos espetáculos, aquelas que denunciam que tais eventos culturais são culturas populares, constituem uma estratégia alternativa aos modelos culturais dominantes: como construir os espetáculos de rua a partir da observação do espaço em que o frequentam transformando o ambiente da rua em palco e transeuntes em platéia ativa na construção do evento. (GARCIA, 2001, p. 114)

Enfim, da memória dos largos da cidade de Porto Alegre indicam que eles se constituem como lugares do fazer-se coletividade, por vezes uma paisagem cooptada para o consumismo, um contra-espaço de ações e um território da cultura popular. Uma correlação de forças que ora vai ter uma em evidência, ora outra, porém todas contribuindo para a produção do espaço público da cidade de Porto Alegre.

1.6. O método: a busca de um conceito de globalidade dos largos

O tema que envolve os largos da cidade de Porto Alegre retrata uma história e um movimento, ou seja, um conteúdo que engendram diferenças, polaridades, questionamentos teóricos, práticos e conflitos que constituem uma forma de espaço público. Essa forma representa uma globalidade que carece de metodologia para ser decomposta e capaz de se revelar, possibilitando um retorno ao tema com maior propriedade.

Essa opção metodológica significa dizer que o objeto de estudo, o espaço público dos largos, possui uma globalidade composta por partes que em determinados momentos se somam e em outras se contradizem. É dizer também que esse objeto se realiza não só objetivamente, ou seja, material e histórico, como também na dimensão abstrata, referente à identidade de maneira a constituírem uma teia de interdependências e interações diretas e indiretas. É dizer, finalmente que o real objetivo da pesquisa existe empiricamente e de diferentes maneiras interage com o sujeito histórico.

A metodologia não revela um caminho simples que rumo da ignorância ao conhecimento de um objeto, e pelo contrário, revela no decorrer da investigação meandros que precisam ser tratados em uma relação de poder onde não existem fatos ou sujeitos inocentes de intencionalidade. Assim, a metodologia está orientada no que Henri Lefebvre chama de lógica concreta, ou lógica de conteúdo, a própria lógica dialética (hegeliana) como superação da lógica formal (aristotélica), como ele comenta a seguir:

A lógica formal, lógica da forma, é assim a lógica da abstração. Quando nosso pensamento, após essa redução provisória do conteúdo, retorna a ele para reaprendê-lo, então a lógica formal se revela insuficiente. É preciso substituí-la por uma lógica concreta, uma lógica do conteúdo, da qual a lógica formal é apenas um elemento, um esboço válido em seu plano formal, mas aproximativo e incompleto. Já que o conteúdo é feito da interação de elementos opostos, como o sujeito e o objeto, o exame de tais interações é chamado por definição de dialética; por conseguinte, a lógica concreta ou lógica do conteúdo será a lógica dialética. (LEFEBVRE, 1975, p. 83)

A totalidade que será decomposta é o espaço, assim como a sociedade que lhe garante a existência. Segundo o método dialético a decomposição dessa totalidade se dá do geral para o particular, e vice-versa. O caminho mais coerente com a metodologia descrita para esta investigação foi decompor a análise através da perspectiva dos conceitos de paisagem, espaço, território e lugar. E depois de uma análise através desses conceitos, voltar para a totalidade

espacial com propriedade para propor uma tese quanto à problemática, confrontada com a hipótese levantada.

Dessa forma, a totalidade espacial dos largos enquanto espaços públicos estão decompostos em partes, elementos, categorias de análise geográficas e particularidades espaciais dos largos. Um todo e partes que interagem, supondo uma interdependência funcional. É através das interações entre esses elementos que recuperamos outra noção da totalidade, pois cada parte atua independente, interagindo com outras, com o todo e sendo o todo na medida em que reproduz e interfere na totalidade espacial. Isso quer dizer que cada sistema comporta múltiplos subsistemas que devem ser analisados em separado para um melhor entendimento do todo.

Cada elemento muda seu valor com relação aos demais e o seu próprio ao longo da história, e por isso optamos por desenvolver o objetivo da investigação através dos conceitos de paisagem, território e lugar de forma separada, assim como a história dos largos do estudo de caso. Porém, é importante estar atento para o risco de analisar as partes, ou elementos de forma isolada ou através de relações causais. São os contextos históricos e geográficos do lugar que definiram os estudos de caso, assim como suas interferências nesses meios por suas experiências únicas que proporciona para o entorno.

As formulações conceituais de Milton Santos sobre espaço constituem uma referência central para a concepção espacial tratada e impõem-se compreender a dialética do espaço como propõe esse autor em especial. O espaço é entendido como um híbrido entre um sistema de objetos e sistema de ações, entre materialidade e sociedade, entre fixos e fluxos, entre forma e conteúdo e entre a inércia e a dinâmica inclusive desses pares de dualidade. (SANTOS, 2009)

O movimento que estamos explicitando é que os critérios para a decomposição da realidade, como metodologia dialética, serão desenvolvidos através de três princípios básicos: uma evolução externa das partes e do todo, um intercâmbio de interdependência entre as partes e uma evolução particular do lugar sem perder de vista seus aspectos geográficos e históricos. Assim, a forma, a função e a estrutura são elementos fundamentais para a compreensão da produção do espaço público e dos largos, descritos da seguinte forma nas palavras de Milton Santos:

Para expressá-lo em termos mais concretos, sempre que a sociedade (a totalidade social) sofre a mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto os novos como os velhos) assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial. Em qualquer ponto do tempo o modo de funcionamento da estrutura social atribui determinados valores às formas. (SANTOS, 1985, p. 49)

Isso significa nos estudos sobre os espaços públicos dos largos uma busca inicialmente da compreensão externa desse sistema como um todo na cidade de Porto Alegre, para em seguida ser possível desenvolver critérios para o estabelecimento de diretrizes na defesa de uma tese sobre esses espaços por último.

Essa busca por um conceito global do sistema dos espaços públicos dos largos, que não se traduz em conceito generalizante, está em desacordo com uma proposta de análise única, ou de modelo hegemônico pelo qual essa realidade estaria dependente. Propõe-se, em contraposição, uma ideia global dos largos que extrapola os limites físicos e objetivos dos usos e apropriações, sem subestimar as especificidades de cada lugar. Isso porque não há um tipo único encontrado na realidade e nem um tipo ideal a ser buscado como proposta, pois cada largo possui características específicas de formação histórica, características socioeconômicas e de relacionamento com a micro estrutura urbana na qual está inserido.

Esse primeiro momento que revela as mínimas relações de poder, de uso e apropriação do sistema de largos da cidade de Porto Alegre foi decomposto a partir de um esquema de análise simples e ao mesmo tempo com diversas possibilidades de Michel Agier (2011) chamada de “situações elementares da vida urbana” (AGIER, 2011). Nela quatro grandes formas permitem descrever e analisar os diferentes momentos da relação dos cidadãos entre si e com a cidade.

Em todas essas quatro possibilidades é possível representar cada forma a partir de um triângulo cujos vértices representariam respectivamente o indivíduo, o espaço e a sociedade. Cada elemento desses pode ser interligado de uma maneira diferente, pois depende do tipo de situação em pauta. A imagem construída pelo próprio autor simplifica essa metodologia e já aponta para as quatro possíveis formas encontradas na antropologia das cidades:

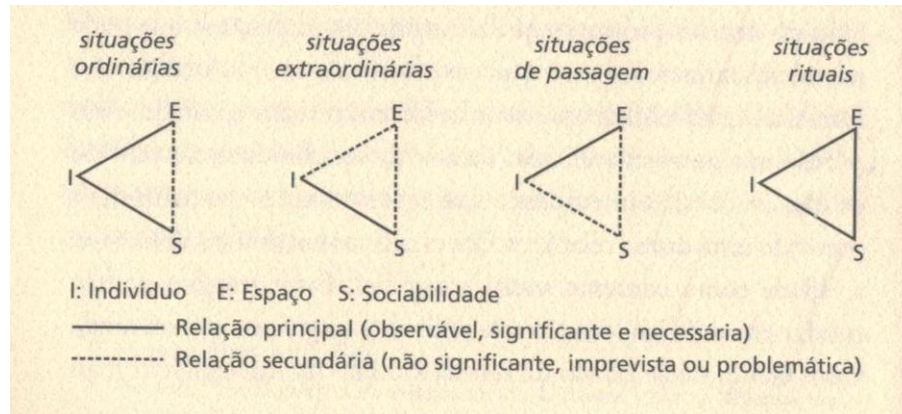


Figura 3: Metodologia

Fonte: “Situações elementares da vida urbana”.

Fonte: AGIER, 2011, p. 92.

As situações ordinárias se caracterizam por não haver uma relação clara entre o espaço e a sociedade, sendo que esse último pode ser entendido como sociabilidade ou a eficácia de um laço social. Isso caracteriza uma situação com pouca ligação com o local e que eventualmente podem se tornar familiares. As situações extraordinárias ocasionam relações entre o indivíduo e a sociedade, sendo que não se verifica o mesmo com o espaço. As situações de passagem centram as relações entre o indivíduo e o espaço como protagonista marcada pela individualização. Por último, as situações rituais marcam um espaço delimitado e apropriado no momento do encontro que é simbolizado entre o indivíduo e um coletivo, visível ou não. Como assim o Michel Agier comenta:

Com suas próprias invenções de papéis e os seus disfarces, esse tipo de situação é o lugar privilegiado de elaboração e de aplicação de estratégias identitárias coletivas, mesmo que a cidade ao redor proponha outras formas de classificação social. Identidades efêmeras, inconstantes (entre os quais as produzidas por certos movimentos neoétnicos urbanos, por exemplo) são criadas ao mesmo tempo que mostradas e contrariam os efeitos atomizantes das organizações da cidade e do trabalho. (AGIER, 2011, p. 99)

Esse quadro com os quatro tipos de situações colaborou para sistematizar o primeiro momento da pesquisa em duas possibilidades. Ou seja, o sistema de largos da cidade de Porto Alegre, levando em consideração esse modelo analítico, se decompõe em dois tipos gerais. Um primeiro que faz referência a um largo da passagem, referente a toda vida em público e de uso comum da população. Um segundo tipo estaria classificado em uma forma de largo

político, no sentido estrito do envolvimento com manifestações políticas em seu cotidiano. Cada forma pode coexistir no mesmo largo, ora um ficando em mais em evidência, ora outro.

Os largos de uso geral foram revelados a partir de situações ordinárias e situações de passagem, segundo Agier (2011), e os largos de uso político a partir da observação de situações extraordinárias e situações rituais, segundo o modelo analítico deste autor. Esse quadro com os quatro tipos de situações representam um modelo analítico generalizante da realidade e não pode restringir os caminhos metodológicos da pesquisa. Porém, colabora para traçar os caminhos que cada caso exige e permite visualizar o primeiro momento metodológico do quadro amplo do sistema de largos.

Diante da heterogeneidade de situações históricas, econômicas e culturais do sistema de largos da cidade, considera-se desnecessário a ideia de se desenvolver qualquer modelo ou manual dessa realidade. Esse primeiro momento é instrumento do segundo que se desenvolve durante toda a pesquisa e se encerra somente na conclusão com os possíveis avanços teóricos/conceituais sobre o assunto e com o estabelecimento de princípios e critérios para avaliação do sistema de largos para a cidade de Porto Alegre.

Todo esse desenvolvimento metodológico deve estar orientado a partir dos limites de pesquisa que já se delinearão, assim como suas possíveis soluções. Teoricamente, um complicador no desenvolvimento de uma metodologia para esse tema de pesquisa é como conceber um instrumento de análise dos largos de maneira a vê-los para além de seu valor de troca, ou seja, para além da compra e venda desses espaços, do consumo de produtos e lugares. O valor de uso, que em sua maioria contrapõe a lógica de mercado imposta nesses lugares, revela uma apropriação coletiva baseada em outros critérios. Dessa segunda dimensão emerge outra cidade, uma cidade das pessoas, dos artistas, da manifestação, da música, do discurso.

O modelo analítico que irá revelar o universo dos largos, através de uma tipologia usará como critérios o mobiliário urbano que o largo possui, como bancos, rampas, jardinagem, etc. Outro critério será o entorno, levado em conta às condições sociais e econômicas do bairro onde está inserido, se é dia ou noite, se é dia de semana ou fim de semana, pois os usos podem se transformar segundo essas condições. E por último, observações que estarão sendo recolhidas em um diário de campo, onde irá constar como acontece o dia-a-dia do largo, eventos e vivências da autora no lugar.

A fotografia será uma aliada importante para analisar a perspectiva da paisagem e das marcas deixadas pelo mercado, assim como as tensões entre o público e o privado nos largos. Mas existe um inconveniente quanto a esse instrumento metodológico, principalmente nos largos escolhidos para o estudo de caso. Ocorreu na cidade de Porto Alegre uma grande criminalização, através dos meios de comunicação, das manifestações que se intensificaram no ano de 2013. Essa criminalização acarretou uma perseguição de algumas pessoas que apareceram à frente de alguns movimentos que se agregaram às manifestações, assim como vazamento de informações dos trajetos e decisões dos grupos envolvidos.

Os movimentos, que em grande parte se apropriaram dos largos como lugares de fuga, atuação artística ou como espaços de assembleia e diálogo não tinham suas identidades preservadas. Tanto que maior parte das reuniões ocorreu em espaços abertos, incluindo o Largo Zumbi dos Palmares e Largo Glênio Peres. Porém, existia um desconforto com relação às pessoas que participavam desses momentos com câmeras fotográficas e filmadoras. Uma medida de controle desses registros foi identificar todos que se usavam desses equipamentos nesses espaços junto ao movimento. Mas mesmo assim, percebíamos certa desconfiança e até distanciamento quando se usava esses equipamentos.

Sendo assim, decidimos que nos momentos de assembleias populares e abertas, reuniões de lideranças e grupos participantes das manifestações na cidade de Porto Alegre iria se abdicar da câmera fotográfica. Para compensar está se usando com maior dedicação o diário de campo, e os registros fotográficos serão retirados de mídias independentes que estão juntas nas atividades. Essas mídias são: Catarse, Jornalismo B, Mídia Ninja e Sul 21.

Isso não quer dizer que iremos privilegiar como fonte uma visão unilateral dos acontecimentos, pois um comparativo com outras mídias será feito, e isso não vai impedir a inserção de outros meios de comunicação no desenvolvimento do trabalho. Porém, esses meios de comunicação citados anteriormente tiveram a permissão e o privilégio de acompanhar os movimentos, reuniões, inclusive nos largos que é nosso foco de análise, de uma forma ampla e com detalhes, o que não se encontra no universo da comunicação.

Quanto aos largos tratados de forma específica, que são os Largos Glênio Peres, Zumbi dos Palmares e Esquina Democrática, a exploração do tema se faz através de entrevistas, para possibilitar um alcance das especificidades desses internamente, com outros e com o entorno. A entrevista tem como objetivo compreender de que forma as pessoas que

vivenciam esses espaços se apropriam dele, como o percebem e como entendem as mudanças que estão ocorrendo.

Assim, a hipótese irá apontar tantas respostas quanto à diversidade desses espaços. Porém, indicando uma forma de produção do espaço específica dentro da diversidade de espaços públicos da cidade de Porto Alegre. Uma forma que ultrapassa sua objetividade e materialidade, alcançando a vida prática de pessoas que se realizam de diferentes formas no e a partir do espaço. Uma vida dos largos que essa metodologia pretende retirar da visibilidade. Uma produção do espaço ao mesmo tempo em que é produzido a partir dele, como comenta Henri Lefebvre:

Então, de que se trata? De uma produção, a de um espaço. Não somente de um espaço conceitual e ideal, de um lugar dos espíritos, mas de um espaço social e mental. De uma emergência. Da decodificação do espaço anterior. O pensamento e a filosofia emergem, subindo das profundezas, mas é também a vida que se decodifica, a sociedade inteira, com o espaço. (LEFEBVRE, 1974, p. 301)⁴

O espaço público é uma forma urbana que abarca uma enorme diversidade de funções. Isso advém da maneira e da intensidade das ocupações e apropriações coletivas e individuais. E por isso, se trata de um objeto de estudo com amplo campo metodológico e teórico. Nele se encontram o espaço em ampla perspectiva. O nó por onde passam e se encontram em uma intrincada relação de poder os territórios da cidade. Uma paisagem que representa de forma efêmera, diferentes interesses e grupos sociais. Ou seja, é o lugar do encontro que poucos acessam, muitos passam e teoricamente todos participam.

1.7.Os largos no contexto socioespacial de Porto Alegre

A cidade de Porto Alegre conta atualmente com uma população de 1.472.482 habitantes (IBGE, 2014) distribuídos desigualmente por uma extensão de 406,7 Km² (IBGE, 2010). Quanto aos espaços públicos, a cidade conta com 608 praças urbanizadas, totalizando uma área superior a quatro milhões de metros quadrados. Conta também com nove parques

⁴ Entonces, ¿qué es? Una producción, un espacio. No sólo un espacio conceptual e ideal, un lugar de espíritus, sino un espacio social y mental. De una emergencia. La decodificación del espacio anterior. El pensamiento y la filosofía surgen, elevan desde el fondo, sino también la vida que decodifica toda la sociedad, con el espacio (LEFEBVRE, 1974, p. 301, texto original)

urbanos administrados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Smam) e mais 59 largos concentrados em sua maioria no centro da cidade.

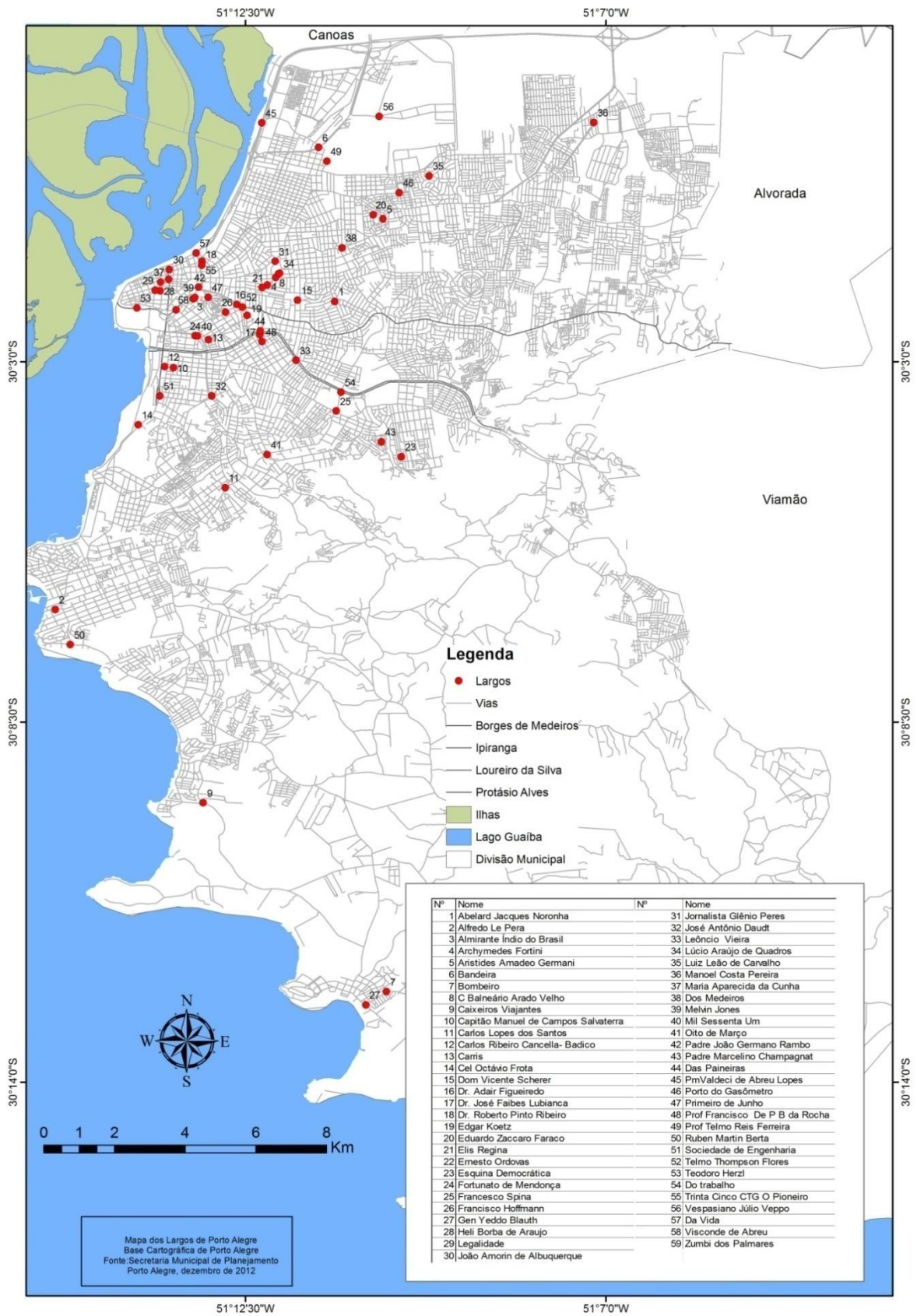
Observando os dados comparativamente é possível perceber a importância que os largos possuem para a cidade de Porto Alegre, não somente em número, como pela localização que conta com a passagem de um grande público cotidianamente. Assim, essa é a primeira e mais evidente dimensão que possuem os largos, a física, objetiva e que indica muitas possibilidades e limitações de uso e apropriação desses espaços. Esse é o primeiro contato com um universo variado, em síntese ainda, mas com um primeiro conteúdo revelado: sua separação de outra dimensão, a do privado, como comenta Richard Sennet a seguir:

Ora, caso o âmbito público fosse apenas um certo modo de sentir, qualquer análise do público deveria parar por aqui, pois tais princípios visuais e verbais são meios de se sentir em público. No entanto, o público é também uma geografia; ele existe em relação com um outro domínio: o privado.(SENNET, 1988, p. 116)

Ao problematizar essa realidade dos espaços públicos da cidade de Porto Alegre, ao comparar com o número desses mesmos espaços em outros momentos históricos, principalmente do início do século XX, com os de agora se percebe que esse aparente elevado número de largos poderia ser maior. Pois investigando as reformas urbanas ocorridas no início do século XX evidenciou-se que as diversas mudanças nos espaços urbanos que ocorreram nesse momento histórico transformaram diversos largos em praças. Como assim trata Charles Monteiro:

Os largos, que se transformaram em praças com o processo de urbanização, eram espaços centrais da experiência urbana da “velha” cidade. Nele se situavam as festas populares, os exercícios da milícia e muitas outras atividades que envolviam o vaivém da vida cotidiana. As principais casas comerciais e residências ficavam próximas a esses largos, e a abertura de ruas e becos organizava-se a partir deles. (MONTEIRO, 2006, p. 236)

A seguir, apresentamos um mapa em que é possível visualizar o número e a disposição de todos os largos, registrados na Secretaria do Planejamento Municipal, que consta no Cadastro de Logradouros de Porto Alegre, consultados no dia 17/07/2012.



Mapa 2: Mapa dos Largos de Porto Alegre.
 Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento de Porto Alegre, 2012.

As motivações intelectuais para o tema dos largos estão permeadas por anseios de rediscutir as definições que orientam as pesquisas sobre cidade. São muitos os trabalhos que reduzem a cidade aos usos da circulação e do consumo ou ainda como centro de informações e decisões. Quando não extrapolam para o fechamento ou venda dos espaços públicos, com apoio a um planejamento urbano que elitizam os espaços e retira as possibilidades dos mais pobres, trabalhadores, manifestantes e artistas de se apropriarem do espaço. Assim, em defesa de uma cidade que assegure espaços abertos, com liberdade de fala ou atuação e de gestão autônoma dos espaços públicos é que essa pesquisa se justifica. Uma ideologia de cidade chamada por Henri Lefebvre de “direito à cidade”, como ele comenta a seguir:

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade. (LEFEBVRE, 2001, p. 135)

Os largos da cidade de Porto Alegre produziram um acúmulo de práticas no decorrer histórico que não pode ser ignorado. Tornaram-se centrais na experiência urbana e fazem parte da memória da cidade de Porto Alegre. A sua preferência por artistas, ambulantes e manifestantes, por exemplo, denotam que esses espaços revelam outra condição espaço-tempo da vivência da cidade. Outra perspectiva por estar à parte da realidade dominante nos espaços públicos.

Os espaços públicos sofrem atualmente por uma produção do espaço marcadamente excludente. A cidade como um todo está sendo atingida por um conjunto de medidas implementadas com o objetivo de privilegiar um tipo específico de público, a da classe alta. Em se tratando de espaços públicos, os largos representam os guetos desse processo. O que ocorreu com parques e praças é um laboratório do possível futuro para o restante dos espaços. Isso não quer dizer que as praças e parques se encontram privilegiados por um investimento, mesmo que privado, em equipamentos urbanos. Porém, estudar os largos possibilita uma boa noção das tensões entre público e privado, e em que medida ele ainda possibilita um espaço de ação política. A cooptação dos espaços públicos pelo poder privado implica uma formação política voltada para a renovação da ideologia neoliberal, como assim comenta Angelo Serpa:

A publicidade comercial ultrapassa os limites do consumo de bens e passa a investir diretamente no campo político, dirigindo-se explicitamente à opinião pública, propondo sua “formação”. As sensações, o divertimento e o espetáculo são, afinal, a essência dessa “assimilação consumidora”, constituindo uma cultura que é, ao mesmo tempo, de massa e “personalizada”, centrada sobre o imediatismo e a força da auto-identificação. (SERPA, 2007, p.36)

Assim, as motivações de busca de respostas para essa problemática é gerar um acúmulo que não seja um fim, mas sim um instrumento de discussão, de avaliação e pesquisa sobre os largos da cidade de Porto Alegre. Mas levando em conta que os trabalhos acadêmicos são públicos, que esta pesquisa possa ser utilizada por grupos e pessoas que se apropriam desses espaços, para de maneira mais estratégica atuar contra a especulação, mercantilização e consumo nos e dos espaços públicos. A seguir pode-se ver uma colagem como amostra da frequência e de que perspectiva esses espaços são apropriados:



Figura 4: Colagem de folders de propaganda.
Fonte: Acervo da autora, 2011, 2012 e 2013.

1.8.O Largo Jornalista Glênio Peres

O Largo Glênio Peres está localizado no centro da cidade, em frente ao Mercado Público e à praça XV de Novembro, entre Avenida Borges de Medeiros e a Rua Mal. Floriano. Ganhou essa denominação através do projeto de lei nº 7023 do dia 16 de abril de 1992. O que aproxima esse largo do anterior são suas identificações com a apropriação coletiva de manifestação política e artística e sua grande circulação de pessoas. A proximidade do comércio e de um grande número de pontos de ônibus que interligam vários pontos da cidade, faz desse largo um centro de visibilidade para um grande número de pessoas.

Esse espaço era pra ser outro local de grande intervenção artística e de mobilização, porém o projeto de lei número 038 do ano de 2011 mudou essa realidade. Esse projeto de lei aprovado e em vigor atualmente dispõe sobre a realização de eventos culturais, econômicos e políticas no Largo Glênio Peres. Dentre outras providências, a medida restringe as atividades a serem realizadas ali, pois exige que toda a atividade artística ou de qualquer outra natureza tenha uma autorização para se realizar, depois de passar por um cadastro e avaliação prévia. Ou seja, o controle do que acontece no Largo Glênio Peres hoje é total. Isso feriu um dos princípios do que se entende como espaço público, porém como essa medida não inibiu por completo as atividades e expressões que acontecem nesse local, continuamos entendendo esse espaço como público, mesmo que sofrendo com essas medidas de disciplinamento.

A situação se agravou ainda mais quando no dia 4 de outubro de 2012, o Largo Glênio Peres testemunhou um enfrentamento entre policiais e manifestantes que resultou na derrubada do símbolo da Copa de 2014, o tatu-bola, erguido nesse local. A manifestação foi contra a apropriação privada de espaços públicos, um dos efeitos que a cidade de Porto Alegre passou por ter sido uma das cidades sedes da Copa de 2014. Desde então, as manifestações tem se multiplicado na cidade, com destaque para as passeatas pela redução da tarifa de ônibus.

Enquanto o Projeto de Lei aprovado continua sendo ferramenta de restrição do uso do espaço, alguns vendedores, artistas e representantes de algumas religiões continuam se arriscando ao se expor nesse local. O projeto não conseguiu consumir com toda a atividade que já vinha ocorrendo, e assim uma (re)apropriação do espaço acontece. E para demonstrar a consonância entre poder público e privado, esse largo foi escolhido como o local da

“FunFest”, o que fez dele um “território da copa” local com total controle das equipes organizadoras do evento sobre o que foi consumido durante a transmissão dos jogos.

Um exemplo muito significativo dessa (re)apropriação é a formação de um grupo chamado “Largo Vivo” que a partir do mês de outubro do ano de 2011 promoveu encontros convidando a comunidade para ocupar o espaço do Largo Glênio Peres com música, teatro, malabares e piqueniques. O mês de outubro de ano de 2011 foi o mesmo em que foi redigido pelo prefeito José Fortunati o texto, indicando o possível projeto de lei, comentado anteriormente, que seria apresentado a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, demonstrando que existiu um movimento significativo de insatisfação dessas medidas.

Assim, esses espaços públicos se constituem como diferenciais e reduto de manifestação de contraposição às políticas impostas na atualidade, como se pode observar pelas atividades que estão sendo promovidas. Assim, o Largo Glênio Peres tem gerado pelos grupos contrários a lógica formal na cidade e pela constância desses eventos, um espaço de apropriação coletiva e democrática. O que se observa na fotografia a seguir é um artista de rua que se aventura em apresentações com malabares com facas e piruetas arriscadas, no Largo Glênio Peres:



Figura5: Largo Glênio Peres.
Fonte: acervo da autora, 2013.

1.9.Largo Zumbi dos Palmares

O Largo Zumbi dos Palmares localiza-se no bairro Cidade Baixa, na interseção de quatro vias: a Travessa do Carmo (a sudeste), Rua José do Patrocínio (a nordeste) e a Avenida Loureiro da Silva (também chamada de Primeira Perimetral a noroeste).

O Largo nem sempre foi chamado de Zumbi dos Palmares, pois antes era chamado de Largo da EPATUR devido à presença da antiga Empresa de Turismo ter sede nesse local. Foi com a lei 9035/02 que o nome do lugar se tornou oficialmente Largo Zumbi dos Palmares, o livrando de se tornar um terminal de ônibus durante a gestão do prefeito José Fogaça, entre os anos de 2005 e 2010. O nome atendeu a uma homenagem e para manter vivo na lembrança da sociedade a construção histórica desse lugar. Em seguida ele que veio a se tornar um território de identificação dos movimentos sociais, de encontro dos caminhantes, de comércio nas feiras e de manifestação artística.

O Largo Zumbi dos Palmares não se constitui como uma ilha somente por privilegiar um lugar tranquilo e livre para trânsito de pessoas em meio a uma densidade urbana e demográfica razoável, mas porque se constituiu como um território urbano de resistência. Resistência essa não somente aos processos urbanos mais evidentes já citados, mas também contra o consumo dos espaços de convivência e livre expressão. O consumo de espaços físicos onde se caracterize como espaços de encontro é uma forma muito eficaz de desorganização civil, pois no momento que se caracteriza um lugar de encontro, a possibilidade das manifestações se multiplicarem é maior, consumindo o espaço a possibilidade diminui. O lugar físico não é o único motivador de uma manifestação social ou atividade artística, mas a impossibilidade de lugares com visibilidade para que isso aconteça dificulta a realização delas.

O largo leva o nome do Zumbi, líder quilombola o qual é homenageado. Uma identificação que relembra a histórica resistência quilombola na região. Os momentos históricos são totalmente diferentes, mas as relações territoriais perduram, assim como as relações de poder desiguais. Uma identificação que ultrapassa os anos, e incentiva a reunião de sujeitos com as mais diversas necessidades, artísticas, de manifestação ou de lazer. O lugar que antes servia de refúgio para os escravos fugitivos, hoje serve como um refúgio do espaço público frente aos processos de privatização na cidade.

Ao mesmo tempo em que o poder aquisitivo encaminha os destinos dos espaços na cidade, nessa relação de poder entram movimentos que asseguram alguns espaços públicos que restam como é o caso do Largo comentado, e chamam a atenção para a necessidade da conquista de outros. A apropriação dos manifestantes, dos caminhantes e dos comerciantes das feiras é que legitimaram o espaço enquanto público, logo, foram os usos que determinaram o desfecho da relação de poder entre os sujeitos e as políticas territoriais governamentais.

A fotografia a seguir é um registro de uma assembleia ao ar livre, no Largo Zumbi dos Palmares, feita pelo movimento “Bloco de Luta Pelo Transporte Público”⁵ que organizou em parte as manifestações que ocorreram na cidade de Porto Alegre pela baixa das tarifas de ônibus e busca a realização do passe livre no município.



Figura 6: Largo Zumbi dos Palmares.
Fonte: Jornalismo B, 2013.

⁵ O Bloco de Luta Pelo Transporte Público é composto por diversas organizações unidas contra o aumento da passagem e por um transporte coletivo público e de qualidade em Porto Alegre. Foi através dele que foram organizadas as manifestações que se intensificaram no mês de junho de 2013, contra os aumentos sucessivos das passagens de ônibus.

1.10. O Largo Esquina Democrática

O Largo Esquina Democrática é um ponto reconhecido como local de manifestações e protestos desde o século XIX. Reconhecidos por políticos, estudantes, artistas e trabalhadores que se apropriaram do espaço para divulgar e protestar as mais diversas causas. Nos anos 70 cresceu esse reconhecimento do largo como um instrumento de divulgação e discussão dos manifestantes. E em 1982, oficialmente passa a ser chamado por “Esquina Democrática”, mostrando o descompasso entre o tempo em que ele foi apropriado pela população e o reconhecimento oficial por parte do poder público do uso que se faz desse espaço.

O largo localiza-se entre o cruzamento da Rua dos Andradas e Avenida Borges de Medeiros e estrutura-se com potencial de articulação com outros pontos próximos, com a Praça Montevideu, Largo Glênio Peres e Viaduto Otávio Rocha. Em 1999 foram efetuadas reformas no sentido de permitir o tráfego de veículos no período da noite.

O tombamento do largo ocorreu no dia 17 de setembro de 1997, o que demonstra um reconhecimento desse espaço para a vida política e democrática da cidade. O grande trânsito de pessoas nesse lugar atrai grupos que organizados expõem suas atividades ali, como é possível ver na fotografia a seguir.



Figura 7: Largo Esquina Democrática.
Fonte: Teatro Levanta Favela, 2011.

Assim, essa aparência caótica dos largos, enquanto espaços públicos da cidade de Porto Alegre reveste um conteúdo rico, próprio da sociedade, e revelador das relações de poder da cidade. É preciso observar essa aparência, detalhar essa couraça, para então poder adentrar e tratar das revelações de seus conteúdos diversos. Enquanto no nível da aparência, os largos irão continuar caóticos, pois terão tantas faces, tantos forem os olhos a lhes observar.

Logo, é tarefa imediata organizar as ideias remetidas pelas paisagens dos largos, para começar a especular os motivos que fazem desses espaços imãs de artistas, movimentos e todo o tipo de exposição, assim como de transeuntes que mesmo com a velocidade dos nossos grandes centros urbanos, não deixam de parar por alguns minutos e participar desses instantes nos espaços abertos.

CAPÍTULO 2

A PAISAGEM DOS LARGOS: A ESCRITA DE DIFERENTES FORMAS DE PRODUZIR O ESPAÇO

As dimensões de espaço e tempo são a base das relações entre sociedade e natureza, das quais a Geografia se ocupa em estudar. Milton Santos, um dos percursores da renovação da Geografia nos anos 1970, já chamava a atenção dos geógrafos para o cuidado no método de análise, a fim de não desvincular o espaço do tempo nos estudos geográficos. Esse autor preferia inclusive usar o termo espaço-tempo separados somente por um hífen, exatamente para chamar a atenção da ligação que essas duas perspectivas possuem.

Porém, analisando as diferentes abordagens dos autores da Geografia com relação aos principais conceitos dessa área, percebe-se diferentes perspectivas conforme o entendimento teórico de espaço e de tempo, o que se reflete em metodologias diferenciadas para as análises. É importante dizer isso, levando em consideração que estamos começando o caminho metodológico desta pesquisa por um dos principais conceitos norteadores, que é o de paisagem.

A reflexão através do conceito de paisagem não esgota a complexidade da realidade cotidiana dos largos da cidade de Porto Alegre, e nem da dimensão espacial dos espaços públicos. E por isso não pode ser fragmentado dos próximos conceitos a ser introduzidos, que são espaços, territórios e lugares que se apresentam nos capítulos seguintes. Se trata, essencialmente, de compreender os diferentes elementos constitutivos dessas realidades, analisar como interagem as paisagens, espaços, territórios e lugares a fim de desenvolver critérios para um olhar menos refém das superficialidades.

2.1. A paisagem produzindo espaço

O estudo da paisagem será a primeira parada desta passagem sobre os largos da cidade de Porto Alegre e nela precisamos elencar alguns pontos importantes, que se traduzem em dualidades, sendo dialéticas, que terão que ser escolhidas entre uma ou outra para que comecemos a revelar o que acontece de diferencial nesses lugares. As escolhas serão feitas nos dois tópicos seguintes, baseados na realidade sensível dos largos e de maneira mais aprofundada nos estudos de caso. Mas comecemos elencando as dualidades a serem refletidas.

O primeiro ponto de dualidade é a partir de qual entendimento de paisagem a leitura será feita. Se a partir de um retrato fixo, que revela o visível, o que está subentendido e os movimentos de maneira cristalizada, fazendo do tempo um subalterno do espaço. Ou se a

paisagem será entendida como representação de um instante, não precisando estar fixo, mas que tende a trazer a dimensão temporal do cotidiano da cidade nesse caso como o grande protagonista. As duas maneiras colocadas não divergem, pois são próximas, e em alguns momentos inclusive em acordo. Porém, a sutileza de suas divergências reflete em metodologias de estudo diferenciadas, influenciando escolhas no ato da fotografia e interferindo nas análises posteriores de cada tema.

Segundo Milton Santos, o seu conceito de paisagem está próximo de uma perspectiva do retrato fixo da realidade, daquilo que nossa visão contempla como ele comenta a seguir: “Tudo o que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. É formada não apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, som, etc.” (SANTOS, 2008, p. 68)

Dessa forma, esse autor se coloca nesse primeiro ponto de dualidade dialética como favorável de uma abordagem fixa na materialidade da paisagem como recurso analítico. E assim ele continua a dizer:

A paisagem é o conjunto de objetos que o nosso corpo alcança e identifica. O jardim, a rua, o conjunto de casas que temos à nossa frente, como simples pedestres. Uma fração mais extensa de espaço, que a nossa vista alcança do alto de um edifício. O que vemos de um avião que voa a mil metros de altura é uma paisagem, como a que apreendemos numa extensão ainda mais vasta, quando de uma altura maior. (SANTOS, 2008, p. 84)

Ainda no primeiro ponto de nosso caminho metodológico de análise, é possível partir de uma percepção do instante, do tempo e ter a paisagem não como a expressão do fixo, mas como a representação de um dado momento da dimensão temporal, como assim coloca Ana Fani Carlos:

A paisagem urbana aparece como um “instantâneo”, registro de um momento determinado, datado no calendário. Enquanto manifestação formal, tende a revelar uma dimensão necessária da produção espacial: aquela do aparente, do imediatamente perceptível, representação, dimensão do real que cabe intuir. (CARLOS, 2007)

Essa segunda perspectiva trazida por Ana Fani Carlos repensa o conceito de paisagem mais como expressão do que como retrato. Nesse segundo caso a dimensão temporal fica

claramente privilegiada, porém sem estar desconectada da dimensão espacial. Pois o movimento do qual ela comenta como expresso na paisagem é própria do espaço, como diz a seguir:

A paisagem urbana, enquanto forma de manifestação do espaço urbano, reproduz num momento vários momentos da história. Aí emergem os movimentos, a multiplicidade dos tempos que constituem o urbano. A paisagem é humana, tem a dimensão da história e do socialmente reproduzido pela vida do homem. É a expressão do trabalho social materializado, mas também é expressão de um modo de vida. (CARLOS, 2007, p. 24)

Milton Santos e Ana Fani Carlos não estão divergindo sobre o conceito de paisagem necessariamente, o que os diferencia é a perspectiva de análise e isso torna o debate sobre o conceito de paisagem mais rico, do que limitado. Assim, esses dois autores não divergem e sim possuem diferenciados caminhos teóricos e metodológicos para tratar de paisagem. Milton Santos mesmo entendendo a paisagem a partir de uma perspectiva fixa e material, não desqualifica a dimensão temporal, que ele chama de “herança funcional” (SANTOS, 2008) expressa na paisagem. Ana Fani Carlos também, mesmo tendo o movimento e o instante como característica principal, o espaço construído e imobilizado das construções estão elencados em seus elementos a ser observados na paisagem urbana. E por isso o segundo ponto de dualidade a ser analisado na perspectiva histórica da paisagem completa o cenário de prioridades.

O segundo ponto de dualidade dialética a ser tratado, seguindo com os mesmos dois autores, é a relação entre o velho e o novo visto e percebido nas paisagens urbanas. Assim, a paisagem retrata os tempos passados, transformada com as relações do presente, ou diferente disso, a paisagem seria capaz, além de retratar, de participar como agente dessas transformações, que ora se limitam ao visível e em outras dependem de diferentes percepções do indivíduo. Duas possibilidades que se diferenciam, mas se completam no exercício do olhar do geógrafo.

Para Milton Santos nesse caso, “A paisagem precede a história que será escrita sobre ela ou modifica-se para acolher uma nova atualidade, uma inovação.” (2008, p. 80) Mesmo assim, ele entende que a paisagem é passível de mutações, mas no que ele entende como uma “variação funcional” (2008). Assim, a paisagem possuiria uma dimensão estrutural, que são as

formas, prédios, viadutos, etc. e outra funcional, que são os sinais dos ritmos que acontecem em determinada paisagem, como ele diz:

Ao passarmos numa grande avenida, de dia ou à noite, contemplamos paisagens diferentes graças ao seu movimento funcional. A rua, a praça, o logradouro funcionam de modo diferente segundo as horas do dia, os dias da semana, as épocas do ano. Dentro da cidade, e em razão da divisão territorial do trabalho, também há paisagens funcionalmente distintas. A sociedade não mudou, permaneceu a mesma, mas se dá de acordo com ritmos distintos, segundo os lugares, cada ritmo correspondendo a uma aparência, uma forma de parecer. (SANTOS, 2008, p. 76)

Diferente disso podemos pensar que o novo e o velho não convivem de maneira pacífica na paisagem urbana. O novo nem sempre é desejado pelo velho, o velho nem sempre desaparece a medida que o novo se fortalece, e nesse duelo entre manutenções e rupturas, a paisagem se completa aparentemente sem conflitos. Porém, o estudo de paisagem tem a função de descortinar o aparente e revelar as relações entre sociedade e natureza, objeto que a Geografia necessita estudar. E sendo assim, para Ana Fani Carlos, a paisagem não é só expressão da vida e do movimento cristalizados, para ela a paisagem produz espaço: “A paisagem não só é produto da história como também reproduz a história, a concepção que o homem tem e teve do morar, do habitar, do trabalhar, do comer e do beber, enfim, do viver.” (2007, p. 38)

Assim, a paisagem urbana permite compreender o urbano, a sociedade e a dimensão histórica do espaço urbano. E esses dois pontos de dualidade, a conceitual e a forma de entendimento da relação entre o velho e o novo na paisagem colaboram para delimitar critérios. Pois analisar a paisagem sem o desenvolvimento de critério para tanto, deixa a encargo da percepção, que é individual, a responsabilidade de avaliação. Isso não quer dizer que a percepção do observador não participe das análises do pesquisador, pois isso seria afirmar uma falsa neutralidade na pesquisa científica, porém o estabelecimento de parâmetros protege minimamente o objeto de julgamentos e valores que o indivíduo pode deixar impresso. Mesmo concebendo diferentes níveis, a paisagem transita entre os limites da representação e do modelo metodológico:

No es la apariencia de las cosas, sino ellas mismas las que interesan a los científicos, por ello proponen modelos paisagísticos basados en las inter-relaciones entre varios elementos del espacio, intentando conseguir los modelos operacionales que les pue dan servir con la experimentación científica. Sin embargo, buscando con mejor acceso a la complejidad del mundo que nos rodea, los geógrafos inevitablemente construyen los objetos abstractos e idealizan la realidad, porque la esencia del mundo que nos rodea no se percibe directamente, ni empíricamente. La mirada del geógrafo se centra en comprender directamente el terreno, con el cual lo concreto se confunde con lo visible. (FROLOVA; BERTRAND; 2006, p. 258 e 259)

O que se questiona aqui é de que maneira, através e a partir da paisagem urbana dos largos da cidade de Porto Alegre, pode ser percebido o movimento de processo de produção e reprodução espacial de seu conteúdo, ou seja, como podemos entender a natureza desses espaços públicos específicos. A vida cotidiana, com todo o seu movimento e dinamismo transformador, transveste formas, a dinâmica do fenômeno e o seu conteúdo. O que se pode apreender de uma paisagem urbana? Uma fotografia revela seu conteúdo? Um instante seria mais significativo? A paisagem sofre o efeito do tempo histórico ou seria ela capaz de produzir história? Qual é o limite da percepção do observador que deve ser levado em consideração nos critérios de análise da paisagem?

A reprodução do espaço é a mudança que o processo histórico imprime e sofre do espaço, e esses pontos de dualidade de forma dialética pode ser elucidado frente aos estudos de caso e assim se obter um método a partir dos aspectos da realidade. No próximo item isso será feito através das relações entre o velho e o novo nas paisagens dos largos, para em seguida aplicar no universo da cidade e podermos chegar em critérios baseados na realidade prática percebida e vivida desses espaços.

2.2. A memória na paisagem dos largos

Na pesquisa de documentos históricos fica evidente que os espaços públicos dos largos surgiram no entorno de igrejas e de prédios públicos importantes. Logo, suas imagens revelam a ligação desses espaços com a dinâmica dos eventos religiosos e militares. Isso se deu em função da forma de crescimento das cidades brasileiras de colonização portuguesa. Diferente do que aconteceu na América de colonização espanhola com um plano regular, de traçado de ruas retas e rigidamente hierarquizada, as cidades de colonização portuguesa tiveram seu desenho urbano se desenvolvendo em função de centros administrativos da Coroa

Portuguesa. Esse histórico influenciou uma inicial concepção de cidade, e através dela também a de paisagem. Pois o ato histórico de construir a cidade, não só elabora uma arquitetura, como também gera discurso, como Paul Ricoeur comenta:

La inscripción de la acción con el curso de las cosas consiste en marcar el espacio de los acontecimientos que afectan a la disposición espacial de las cosas. Luego, hay que tener en cuenta que el relato de conversación no se limita a un intercambio de memorias, sino que es coextensivo a los desplazamientos de un lugar a otro. (RICOEUR, 2002. P. 16)

A concepção de paisagem urbana dos espaços públicos começa a se transformar a partir do século XIX e XX, em um contexto de país independente e com uma elite enriquecida pela cultura cafeeira, quando se introduz o paisagismo. Essa nova concepção de paisagem urbana representou a introdução da arborização aos espaços públicos e consequentemente diferenciando dos espaços que não contavam com esse recurso, que serviriam para atender as novas elites. Os sem arborização, por sua vez abandonados pelo poder público foram apropriados pela cultura popular de menos poder aquisitivo.

A seguir, uma reportagem que trata sobre as transformações da Praça Marechal Deodoro, a que se tornaria a Praça da Matriz, e no seu conteúdo pode ser observada a conotação do ajardinamento como qualificação diferenciada para esse espaço:

19.12.59
pg. 7.
Folha Tarde

PASSADO ATRAVÉS DA FOTOGRAFIA



A situação da Praça Marechal Deodoro, em fins do século passado, vendo-se à esquerda o "Império", capela do Divino Espírito Santo; à direita, uma parte do antigo palácio do governo. Ao centro vê-se o grande chafariz todo de mármore, com estátua simbolizando os rios, que formam o Guaíba

Nunca é demais recordar a Praça Marechal Deodoro, sob seus aspectos, em várias épocas. Ilustra esta crônica uma reprodução do que era ela em princípios do século passado. Teve diversas denominações. Praça da Matriz, porque ali existia a principal igreja da época; do Palácio, porque achava-se situada ao local onde se erguia o primitivo Palácio do Governador. Mais tarde, no regime monárquico, passou a ser D. Pedro II, como homenagem ao segundo imperador do Brasil e, por último, Marechal Deodoro, por ter sido este o proclamador da República. Apesar de suas várias denominações, no meio popular, continua sendo a "Praça da Matriz", para todos os efeitos.

— X X —

Como se vê, a reprodução acima mostra ao fundo a fachada da antiga Catedral Metropolitana, demolida há mais de 30 anos para dar lugar à construção da atual de aspecto imponente. À esquerda está a primitiva capela do Divino Espírito Santo, substituída, mais tarde, por outra de aspecto gótico, mas que também foi demolida em consequência da construção da atual Catedral. Desde então os atos passaram a ser no atual templo, à Avenida Osvaldo Aranha, com José Bonifácio. A praça era um terreno descampado, sem nenhuma arborização, ou seja de apenas alguns coqueiros. Mas em 1891 começaram as obras de embelezamento, sendo ela completamente modificada, circundada por um gradil de ferro com quatro portões de entrada.

Graças a gentileza do colega Blágio Tarantino, diretor do Museu Municipal de Rio Pardo, que nos emprestou um álbum antigo de Porto Alegre, podemos publicar outro aspecto da praça Marechal Deodoro.

A foto é dos últimos anos do século findo. Vê-se ao fundo, ainda, a antiga Catedral, o "império" e uma parte do antigo Palácio do Governo, demolido para se construir depois o Piratini.

A praça já, nesse tempo, apresentava outro aspecto melhor. Tinha, no seu centro o grande chafariz, todo de mármore, com várias estátuas, simbolizando os rios formadores da bacia do Guaíba, e estava completamente ajardinada. Com a construção do monumento a Júlio de Castilhos o citado logradouro tomou o atual aspecto de modo a ser um dos mais lindos da capital. Feito um confronto entre os dois clichês, tem-se uma perfeita ideia do que era a Praça Matriz, em duas épocas diferentes da vida de Porto Alegre.



Aspecto da Praça Marechal Deodoro, (Matriz) ao ser ajardinada pela primeira vez, em 1890. Ao fundo vê-se a antiga Catedral, demolida em 1920, para dar lugar ao atual templo

Archymedes FORTINI

Figura 8: "Passado através da Fotografia".

Fonte: Folha da Tarde, 1959. Acervo do Arquivo Histórico Moysés Vellinho.

Importante frisar como o paisagismo ao ser introduzido no espaço começa a ser considerado como qualidade, ou melhoramento. A reportagem anterior acusa que essa praça já contava em seu passado com um momento que ganhava um “aspecto melhor”, e disso em seguida os elementos que estão ligados a essa melhoria, que seriam estátuas, o chafariz e um espaço “completamente ajardinado”.

Outro exemplo pode ser evidenciado na reportagem a seguir, em que trata das mudanças que a Praça da Alfândega passa no seu processo histórico. Nele, é retomado o seu antigo status de largo, o Largo da Quitanda, e que mesmo contanto com uma área verde, não seguia o padrão esperado para o paisagismo de um espaço que possui o status de praça. Nele se comenta como em épocas passadas, o espaço da Praça da Alfândega “possuía algumas árvores nativas, espalhadas sem simetria, criadas por assim dizer, a bel prazer da natureza”.



Figura 9: “Seu nome já foi Costa do Sol”.

Fonte: Folha Tarde, 1979. Acervo do Arquivo Histórico Moysés Vellinho.

Os largos, dessa forma, que ainda hoje estão na constituição do desenvolvimento dos espaços públicos, e se mantêm como resíduos de uma apropriação popular possuem como primeira característica visual, o não trato paisagístico e a não introdução de áreas verdes. O que faz com que se descortinem algumas dinâmicas funcionais e de apropriação a partir desse dado.

O ano de 1977 marca o segundo projeto de remodelação da área que primeiramente foi o Largo da Quitanda, e ainda Praça Senador Florêncio, para então receber as mudanças que irão tornar esse espaço a Praça da Alfândega. Vejamos algumas reportagens da época:

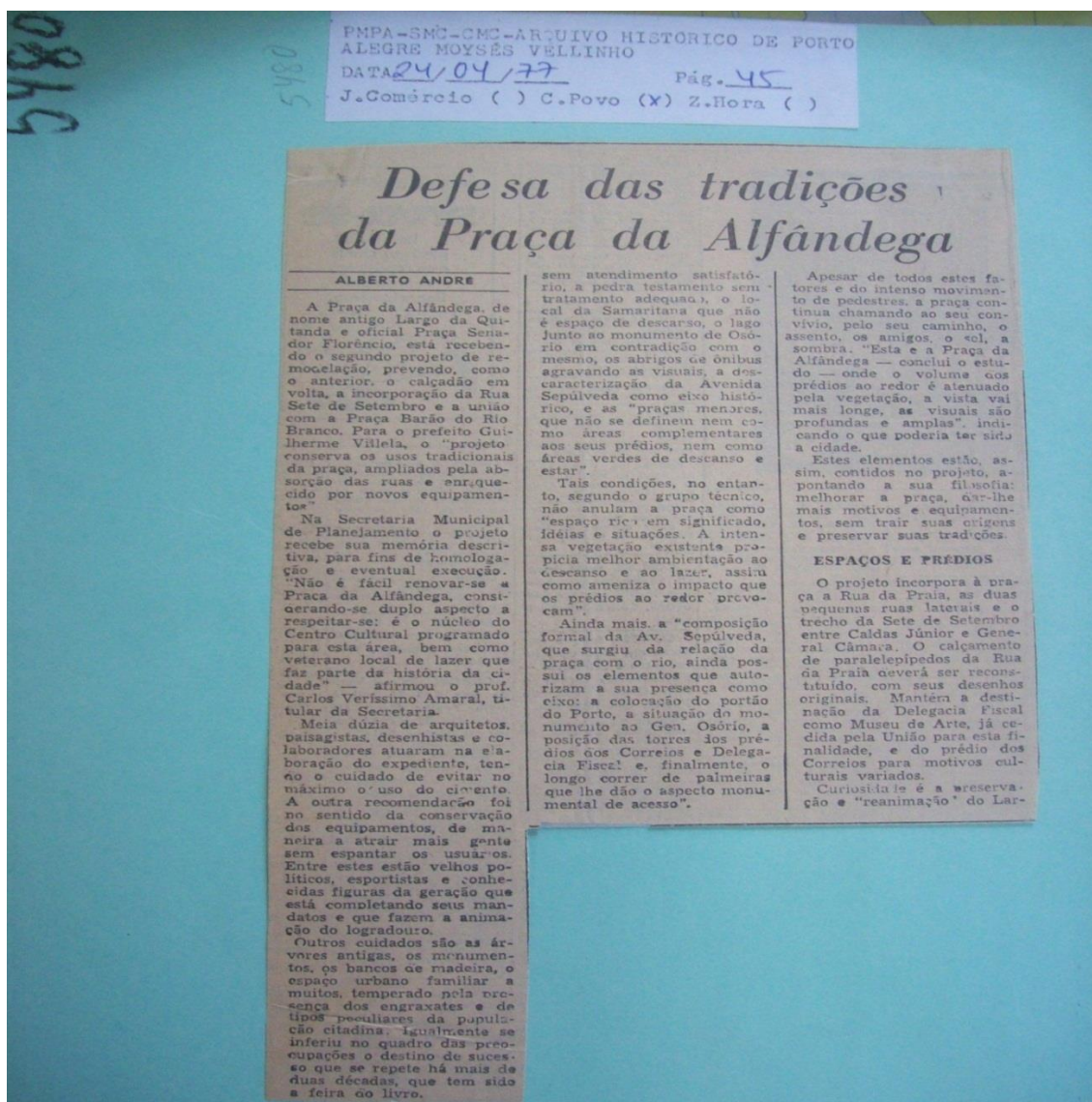


Figura 10: "Defesa das tradições da Praça da Alfândega".

Fonte: Jornal do Comércio, 1977. Acervo Arquivo Moysés Vellinho.



Figura 11: “A Praça da Alfândega e a Praça Cultural”.

Fonte: Jornal do Comércio, 1978. Acervo do Arquivo Moysés Vellinho.

Importante observar em primeiro lugar, como esses momentos de transição do status de largo para praça ganhou destaques nos jornais de circulação da época. E em segundo lugar, mas não menos importante, como essas reportagens demonstram o valor atribuído à paisagem dos espaços públicos como primordial na sua qualidade. Nas reportagens pouco se fala do acesso, ou do quadro social que nele transita. Muito se fala dos equipamentos urbanos e da arborização como essenciais para a vida do espaço público.

Dessa forma, a paisagem enquanto um retrato dotado de movimento efêmero assegura sua existência na materialidade ali fixada aos olhos de boa parte do século XX. Essa ideia de

paisagem para o espaço público não se transformou radicalmente até os dias de hoje, e por isso os espaços públicos conservam o retrato dessas transformações.

A partir da análise dessas reportagens de jornal podemos desenvolver uma primeira propriedade dos largos, frente ao contexto dos espaços públicos, que é a capacidade cumulativa de conservar e acumular o retrato das experiências sociais. Diferente das praças, e o mesmo se aplicam aos parques, que ganham uma atenção institucional que faz com que ganhem mais equipamentos urbanos, reformas, paisagismos e todo o tipo de planejamento urbano, os largos se mantem residuais de épocas passadas, mas transformados pelas relações sociais que dele se apropriam.

Os largos então seriam espaços, que retratam resíduos de uma relação da sociedade com os espaços públicos. Ser um espaço residual, também significa desfrutar de menos equipamentos urbanos, o que o torna mais dependente dos usos e apropriações das pessoas que se relacionam de diferentes níveis, intensidades e dependendo do momento, de maneira diferenciada também. A paisagem dos largos tenciona o exercício ao olhar dos pequenos elementos, pois a dinâmica desses lugares se dá pelo enorme acervo de proximidades exercidas cotidianamente. A diversidade provinda das pequenas relações é observada por Jane Jacobs:

Todas essas variadas táticas de obtenção de uma ordem visual urbana dizem respeito a detalhes da cidade – os quais, sem dúvida, se entrelaçam numa estrutura urbana de usos cuja a trama seja o mais contínua e fechada possível. Mas a ênfase nos detalhes é fundamental: a cidade é isso – detalhes que se complementam e se sustentam mutuamente. (JACOBS, 2011, p. 435)

Isso não quer dizer que esses espaços são fixos no tempo e não possuem transformações tamanhas como as que experimentam as praças e os parques, mas o que os diferencia é a natureza dessas transformações. Os largos estão muito mais dependentes da vida agitada pelas relações e apropriações, do que da sua estrutura arquitetônica, que muitas vezes é limitada.

Mesmo os três largos que são os estudos de caso, o Largo Glênio Peres, o Largo Esquina Democrática e o Largo Zumbi dos Palmares, que por terem uma localização central e de muito trânsito de pessoas, acabaram tendo mais atenção governamental e de projetos que possibilitaram boas condições materiais de parada e acesso, as características específicas de

largo continuam presentes. Mesmo eles tendo mais equipamentos urbanos do que a maioria dos largos, como o acesso a cadeirantes, limpeza urbana, iluminação, segurança, ainda assim, eles se diferenciam no seu entorno por serem espaços públicos de apropriação popular.

Os três largos do estudo de caso são reconhecidos por receber feiras, artistas independentes, manifestações, religiosos e atividades ilegais, como consumo de drogas e prostituição. Ou seja, mesmo sendo materialmente privilegiado frente a outros largos, o reconhecimento da população de que é nos largos que certas atividades fora do circuito dos planejadores da cidade acontecem se mantem.

E como os registros dos usos e apropriações são resultado das relações sociais com esses espaços, vejamos alguns registros mais antigos das atividades que já ocorreram nos largos dos estudos de caso, o que confirma que essa característica tratada aqui foi construída historicamente e por isso se mantem forte ainda nos dias atuais.

As duas fotos que seguem retratam um momento de espetáculo no Largo Glênio Peres. É possível observar uma grande quantidade de espectadores, e o espaço ainda sem os decks.

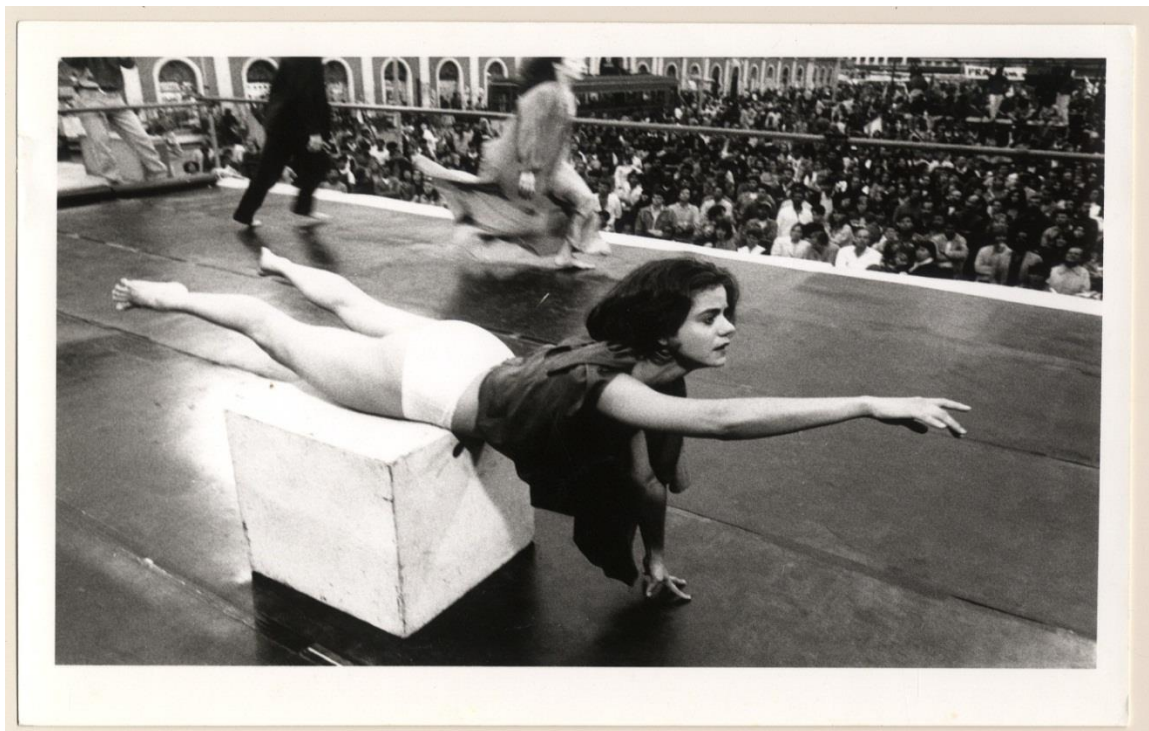


Figura 12: Largo Glênio Peres.

Fonte: Largo Glênio Peres. Espetáculo Público em 1994. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/
FototecaSimoaBreitman.

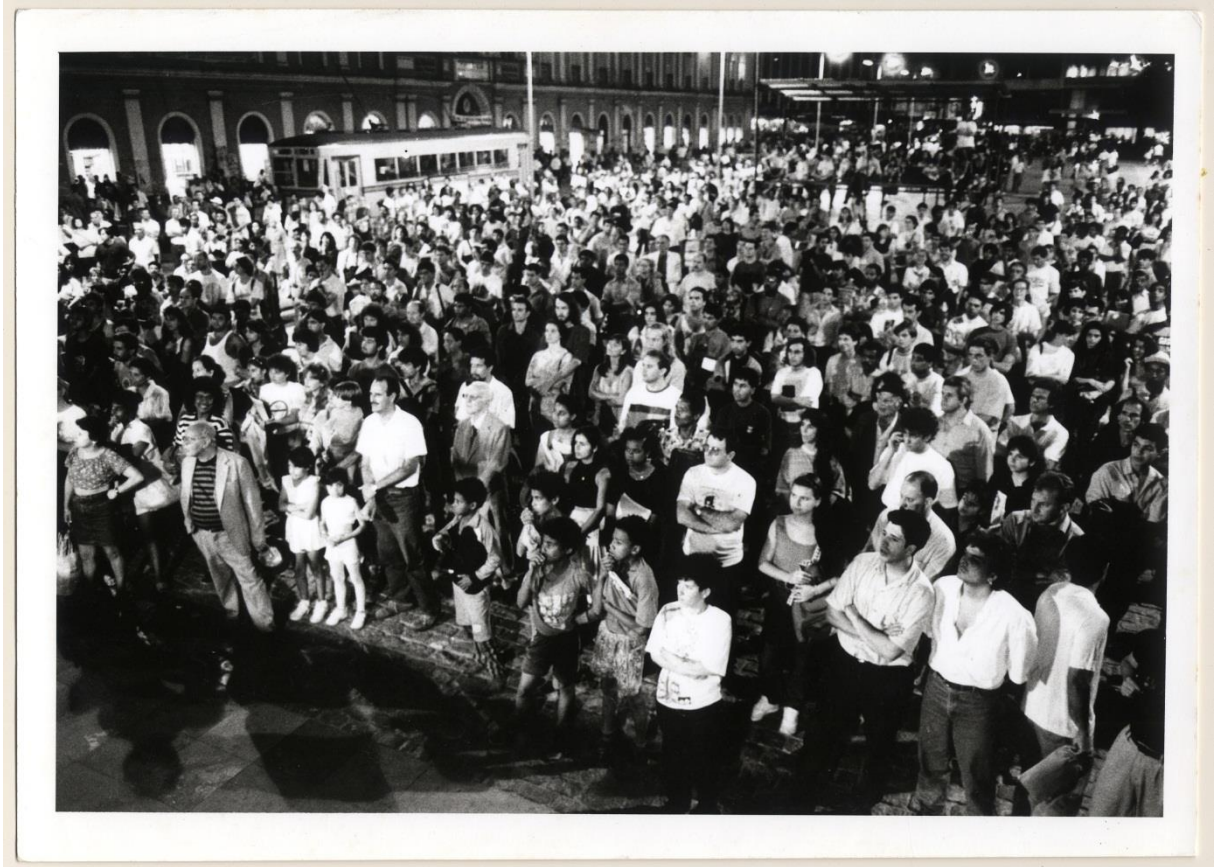


Figura 13: Largo Glênio Peres.

Fonte: Largo Glênio Peres. Espetáculo Público em 1994. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/
FototecaSimoaBreitman.

Os dois próximos registros mostram o Largo dos Medeiros, que irá se tornar o Largo Esquina Democrática, com uma cultura de ser um espaço de encontro e debate político desde então. Assim como atualmente, o espaço por ter essa característica de ser um lugar de debates sobre a conjuntura política se caracteriza por uma paisagem masculina, já que majoritariamente esses espaços são constituídos, em sua maioria, por homens. Essa característica continua impressa na imagem do Largo Esquina Democrática até hoje, reafirmando a paisagem com a função de conservar os sinais das relações de poder.

Em nenhuma das duas fotografias é possível identificar nenhuma mulher parada ou passando por esse espaço e é presente até hoje a característica de não compor nenhum equipamento urbano, mesmo que provisório com função de parada ou de apresentação artística. E se for levado em consideração que os largos se reafirmam com uma identidade visual constituído pelas pessoas e pelo movimento da efemeridade, o Largo

Esquina Democrática se coloca como o grande exemplar de um evidente largo, se comparado com praças e parques próximos.



Figura 14: Largo dos Medeiros.

Fonte: Largo dos Medeiros, 1920. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ Fototeca Simoa Breitman.



Figura 15: Largo dos Medeiros.

Fonte: Largo dos Medeiros, 1949/1950. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ FototecaSimoaBreitman.

As próximas seis imagens são do Largo Zumbi dos Palmares, quando ainda era chamado de Largo Epatur. Um largo conhecido pelas atividades culturais que envolviam artesanato e apresentações em períodos curtos de tempo. Diferente do Largo Glênio Peres que possui a característica de também abrigar atividades culturais e de produtos artesanais durante todo ano, esse largo se configurou como um espaço de atividades perenes.

Curiosamente ele continha alguns canteiros verdes, como pode ser visto na última fotografia das que seguem, mas que em seguida foram consumidos. Um descaso que pode estar ligado a uma desatenção das instituições públicas e das pessoas que se apropriam dele, talvez por não ver intimidade dos largos com áreas verdes, fortalecendo o perfil desses espaços na falta de ajardinamento. Isso não necessariamente é apontado como negativo, pois para quem usa o largo para as apresentações e atividades culturais, a abertura da área do largo, sem árvores ou qualquer outro equipamento, muitas vezes é apontado como qualidade e não como defeito.



Figura 16: Largo da Epatur.

Fonte: Largo da Epatur, sem data. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ FototecaSimoaBreitman.



Figura 17: Largo da Epatur.

Fonte: Largo da Epatur, sem data. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ FototecaSimoaBreitman.



Figura 18: Largo da Epatur.

Fonte: Largo da Epatur, sem data. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ FototecaSimoaBreitman.



Figura 19: Largo da Epatur.

Fonte: Largo da Epatur, sem data. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ FototecaSimoaBreitman.



Figura 20: Largo da Epatur.

Fonte: Largo da Epatur, sem data. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ FototecaSimoaBreitman.

No caso dessa última fotografia acima mais especificamente, aparentemente o que vemos é uma apresentação artística no Largo Zumbi dos Palmares, que na época se chamava Largo Epatur. Analisando com mais detalhe a mesma fotografia é possível observar um adesivo colado na parte inferior dessa mesma imagem. E foi esse adesivo que forneceu pistas para que esse homem que se apresenta, num momento ainda sem data fosse encontrado hoje. Através da investigação se chegou a informação que essa apresentação era de mágica, e o artista era conhecido como Tony.

Tony, o mágico continua morando na cidade de Porto Alegre atualmente e ainda se encontra envolvido com as apresentações de mágica, porém no ano de 2005 inaugurou um espaço fechado, chamado “Salão Mágico do Tio Tony”, localizado na Rua Dona Alzira, 420, Bairro Sarandi. No encontro foi revelada a data da fotografia acima, sem lembrar o dia exatamente, o ano é de 1978 aponta Tony. E trinta e sete anos depois, o registro a baixo é de um reencontro com um personagem que vivenciou esses espaços dos largos em outros momentos passados e trouxe muitas informações sobre o cotidiano dos largos:



Figura 21: Mágico “Tio Tony”.

Fonte: a autora. Do lado esquerdo o Mágico “Tio Tony” e do lado direito a autora, 2015.

Paulo Roberto Martins, o “Mágico Tio Tony”, rio grandinho que veio para a capital para trabalhar como bancário, e gostava nos anos de 1960 de se apresentar como mágico nas horas vagas. Em entrevista à autora (ANEXO 2) ele comenta que nessa época não haviam artistas se apresentando na rua espontaneamente, pois nas suas palavras “não se tinha muita liberdade”.

Assim, boa parte das apresentações que aconteciam, eram por via de contratos com a prefeitura, em espaços públicos ligados a eventos que geralmente compunham outras atividades, como circo, artesanato, teatro e música. Ele lamenta um maior incentivo por parte na prefeitura naquele momento, realidade que não identifica na atualidade. Quanto às reflexões sobre paisagem dos largos, o “Tony” não aponta muitas diferenças sobre aspectos específicos dos largos, por anteriormente não ser hábito apresentações nas ruas, se comparado com os dias de hoje. Porém, quanto à dimensão do imprevisto, apontado como característica temporal dos largos, a entrevista com esse personagem evidencia o quanto esse aspecto é recorrente.

Durante toda a entrevista, o mágico aponta ponderações sobre sua avaliação da realidade dos espaços públicos para artistas de rua, como ele já atuou. E no final dessa entrevista, pode ser identificada a dimensão temporal do imprevisto, como ele próprio diz quando é perguntado se sentia saudades da rua: “A rua é mais pesado, mais cansativo. Prefiro aqui no espaço fechado toda a vida... Pois o público que está aqui veio ver. Lá eu conto com o acaso, é totalmente diferente.” (TONY, T. Entrevista concedida a Rosiéle Melgarejo da Silva. Porto Alegre. 19 maio. 2015)

A partir do ano de 2005 o “Mágico Tio Tony” deixa de ser bancário e se dedica ao que mais gosta de fazer, que são as apresentações como mágico. Inaugura o Salão de Festas que leva o seu nome na Zona Norte de Porto Alegre e deixa de se apresentar nas ruas. Apesar de elencar muitas dificuldades da vivência do artista que se apresenta em espaços abertos, tanto no passado como na atualidade, ainda assim fala com saudosismo de um espaço-tempo que revelou a sua maior vontade, que é ser mágico.

Olhando as fotos, ele comenta sobre esse evento que aconteceu no largo em 1978. Disse ele que com frequência ocorriam eventos desse tipo no local, pois o Largo Epatur era reconhecidamente turístico e contava com recursos públicos para sua realização. Comenta a grande quantidade de pessoas, por evento de uma maior aceitação dos eventos de rua em sua opinião. A seguir segue mais uma fotografia desse evento, agora com data informada de 1978:



Figura 22: Largo da Epatur.

O conjunto desses registros são recortes da memória dos largos, e que se mantem ainda ativa nos dias de hoje, central na experiência de vida dos que vivenciam o cotidiano dos largos da cidade. Por ser uma perspectiva de vivência que foge às praticas institucionalizadas, que podemos chamar de independentes dos meios legais de permissão, dependemos fortemente dos registros da memória coletiva que se construiu a partir e dentro desses espaços.

2.3. A memória resgatada na paisagem produz espaço e história

O uso desses registros recortados de diversos momentos históricos da cidade exige alguns cuidados. Essas paisagens tratadas nessas fontes não remetem a história dos largos na cidade de Porto Alegre. Elas não reconstroem de forma objetiva e a partir de um método científico como se desenvolveu a produção do espaço dos largos. Elas são partes que se completam com os narradores sociais que vivenciaram as práticas, e logo não são registros neutros.

O trabalho interpretativo que foi feito nas reportagens e fotografias foi baseado em relatos, entrevistas e conversas com vários personagens que vivenciam os largos nos dias de hoje. Esses últimos irão compor o trabalho nos próximos capítulos e assim, essas prévias conclusões se mostrarão mais evidentes. O estudo da paisagem está inserido num caminho metodológico preferido nesse momento, que começa com uma ambientação dos vestígios e registros de práticas que construíram uma memória coletiva.

Tratar a experiência vivida nos largos da cidade de Porto Alegre como uma memória coletiva nos permite dizer que a produção do espaço dos largos transcende o indivíduo, são socialmente referenciadas por um grupo e passadas de maneira oral dentre as pessoas que se apresentam, trabalham ou passam seus dias nesses lugares. As paisagens dos largos registraram e continuam escrevendo essa memória que demonstra que a vivência na cidade não é homogênea, e ainda como comenta Maurício Abreu:

Nem todas as memórias coletivas urbanas conseguiram ser registradas. Muitas perderam-se no tempo, o que faz com que os vestígios do passado que subsistiram na paisagem ou nas instituições de memória sejam apenas fragmentos das memórias coletivas que a cidade produziu. E fragmentos muito especiais, pois estão geralmente ligados a estruturas de poder. (ABREU, 2011, p. 28)

E por estar ligado as estruturas de poder, é que os largos não ficaram de fora do uso mercadológico da paisagem, e cada vez mais estão sendo apropriados pela propaganda. Rapidamente ela foi inserida nos espaços públicos, e os largos, mesmo sendo identificados como lugares de redutos de práticas que não seguem o circuito de atividades oficiais da cidade, também foram apropriados de diferentes formas pelo mercado.

Um exemplo disso é o Largo Glênio Peres, que passou por várias transformações recentes, intensificadas durante os preparativos para a Copa do Mundo de 2014, com a inserção de marcas, como pode ser visto a seguir:



Figura 23: Largo Glênio Peres.

Fonte: a autora, 2014.

As paisagens dos espaços públicos na contemporaneidade expressam o discurso do planejamento urbano que se vivencia. Portanto, é importante fazer uma leitura sobre a tendência que essas mudanças estão apontando. Essa propaganda da coca-cola no Largo Glênio Peres é um caso isolado na realidade dos largos da cidade. Porém, essa é uma tendência dos espaços públicos em geral, e possivelmente irá atingir outros largos, seja por sua centralidade ou funcionalidade. Théo Fort-Jacques e Batiste Fricau em seus estudos apontam os efeitos da imagem no planejamento do espaço público:

Pelo fato de estar exposto ao olhar de todos, o espaço público pode ser considerado como um essencial vetor de imagens. Os administradores do espaço urbano não se enganam quanto a essa questão e mobilizam amplamente esse potencial, seja no plano da competição nacional e internacional referente à atratividade dos territórios, seja para legitimar a ação deles junto às populações locais. (FORTE-JACQUES E FRICAU, 2004, p. 110)

A paisagem dos largos nos trouxeram um universo heterogêneo, e isso fruto das relações de poder. Assim, a imagem não só vai expressar essa estrutura de poder, como também vai intervir na produção do espaço como um agente de transformação, a exemplo da propaganda demonstrada anteriormente. Mesmo na memória coletiva dos largos, que se busca demonstrar, a paisagem não se mostra homogênea. Pois dependendo do local do qual é visto esses lugares, ou a partir do lugar de fala de quem observa, a mesma porção do espaço apresenta diversas paisagens. A cada novo locutor das vivências cotidianas no largo, novas paisagens se apresentam.

A relação do lugar de fala com a paisagem, a partir da perspectiva das relações de poder foi tratada em um texto de Yves Lacoste chamado “Paysagescomaction”⁶. Nele o autor retrata a correspondência marcante entre paisagens consideradas bonitas e belas, com lugares de grande significância militar. Assim, segundo ele, em boa parte dos países da Europa Ocidental, locais com instalações fortificadas, castelos, fortalezas e bunkers, por exemplo, com frequência eram ligados a lugares da beleza.

Yves Lacoste nos traz um aporte importante para essa reflexão sobre paisagem, pois aponta que ela não tem como base somente a estrutura material fotografável, e sim que ela recebe influência direta do lugar de onde se observa. Assim, essa correspondência entre lugares fortificados com lugares da beleza estaria sinalizando outra relação entre paisagem e pontos de vista dominantes. Como assim comenta Yves Lacoste:

Sem dúvida, a impressão de beleza que se sente na frente de tais paisagens tem algo a ver com a sua magnitude e com o poder de sensação que se experimenta em uma posição dominante < vista deslumbrante > tanto maior for. O sentimento de beleza e poder é ainda maior quando se domina uma paisagem variada, humanizada, como sua cidade, vilas, suas estradas, campos, tal um príncipe observando seus campos... (LACOSTE, 1987, p. 6, tradução nossa)⁷

⁶ “Paisagens em ação”.

⁷ Texto original: Sansdoute, l’impression de beauté que l’on ressent devant de tels paysages a-t-elle quelque chose à voir avec l’ampleur de la sensation de puissance que l’on éprouve dans une position dominante à < embrasser de regard > des étendues si grandes. La sensation de beauté et de puissance est encore

Não basta, entretanto resgatar a memória coletiva do passado. O reconhecimento da produção de uma memória nos largos da cidade é um princípio, mas não um fim. Precisamos definir a produção do espaço dos largos como histórica, e para isso precisaremos definir primeiro quais são os conceitos e variáveis que permitirão essa construção. Essa pesquisa optou por ter como ferramentas os conceitos da Geografia, a começar com o de paisagem, e em seguida passar pelo crivo do espaço, território e lugar.

A cada conceito, algumas considerações se desenvolvem, que correspondem as variáveis, para com isso no final dar base para uma metodologia. Não se aposta aqui em uma conclusão fechada, mas sim em uma ferramenta que minimamente possibilite parâmetros para o debate dos espaços públicos na contemporaneidade, a partir da perspectiva dos largos. As imagens constituem a produção do espaço, assim como esse último produz imagens, que animadas pelo jogo das significações, produzem cenas.

2.4. A cena que compõe a paisagem

A partir das evidências tratadas, podemos dizer que os largos apresentam um texto. Pois se pararmos em qualquer um desses largos, caracterizados pela grande presença social, e olharmos a nossa volta, a falta de equipamentos urbanos ou áreas verdes não classifica esse espaço como um vazio. É preciso abrir um parêntese sobre a presença social, pois dependendo do período do dia a quantidade de pessoas que usam esses espaços, como parada ou passagem, muda drasticamente. Durante o dia se evidencia as relações sociais que já foram comentadas, e durante a noite esses espaços se transformam em grandes vazios, porém não completamente, pois restam alguns grupos que irão usar os largos para pequenos roubos, tráfico de drogas e prostituição.

Reconstruindo essa paisagem historicamente, como a fizemos, podemos compreender melhor as formas desse texto social na atualidade. A leitura desse texto social tem como objetivo abrir o leque de possibilidades, que a análise espacial e territorial, logo mais irá decifrar. Assim, a leitura da paisagem estabelece os critérios por onde nosso olhar irá se

concentrar para análise dos usos e apropriações desse espaço. Henri Lefebvre, tratando de linguagem verbal, explicita o que seria o texto impresso em forma de paisagem:

Inspirando-nos na linguagem e no estudo, chegamos pouco a pouco a uma metodologia muito geral. Consideramos as sociedades como uma mensagem perpétua (temporal) a decifrar, isto é, a transformar em quadros sinópticos (sincrónicos) na medida em que a isso se preste, isto é, que produza ela própria tais conjuntos dados simultaneamente. A mensagem da sociedade é dupla: o texto oferecido aos nossos olhos (a paisagem, a cidade) e a linguagem, o texto verbal. (LEFEBVRE, 1966, p. 268)

O conteúdo da vida social se expressa na paisagem de forma vasta e confusa, com relações que ora se aproximam, colaboram e se identificam, e ora se afastam, confrontam-se e não se reconhecem como conectados. O esforço posto aqui então, é o de distinguir grupos conforme influência e frequência de apropriação dos largos e símbolos que tornam sensível a identidade, o que revela a funcionalidade que esses espaços estão atendendo na contemporaneidade.

Dessa forma, o ser no espaço público dos largos se constitui dessa narrativa, presente na paisagem e a partir dela repleta de conteúdo. Mas esse aparente que não se esgota, mas possibilita os caminhos por onde nossas considerações deverão se pautar já demonstram a riqueza das possibilidades desses espaços. Isso é a paisagem compondo uma cena, como trata Paulo da Cesar da Costa Gomes:

De fato essa cena é uma espécie de discurso que se constrói por meio de certos gestos, pela maneira de se apresentar (em grupo, sozinho, com família, etc), pelas atividades desenvolvidas; pelas imagens criadas e lidas a partir de certos elementos, como roupas e acessórios; e pelos comportamentos, a maneira de falar e se conduzir em face da diversidade de circunstâncias oferecidas nesse espaço. Os itinerários, os percursos e as paradas são igualmente significativos, demonstrando uma escola, uma forma de particularizar e valorizar diferencialmente esse espaço. (GOMES, 2010, p. 164 e 165)

A cena que compõe a paisagem dos largos se caracteriza por uma ruptura do cotidiano acelerado e é visualmente singular. Diferente de outras tantas rupturas que os espaços públicos das praças e parques oferecem na cidade, essas são imprevistas. Ao sair de casa não se planeja um passeio no largo, nem as conversas, nem o café ou o cigarro que será

consumido nesse lugar. As rupturas se dão inclusive no campo individual de quem participa dele, com exceção dos que irão se apresentar, manifestar ou comercializar nesse espaço.

A dimensão temporal é o imprevisto, mesmo para quem de maneira pensada se apropria dos largos. Os comerciantes de pequenos produtos e eletrônicos se sentem apreensivos com a aproximação da polícia, pois não é previsível a abordagem, ou mesmo com roubos e a possibilidade de perda de materiais que demandaram um investimento para quem já possui muito pouco. Os artistas, nunca sabem a reação do público que pode variar de risos com as ironias dos lançadores de facas, da admiração de gaiteiros mirins ou de debates de apoio ou repúdio nas de caráter político. E todos esses exemplos podem ser interrompidos repentinamente por alguma pessoa exaltada em função dos efeitos do álcool e demais drogas. Assim, o cotidiano dos largos segue certo padrão de usos e apropriações, porém acontece a cada instante de maneira imprevista.

A dimensão espacial dessa cena é residual, pois a propriedade de acúmulo histórico dos largos é presente. Mesmo frente a tantas formas de controle que os espaços públicos passaram na sua história, mesmo com o uso dos instrumentos de repressão tendo se acirrado, mesmo com o aumento de vigilância através de câmeras introduzidas em alguns espaços ou do uso abusivo da propaganda que estimula ao consumo em todos os pontos da paisagem dos espaços públicos da contemporaneidade, os largos resistem historicamente. Maior parte deles se tornaram praças e parques, outros por evento de falta de critérios na designação do termo se tornaram largos, sendo que não passam de canteiros de rua ou descampados. Porém os que ainda possuem possibilidade de passagem ou parada são resíduos históricos de apropriações independentes do poder instituído e do seu próprio planejamento urbano. Os largos são resíduos de um passado recente e resistem a uma lógica que consome todo o tipo de espaço com a qualidade de impulsionar rupturas e de desfrutar de certa independência nas relações de poder.

Levando em consideração as dualidades teóricas trazidas no início desse capítulo, os largos da cidade de Porto Alegre, com destaque para os que estão sendo tratados como estudo de caso é um misto de uma realidade fixa, por sua configuração arquitetônica, e própria do movimento em função da dimensão do improviso. Ao mesmo tempo são palco e agente de transformações por sua propriedade histórica residual. É nesse sentido que a paisagem nos aponta para largos, na dimensão espaço-tempo como espaços do resíduo-improvisado, do

histórico-não-planejado, ou seja, um retrato de um cotidiano que não segue em sua totalidade a ordem estabelecida.

Acreditamos assim, que o debate sobre espaços públicos, de fato assim identificados, passa por uma reflexão a partir dos conceitos da Geografia, pois através deles se encontram as relações que ligam a dimensão física e arquitetônica desses lugares com a social, simbólica e de cidadania a qual está intimamente ligada.

A dificuldade maior é que o termo espaços públicos passou genericamente a ser utilizado para nomear um conjunto de praças, parques, ruas, largos e calçadas em função da sua simples existência, sem refletir sobre o que esses espaços representavam para a cidade em cada período. Através do estudo de paisagem dos largos se possibilitou avançar da concepção de que os largos se constituem somente como espaços abertos e com poucos recursos urbanísticos. Essa investigação amplia essa concepção e revela que esses espaços desenvolveram uma referência de apropriação diferenciada na cidade. Pois o uso se dá em sua maioria por grupos de artistas e vendedores ambulantes, ambos independentes, e de religiosos e organizações políticas. E mesmo as pessoas que não se encaixam nessas atividades, que usam os largos simples e puramente como passagem, se ligam a essas relações de largo no momento em que optam por parar e assistir uma apresentação, comprar um produto ou se encontram ali para uma pausa ou descanso.

Assim, ao considerar a paisagem como uma das perspectivas para reflexão da diversidade dos largos, e em certa medida dos espaços públicos em geral, se evidenciam alguns pontos de conflito. Essas características situam os largos com dinâmicas próprias, que através da reflexão na paisagem retratada, compõe um primeiro grupo de critérios para a metodologia de abordagem desses espaços:

- Os espaços não se resumem a sua estrutura arquitetônica, pois os largos demonstram que mesmo sendo considerados “abandonados” pelo poder público, a apropriação coletiva das pessoas denota uma dinâmica social tanto quanto, se em algumas vezes até maior, do que se comparado com outros espaços públicos da cidade que são contemplados com uma boa estrutura;
- A paisagem dos largos demonstra que a análise desses lugares deve seguir critérios da perspectiva de quem convive nele, pois sendo a existência desses espaços sendo dada pelas pessoas, deve ser através delas que a reflexão deve partir, e não a partir de quem observa;

- O modelo dominante de produção, a representação que se tem previamente desses lugares e a realidade vivida por esses agentes que transformam o cotidiano dos largos estarão sempre presentes em conflito, e eliminar a relação de poder seria tendencioso;
- A imagem dos largos pode ser usada como um dos elementos para se dimensionar o nível e tipo de segregações que a sociedade vivencia na contemporaneidade, com uma observação do modo como se dá a inserção, quando ela acontece, da mulher, do negro e dos mais pobres nesses espaços.

Porém, uma análise do aparente, pode não coincidir com o real, pelas chances de deixar de fora múltiplos aspectos. E é por isso que uma análise através da perspectiva de espaço se faz necessária, onde as relações podem ser apontadas, analisadas e delas ser extraídos os grupos ou agentes desses lugares que ora coexistem de forma colaborativa, ora se enfrentam nos largos da cidade de Porto Alegre.

A escrita impressa pelas vivências nos largos revela mesmo em meio ao ritmo acelerado da cidade, que rupturas no cotidiano sempre são possíveis, e uma parada para assistir uma apresentação artística, para um café, debater a política atual, para comprar algo ou mesmo escutar a mensagem do pastor é realmente possível, mesmo que contraditório ao cotidiano veloz e imposto das grandes cidades brasileiras.

CAPÍTULO 3

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E O ESPAÇO PRODUZIDO DOS LARGOS

Espaços públicos são janelas da realidade vivida nas cidades. E o largo é uma das diferentes perspectivas que a rua pode ser vista através dessas janelas. Esse ângulo de vista que os largos propõem compõe uma identidade desses espaços que se realizam nas relações de certos grupos que indicam a preferência por esses lugares. Assim, tratar largos de uma cidade é estar diretamente ligado a uma forma de vivenciar e de se apropriar que caracteriza os espaços públicos dos largos.

Os largos não são ilhas em que se exclui a influência dos diferentes entornos que funcionam nas redondezas de cada lugar. Eles sofrem com as relações próximas, com as lógicas de mercado quando mais próximo da área central ou de alta classe. Porém, o observável é um núcleo ímpar de identidade que se mantém independente da sua localização no espaço urbano da cidade. A construção histórica remontada no início do trabalho indica que seus efeitos se fazem presentes até hoje, justificando como eles se encaminharam para essa realidade na contemporaneidade.

As reflexões em torno das paisagens dos largos tiveram a intenção de descortinar a nostálgica visão de um passado moderno que considera os espaços públicos de modo geral como lugares do livre acesso e apropriação pacífica. E para o caso dos largos, o de que eles são espaços abandonados e sem funcionalidade na dinâmica urbana. Mas a aparente cordialidade dos espaços públicos é permeada de violências, e os largos que a primeira vista parecem abandonados, se enchem de resistências às relações de poder de dominação.

Para Foucault (2007), os espaços públicos são, antes de tudo, o lugar onde o poder se expressa e se exerce. E isso é comprovável quando se trata no controle expresso no aumento das câmeras de vigilância nos espaços públicos, assim como policiamento mais intenso e a intensificação das políticas públicas que possuem o caráter de controlar o acesso e uso. O poder dominante se exerce nos espaços públicos através das lógicas mercadológicas, porém isso não resume esses espaços. E para isso é que a compreensão de como funcionam os largos se faz necessária, para se pensar a ressignificação dos espaços públicos, levado em consideração o par dialético opressão e resistência.

E ao fim do entendimento dessa ressignificação, buscar formular critérios orientadores que permitam construir uma definição dos espaços públicos dos largos, com a possibilidade de se entender as relações de dominação que continuam hegemônicas, ao mesmo tempo que preservam resistências. Os largos propõem um modo de habitar que expressa uma identidade e promove através do conflito um espaço público mais diverso.

3.1. A produção do espaço público dos largos

O objetivo deste trabalho é tratar sobre a produção do espaço público dos largos o que implicaria, conforme esse conceito em um método de análise para esses espaços com um caráter globalizante e não totalizante. Isso porque afirmar que o espaço público é aberto, livre e de acesso amplo é analisar a realidade de maneira totalizante, generalizando contextos, relações e dinâmicas específicas dos lugares, chegando a um conceito que além de não expressar a diversidade que se apresenta, ainda distancia da realidade do cotidiano.

O conceito se distanciar do objeto é problemático e isso se mostra fortemente presente quando se trata de espaços públicos. E dessa forma, o conceito de espaços públicos, inclusive dos largos, acaba por expressar mais uma vontade, um anseio do que a realidade expressa na contemporaneidade. E para isso não é necessária uma reformulação profunda do significado, e sim uma mudança na maneira como é encarada a teoria, tornando as informações que se tem sobre o histórico desses espaços a base para a compreensão do objeto e não o contrário.

Não está se tratando de uma produção no espaço, e sim de uma produção do espaço. A diferença é que a referência espacial não é uma plataforma onde se desenvolvem fatos e uma sequência de acontecimentos que transformam esses lugares. A dinâmica espaço-temporal é social e o espaço a partir disso não é o resultado dos acontecimentos e sim produto histórico expresso do mais fixo e objetivo até os níveis mais subjetivos e simbólicos das práticas sociais.

Essa perspectiva de um produto espacial social se baseia na perspectiva dos estudos de Henri Lefebvre, que trata o espaço como perspectiva e produto social. Como ele trata a seguir:

Na verdade o espaço social “incorpora atos sociais, os dos sujeitos ao mesmo tempo coletivos e individuais, que nascem e morrem, padecem e agem. Para eles seu espaço se comporta, ao mesmo tempo, vital e mortalmente; eles aí se desenvolvem, se dizem e se encontram os interditos; depois caem e seu espaço contém sua queda. Para e diante do conhecimento, o espaço social funciona – com seu conceito – como analisador da sociedade. (LEFEBVRE, 2013, p. 93)

Existe um caráter de inocência no trato do espaço público, como se fosse possível a existência de um espaço que fosse profundamente de livre acesso a todos. As relações de

poder sempre estiveram presentes constituindo os espaços públicos, por vezes de maneiras mais subterrâneas que outras. O que dissimula essa realidade social dos espaços é a paisagem, como foi tratado no capítulo anterior, que propõe um espaço com capacidade de englobar as diferenças.

A presença nos largos de grupos que são considerados segregados de maior parte dos espaços públicos, não quer dizer que as relações de poder que os oprime não esteja presente. Muito pelo contrário, por esse contato entre artistas independentes, moradores de rua ou comerciantes informais, por exemplo, com um público diverso, policiais e a própria vigilância é que o conflito se torna mais evidente e intenso.

O diferencial dos largos é a irregularidade do conflito, ao contrário de outros espaços públicos, como praças e parques, pois as relações de controle se mostra diversificadas e imersas no cotidiano das grandes cidades. As nuances desses conflitos, e as sutilezas das fronteiras entre a apropriação dos diferentes grupos nos espaços públicos é vital para o entendimento da hipótese. Pois é o movimento sutil dessas fronteiras que fazem dos largos, espaços distintos de todos os outros espaços públicos da cidade.

Dessa maneira, a história dos largos nos mostrou quanto o produto social desses espaços públicos construiu uma identidade para certos sujeitos que foram sendo excluídos de outros espaços, a exemplo do que alguns cronistas relataram. A paisagem enquanto cortina de transparência dissimula que esses espaços possuam as mesmas potencialidades que outros. E o espaço social enquanto produção nos encaminha para revelar através das relações frontais dos sujeitos observados, um produto social que se expressa no interdito das entrevistas, com os que de maneira mais intensa, intervêm nos largos.

A hipótese de Henri Lefebvre (2013) é a de que a produção do espaço se tornou na contemporaneidade um fundamento para a reprodução do sistema capitalista. E baseado nisso se afirma que o espaço público, contido nessa relação dialética, produz um espaço plural e diverso quanto à funcionalidade atribuída pelos sujeitos sociais. E por fim, essa diversidade que não se resume as suas funcionalidades, nem às formas puras, orienta os espaços dos largos como um conjunto de lugares ligados a perspectiva clandestina e subterrânea da vida social. Dessa forma, o produto social dos largos frente a esse contexto é de espaços onde o conflito, as relações frontais e as tensões são atributos e não eventuais dados da realidade cotidiana.

Se mudarmos o ponto de partida da análise, e se for adotada a perspectiva dos ambulantes, religiosos, artistas e moradores de rua, acontece uma mudança de entendimento desses lugares, praticamente como consequência. Para esses sujeitos, os largos se apresentam como espaços importantes nas suas dinâmicas espaciais e cotidianas, pois eles são o sentido de existir de suas atividades. Sem os largos, esses sujeitos perdem sua própria identidade. Pois é essa lógica dialética que a produção do espaço social revela, a de que a identidade do sujeito social não está restrita ao seu corpo, sua prática e significado, e sim está ligada de forma mais ampla ao espaço. O espaço comporta esses elementos, na mesma medida que os produz, reproduz, multiplica e diversifica. Assim, o exercício de mudança de perspectiva de análise é um importante instrumento, já que se manter uma mesma forma de analisar reforça modos hegemônicos de pensar, como reforça RogrigoSalcedo Hansen:

La hegemonía social naturaliza los usos espaciales propuestos por los grupos dominantes, generando conductas o modos de habitar inconscientes, al tiempo que las prácticas de resistencia proponen nuevos sentidos y usos para el espacio. Sin embargo, debe quedar en claro que las prácticas de resistencia no se encuentran al nivel de las prácticas socio-espaciales hegemónicas. Mientras el inconsciente espacial se hace equivalente a lo hegemónico, las prácticas de resistencia se dan en los márgenes, alterando los sentidos y usos espaciales pero sin constituir discursos totalizantes que nos propongan un conjunto de prácticas completamente diferente, basado en premisas y valores diferentes a los hegemónicos. (SALCEDO HANSEN, 2001, p. 19)

Para Henri Lefebvre (2013) a dialética da produção do espaço se apresenta a partir de uma triplicidade: o percebido, o concebido e o vivido. O percebido se associa às práticas sociais, as formas concretas da vida urbana e a dimensão espaço-tempo das redes e percursos na perspectiva do cotidiano. O espaço concebido relativo às representações do espaço dominante no modo de produção e a um sistema de signos referentes à ordem que elas impõem. O vivido, por último, trata de espaços de representação que se apresentam com ou sem códigos, compondo assim também signos não verbais, relativos ao que se apresenta como dominado, ao que se vivencia através das ações coletivas, da arte e do clandestino.

Essa terceira dimensão da triplicidade espacial, a do vivido, é que mais nos interessa para o caso dos largos. Pois ele evidencia o que busca se verificar nesses espaços, que é a propriedade clandestina atribuída, que na maioria das vezes, não se apresenta de forma verbal e explícita. Relações que se apresentam muito mais de forma implícita se torna mais complexo de apresentar, pois essas evidências são pouco explícitas, e nem sempre são

relatadas em entrevistas. Elas acontecem no cotidiano e mesmo para se identificar é preciso vivenciar esses espaços desapegados de pré-conceitos e normatizações.

A busca por um método de análise dos largos, enquanto espaços públicos com características próprias frente ao contexto das ruas, é resultado de uma preocupação de como desenvolver um facilitador para compreensão de um espaço que se apresenta diferente todos os dias, mas que segue um certo padrão, que ao mesmo tempo que se apresenta contestador, por vezes reproduz lógicas do sistema capitalista. Um método que não encaminhe para certas conclusões, mas que descortine relações que passam despercebidas no cotidiano. Sobre os largos não existem dados, nem relatórios oficiais sobre o que acontece todos os dias, o que se tem são cronistas do passado e de hoje que relatam, questionam e provocam nosso olhar. O objetivo do método é ser mais um provocador, com critérios que questionem o que é visto, antes de qualquer argumento conclusivo.

O espaço do vivido possui um centro ou um núcleo de onde parte uma narrativa, neste caso, esse ponto é o largo. Ele também possui como referência mais importante a vida que ali se realiza, o que acontece na sua própria forma, ultrapassando as formas já classificadas nas relações espaciais. Segundo Henri Lefebvre:

Os espaços de representação, vividos mais que concebidos, não constroem jamais a coerência, não mais que a coesão. Penetrados de imaginário e de simbolismo, eles têm por origem a história, de um povo e a de cada indivíduo pertencente a esse povo. (LEFEBVRE, 2013, p. 100)

Assim, o espaço vivido possibilita através de um registro dos que estão fora dos circuitos oficiais e legais das práticas espaciais uma crônica do que se denota como clandestino. Uma perspectiva histórica importante, frente ao foco que é dado a maioria da historiografia oficial. Além do registro, nos apresenta outras formas de vivenciar, se apropriar e conceber a realidade das cidades. Os largos por sua vez colaboram para o exercício de entendimento da cidade diversa e plural, que oficialmente e clandestinamente se produz no espaço-tempo. Como assim comenta Henri Lefebvre:

O espaço de representação se vê, se fala; ele tem um núcleo ou centro afetivo, o Ego, a cama, o quarto, a moradia ou a casa; - a praça, a igreja, o cemitério. Ele contém os lugares da paixão e da ação, os das situações vividas, portanto, implica, imediatamente o tempo. De sorte que ele pode receber diversas qualificações: o direcional, o situacional, o relacional, porque ele é essencialmente qualitativo, fluido, dinamizado. (LEFEBVRE, 2013, p. 100)

Com o passar dos conceitos teóricos que permeiam os espaços públicos, as relações e as informações sobre os largos, cada vez mais nos afastamos da ideia de que os espaços públicos sejam lugares de interesse comum e de usufruto coletivo, para nos aproximar de espaços onde predominam relações de poder e de resistências. Os largos são ricos espaços para esse tipo de análise, se comparados com praças e parques, pois a eminência do conflito nas relações de poder são mais evidentes, mesmo que nem sempre explícitas.

Essa dificuldade em tratar nesses termos os espaços públicos de maneira geral se encontra também na escala de análise. Ao tratar dos espaços dos parques, das praças, largos e ruas, o foco se torna o que os aproximam, muito mais o que os afasta. E por isso as qualidades quanto a ser aberto e de acesso aparentemente sem critérios se fazem mais presentes nas análises. Mas quando a microescala é tratada como ponto de partida, como é o exercício feito com os largos, os critérios mudam, as tensões e conflitos se tornam observáveis, e isso torna complexo a produção do espaço público. Luciana Andrade e Luíz Batista chamam a atenção no debate da escala sobre os espaços públicos:

O que esses investigadores salientam é a necessidade de conhecer essas facetas do mundo urbano, afinal tão pouco conhecidas e que têm no enquadramento urbanístico das cidades contemporâneas o seu ponto de partida. O seu desconhecimento pode precisamente ter por base as leituras feitas a partir da macroescala que, não rebaixando o olhar de perto, ignoram essas microescalas tão intensas quanto inesperadas. (ANDRADE;BATISTA, 2015, p. 140)

Assim, o conceito de produção do espaço é uma perspectiva de ver a cidade e as relações de poder que se estabelecem de maneira vertical e horizontal, atuando de maneira concomitante. De um modo geral, as cidades são o ponto de intersecção entre verticalidades e horizontalidades. De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região e que podem ser consideradas nesse raciocínio como horizontalidades. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade, que seriam as verticalidades. (SANTOS, 2009) O espaço é composto por esses recortes e perspectivas sem possibilidades

de serem lidas de maneira separadas. E é a partir dessas leituras, dialéticas, que devemos desenvolver novas metodologias e categorias analíticas que permitam compreender a dinâmica contemporânea de certos espaços, como é o caso do esforço desse trabalho com o método de análise dos largos. E dessa forma, o que segue são pontos-chaves no conceito que contempla a realidade dos largos e que constituem a produção do espaço dos largos, base para outros critérios quando se trata desses espaços.

Tradicionalmente os espaços públicos são classificados segundo sua regularidade, seja na arquitetura ou nos usos. Porém o largo se mostra como desafio para análises que tem como ponto de partida esse tipo de critério. No primeiro capítulo, onde foi apresentado um pouco de como se desenvolveram os largos, chegamos a conclusão que mesmo seguindo um certo padrão, a sua característica mais forte é a própria forma irregular de arquitetura. Quanto aos usos não é diferente, pois os largos se apresentam tanto como lugares de passagem, como de parada, ou ainda como de comércio e exposições. Ou seja, nossa tendência em buscar classificar os largos com relação a uma ou outra característica é incompatível com a realidade vivida nesses espaços. Essa tensão nos limites que o conceito, frente a realidade, apresenta é debatida por vários teóricos na atualidade, como a seguir:

Espaço público tornou-se um dos campos de batalha centrais dentro do urbano contemporâneo. Reconhecido pela maioria dos teóricos urbanos como uma dimensão essencial da vida urbana, não existe uma definição simples de apenas o que o espaço público é, ou certamente deve ser. No seu mais básico, o espaço público é simplesmente o espaço utilizado em comum por parte do público. (LATHAM, 2009, p. 177)

Os usos e apropriações dos largos exemplificam uma realidade que indica que o principal critério de análise dos espaços públicos não deva ser suas reduções e especificidades e sim o nível que cada um alcança como possibilidades diversas de vivências. Ou seja, o diferencial na realidade dos largos é sua tendência ampla de multiplicar e pluralizar a produção do espaço, mesmo em um meio a uma arquitetura simplificada. É da irregularidade dos largos que um dos critérios de análise dos espaços públicos se apresenta, a multiplicidade socioespacial.

3.2. A multiplicidade na produção dos largos

A produção do espaço se desenvolve historicamente, logo a produção espaço-tempo na dimensão espacial nunca vai ser espontânea, pois ela demanda a construção de uma relação. E se a dinâmica espacial se faz histórica, analisar uma parcela do espaço supõe revelar a produção histórica do lugar. Mas nem sempre o espaço revela de imediato as relações históricas de espaço-tempo que o fizeram, o que aponta para a necessidade de uma forma de analisar conceitualmente o espaço.

Ao analisar os largos da cidade de Porto Alegre, através do acompanhamento das atividades que nela se realizam, de fotografias, entrevistas e uma pesquisa sobre o passado desses lugares se chegou à necessidade de identificar esses lugares com uma produção do que iremos chamar de multiplicidades socioespaciais. A necessidade de identificá-los dessa forma se dá pelas particularidades dentro do universo dos espaços públicos, que sofrem de uma generalização conceitual.

A dimensão espaço-tempo dos largos acontece no cotidiano em um lugar determinado por esses espaços públicos específicos. Nele lógicas globais através do poder local, expressão da ação do Estado, a generalização do processo de mercantilização do espaço e a ação dos empreendedores imobiliários se fazem presentes hierarquizando lugares e reproduzindo espaços de dominação. Considerar que os largos resguardam dinâmicas que podem ser entendidas como de resistência dessa lógica, não exime que esses mesmos espaços reproduzam práticas de dominação.

A questão é analisar quais foram os caminhos espaciais encontrados em meio a uma lógica hegemônica para produção, apropriação e reprodução de práticas resistentes. Através do recorte histórico e da análise da paisagem, se chegou a concepção de que os espaços dos largos se constituíram como lugares que foram se mantendo fora dos caminhos de elitização dos espaços públicos da cidade. E entrevistando pessoas que se apropriaram desses espaços no cotidiano, ficou mais presente a relação de identidade construída historicamente e que explica a opção de certos grupos por esses lugares.

A multiplicidade socioespacial chama atenção para pluralidade nas relações das pessoas com os lugares que habitam, mesmo que de maneira efêmera. Relação que ultrapassa uma proximidade com o outro e entende o lugar da vivido como extensão do corpo, o que da

união desses corpos constitui o que será chamado de largo. No início deste trabalho se chamou a atenção para os poucos equipamentos urbanos nesses espaços, inclusive daqueles equipamentos que se entende por essencial para a parada num espaço público, como bancos e assentos, por exemplo. Porém, isso não tornou os largos lugares em que não se reconhece como de parada, mesmo que improvisadas. Ou seja, esse exemplo é um dos tantos que podemos elencar para apontar o quanto a persistência da identidade socioespacial pode eventualmente contrariar a expectativa tradicional do modo de vivenciar a cidade.

No mundo contemporâneo as multiplicidades socioespaciais revelam a contradição entre a produção do espaço em função das necessidades econômicas e políticas e ao mesmo tempo a apropriação e reprodução da vida social. Essa contradição não é eliminada dos largos, ela não é uma forma pura, ela se realiza com todos os seus métodos segregacionistas, mas quando em contato com a persistência de certos grupos, se reformula, redefinindo inclusive a produção do espaço.

A multiplicidade socioespacial pode se construir entre grupos de maior poder aquisitivo e não está sendo eliminada essa possibilidade. Porém, chamamos a atenção para a importância a propriedade de resistência a uma lógica hegemônica que está sendo dada para essas identidades. Logo, será de grupos que historicamente foram segregados na urbanização da cidade, e não da relação de apropriação que acontece em bairros com alto poder aquisitivo.

Os espaços públicos que se caracterizam por uma apropriação de pessoas de alta renda contam com um conforto oferecido tanto pelo poder local, como pelos serviços de segurança e vigilância que mantêm esses espaços com as necessidades desses grupos atendidos. O mesmo não acontece nos largos, localizados boa parte na área central e bairros próximos, o que muda e amplia os conflitos no cotidiano e as formas de convivência encontrada por esses grupos. De diferentes formas o mundo da mercadoria apresenta os limites da análise:

As referências urbanas apontam e marcam a relação entre a construção da identidade (sua constituição a partir da vida concreta) e da memória, portanto a destruição destes coloca a identidade cidadão/metrópole em outro plano, agora definido nos limites do mundo da mercadoria. O movimento de generalização da mercadoria-espaço impõe mudanças substanciais ao uso, redefinindo seu sentido, por meio da imposição de mudanças ao modo de apropriação, invadido por normas bem definidas. (CARLOS, 2001, p. 330)

Milton Santos (2009) tratou das dualidades, aparentemente contraditórias, persistentes no espaço no que chamou de rugosidades, ou seja, espaços que persistem em práticas, revelam relações passadas e explicam movimentos contemporâneos. Essas rugosidades, nas palavras de Milton Santos, então seriam a persistência de espaços, relações que revelam um habitar que nem sempre está de acordo com a lógica global. Elas são resistências e permanências com limites claros, pois ao ultrapassá-las são contidos ou transformados.

Essa perspectiva nega a possibilidade de um estranhamento total da cidade, pois o espaço se produz a partir de verticalidades e horizontalidades (SANTOS, 2009). Verticalidades que não permitem que a lógica macro esteja de fora das relações socioespaciais, e horizontalidades que reinventam o habitar como forma de proximidade espacial. Os largos reinventam e reproduzem rugosidades de espaços públicos através de práticas, que agregam em identidades socioespaciais, que em outros momentos fora segregado.

Assim, o principal nesse debate é tornar os espaços dos largos complexos de tal maneira que não fique dúvidas sobre a sua heterogeneidade, sua dinâmica de destruição e reconstrução constantes. A multiplicidade das relações expressas nesses espaços trazem os elementos para o entendimento conceitual de que o espaço necessita. Ou seja, os largos estão apoiando o conceito de espaço que se sustenta como resultado das inter-relações. Compreendemos dessa forma que os largos apresentam a esfera da possibilidade de se visualizar no cotidiano, com toda a sua complexidade, do todo que os espaços públicos podem compor. E assim como os cronistas do passado se mostraram no princípio da pesquisa como fonte de compreensão das relações de poder que lá se desenvolveram, os cronistas de hoje serão os interlocutores da complexidade dos largos da cidade de Porto Alegre.

3.3. As crônicas que o espaço dos largos revelam

Os estudos, as observações e as conversas informais com o público que vivencia os largos da cidade de Porto Alegre mostraram que os processos sociais que se verificaram nos estudos de caso desta cidade são bem mais complexos do que se imaginava previamente. As observações indicaram que não há uma sequência linear, mas uma multiplicidade de processos sociais ocorrendo no contexto urbano estudado. Longe de haver uma

homogeneização das práticas que se distribui de forma irregular, mesmo que se repetindo por todas as áreas do envolvimento socioespacial dos largos, o que se verificou foi uma multiplicidade de usos e apropriações.

Subjacente àquilo que é considerada, de uma forma muitas vezes não questionada, uma uniforme cultura de massa urbana não se identifica nesses lugares, e muitas especificidades se escondem nessas realidades, e que somente as conversas e entrevistas puderam revelar aos olhos da pesquisadora. Por isso, a opção por usar as entrevistas como fonte de evidência e reflexão sobre a produção do espaço dos largos estudados. Os três largos onde ocorreram as entrevistas, o Largo Zumbi dos Palmares, Largo Glênio Peres e Largo Esquina Democrática, são uma amostra de evidências que se reproduzem em outros largos da cidade e que pelas observações podem se estender a esses últimos.

Nesse caso se fez a escolha por trabalhar com técnicas de pesquisa com entrevistas abertas, observação participante, que são de natureza qualitativa e, portanto, mais adequadas para reconstruir o universo de participação social e o sistema de representação dos informantes. As entrevistas abertas acompanhavam as informações que eram dadas, porém seguiam um vértice de três pontos básicos de questionamento, o primeiro dando o lugar de fala, com informações sobre as atividades que o entrevistado está envolvido no largo, um segundo ponto que questionava a relação do entrevistado com o largo em que executa suas atividades e um terceiro ponto onde se questionava a sua relação com outros grupos ou pessoas que se envolviam com o cotidiano do largo em questão.

As entrevistas se davam como formalizadas a partir do momento da autorização da gravação e do consentimento através de uma autorização (Anexo 1), onde fica esclarecido o uso exclusivo dos conteúdos para a investigação acadêmica. O que segue é um misto das informações relatadas nas entrevistas, que se encontram transcritas nos anexos, e das observações da pesquisadora a fim de compor mais elementos a nossa compreensão da produção do espaço dos largos da cidade de Porto Alegre.

3.4. A crônica de uma moradora de rua

Segundo o último cadastro realizado pela FASC (Fundação de Assistência Social e Cidadania), o número de pessoas vivendo nas ruas da cidade de Porto Alegre contabiliza

1.347 pessoas. As estimativas de quem estuda o tema, como o Projeto Universidade na Rua, promovido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, são de que o número esteja entre 3 mil e 5 mil pessoas vivendo nas ruas da cidade de Porto Alegre.

Os espaços públicos de modo geral servem de abrigo para muitos moradores de rua passar a noite ou fazer paradas para descanso. Porém está cada vez mais difícil de encontrar esse público nas ruas, principalmente em horários comerciais e por lugares com grande visibilidade. E isso não tem ocorrido por evento da diminuição do número de pessoas nessa situação de vulnerabilidade, o que pode ser observado nos altos números dos índices que se apresentam e da tendência de crescimento que eles apontam. O que ocorre é uma política de retirada desses moradores e moradoras de rua das áreas centrais e de interesse comercial para regiões periféricas da cidade. Uma retirada que prima pela paisagem da cidade em primeiro lugar, quando o que deveria ser prioritário seria a busca por estratégias que colaborassem para retirar essas pessoas dessa situação de vulnerabilidade.

Não se tem dados oficiais sobre os locais de preferência dos moradores de rua, porém é visível a opção dos espaços públicos como dormitórios ou parada. Já que sua preferência é pautada pelas condições que o lugar oferece como proteção da chuva e do frio, assim como das diversas violências das quais eles são vítimas nas ruas. Em conversas informais com alguns moradores que vivenciam a região do centro da cidade, principalmente a noite, eles revelaram a preferência por parar nas proximidades de abrigos e de alguns lugares que já se sabe da oferta de alimento, roupas ou cobertores.

A cronista que trouxe elementos para nossa compreensão sobre a vivência dos largos como moradora de rua se chama Vera (entrevista na íntegra no Anexo 3) e vive a aproximadamente dois anos nessa situação e optou pelo Largo Zumbi dos Palmares como seu novo local de moradia. Com respostas curtas ela deixou claro que não tem preferência por um tipo ou outro de espaço público, mas o fato de ela dizer que ali foi o local onde “deu para parar”, já indica possibilidades diferenciadas nesse espaço, como ela diz a seguir:

A chuva é a pior coisa em qualquer um desses lugares. Estou cheia de problema. Mas acho que em todos os lugares é a mesma coisa. A gente tem que sair e andar. Mas aqui hoje deu pra dar uma parada. (VERA. Entrevista concedida a Rosiéle Melgarejo da Silva. 20/06/2015)

Nessa conversa ela revela elementos importantes sobre o cotidiano de quem vivencia o espaço dos largos. Fala da relação violenta com a polícia e com alguns moradores. Muitos moradores do entorno e que com frequência passam ou param pelo largo Zumbi dos Palmares, entram em atrito com os moradores de rua, por entenderem que ali não é o lugar deles. Como ela relata a seguir: “Tem gente que enche o saco. Tem uma senhora que mora num prédio aqui do lado que enche o saco. Eu estou cuidando das plantas da pracinha aqui. Mas ela não gosta da gente.” (VERA, Entrevista concedida a Rosiéle Melgarejo da Silva. 20/06/2015)

As formas como esses atritos acontecem são variados. Outro morador de rua que se aproximou para participar da conversa, mas que não aceitou ter o nome revelado, nem fazer a entrevista, colaborou com os detalhes do dia a dia dos moradores de rua nos largos. Esse segundo morador relatou episódios em que moradores jogam água, chamam a polícia ou resolvem por seus meios encontrar uma forma de retirá-los do largo. Vera também descreveu como o atrito acontece ali no Largo Zumbi dos Palmares. Quando questionada sobre como essa moradora de um prédio próximo, indicada anteriormente, provocava o atrito, ela comenta: “Ela xinga e diz pra ir embora. Mas daí eu xingo também! Digo, vai tomar no **! Vai te *****! E assim a gente vai ... sempre batendo boca. Mas nem sempre é assim. Tem gente que ajuda também.” (VERA, Entrevista concedida a Rosiéle Melgarejo da Silva. 20/06/2015)

Ao mesmo tempo a vivência das relações de poder no largo não se resume a atritos, pois existem os momentos de solidariedade, que também foram relatados por eles. Eles relatam de médicos que moram perto e se aproximam para um auxílio, de garis que sempre oferecem um cigarro sem pedir nada em troca, veterinários que ofertam consultas para os cachorros que acompanham esses moradores, cobertores e refeições que chegam gratuitamente de vizinhos do entorno do largo. Ou seja, existe uma relação que ultrapassa as fronteiras do largo, elas se ampliam em direção aos prédios e residências que estão no entorno de cada espaço desses, seja em função do conflito, ou em função da solidariedade.

A população de rua sofre diversas violências, sendo que a primeira delas é a própria condição de não ter moradia. Mas mesmo que de modo efêmero, o espaço do largo muitas vezes, se torna seu local de moradia. E esses são dias de intensas relações com as pessoas que frequentam esse espaço para passeio ou passagem. Intensidade que revela uma propriedade do espaço que é a de se desenvolver a partir da relação das pessoas com os lugares, e outra própria somente dos largos que é a contrapartida que as pessoas constroem na falta de uma

devida atenção do poder local. É surpreendente ao realizar as entrevistas, a quantidade de personagens que surgem, cada qual com uma função, opinião e prática que faz do largo um local de vital importância para essas pessoas. O que é noticiado como espaços abandonados, são apropriações importantes de longa data para muitos anônimos e anônimas.

A seguir uma fotografia da moradora Vera e de seu esposo, do carrinho onde usa para coleta de materiais e moradia, do cachorro que os acompanha e do gari que não quis conceder a entrevista, mas participou desse registro fotográfico e de outras informações sobre o cotidiano dos largos.

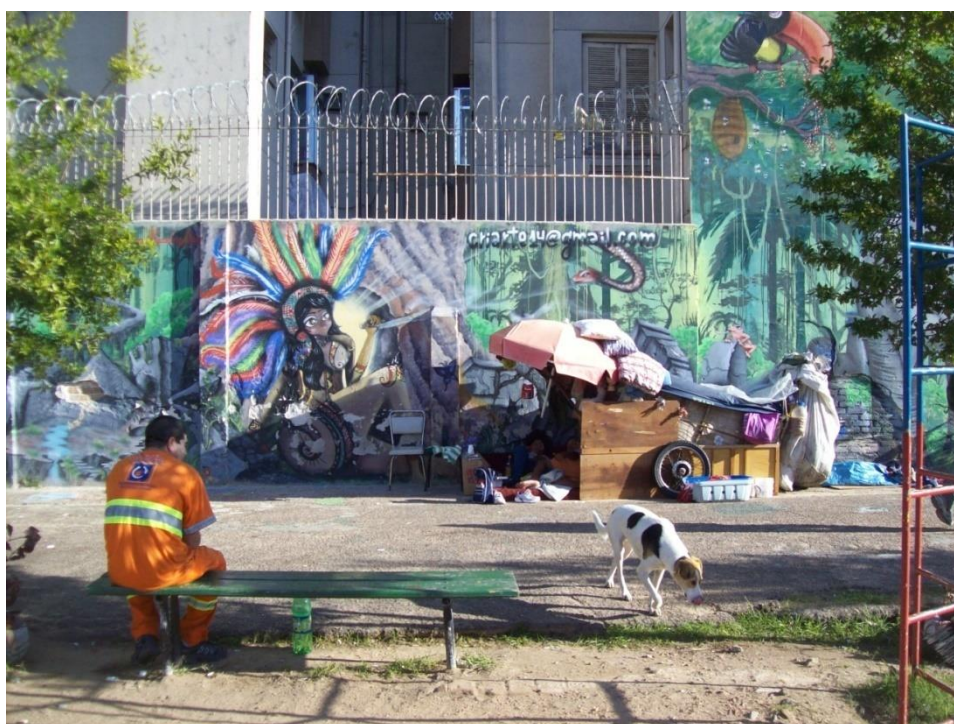


Figura 24: Largo Zumbi dos Palmares.

Fonte: a autora, 2015.

O largo Zumbi dos palmares conta com uma praça com alguns equipamentos para a recreação das crianças. Porém, essa pracinha passou por modificações nos últimos meses. A pracinha que antes dessa entrevista era assim:



Figura 25: Largo Zumbi dos Palmares.

Fonte: a autora, 2015.

Passados seis meses dessa entrevista com a moradora de rua Vera, o largo foi modificado. A praça das crianças foi cercada em função dos conflitos entre os frequentadores da pracinha e com outros grupos que também se usam do largo, como é o caso dos moradores de rua. Solucionado, segundo o poder público com a colocação de uma tela em torno da praça infantil:



Figura 26: Largo Zumbi dos Palmares.

Fonte: a autora, 2015.

As relações efêmeras e irregulares do largo já não faziam mais do Largo Zumbi dos Palmares a moradia de Vera, do seu esposo e do cachorro que os acompanhava. Os bancos que antes serviam de descanso nos intervalos do trabalho do gari se tornaram mais inacessíveis, mesmo sendo aberta a entrada da praça. Pois os limites que se colocam em um espaço após ser cercado é invisível aos olhos e a entrada gratuita não sana essa perda.

A arquitetura hostil aos moradores de rua é historicamente conhecida, porém tem passado por um processo de aceleração dessas medidas nos espaços públicos, e os largos que antes não contavam de imediato com essas estratégias começam a ser contempladas na cidade de Porto Alegre. Esse tema será debatido nas relações territoriais no próximo capítulo, onde essa relação hostil fica muito evidente. Por enquanto, um espaço vago foi o que sobrou do espaço onde antes dormia Vera, e agora claramente separado de outras apropriações do largo:



Figura 27: Largo Zumbi dos Palmares.

Fonte: a autora, 2015.

Em tempos que está se debatendo o cercamento do Parque Redenção, localizado perto do Largo Zumbi dos Palmares, na Avenida João Pessoa, bairro Cidade Baixa, pequenas práticas como o ato de cercar uma pequena praça no largo passa despercebido. Porém, no montante de ações que estão acontecendo na cidade, percebe-se as mudanças pelas quais estão passando os espaços públicos de Porto Alegre. O projeto de cercar o Parque Redenção até o momento ainda passará por um plebiscito, onde a população será convocada para debater o

tema, antes de ser sancionado pelo prefeito. Mas um cotidiano de espaços públicos que paulatinamente se torna cercado pode contar no futuro com espaços públicos cercados sequer sem consulta popular, em função da naturalização dessa realidade.

E mesmo sem ter uma certeza sobre esses caminhos ou descaminhos que os espaços públicos terão, o que se evidenciou, principalmente no caso dos largos é que tendência de cercas e fechamentos dos espaços públicos ainda não está definida. E se a moradora Vera não está mais passando seus dias no Largo Zumbi dos Palmares, Moisés está lá no momento para contar novas histórias, novas relações, conflitos e uma perspectiva da produção do espaço público, que é própria de quem tem esses lugares como morada. Moisés não aceitou ser entrevistado, porém permitiu o registro de uma fotografia, após muitas conversas e de como se deu sua vinda do Rio de Janeiro para Porto Alegre. Pois a cidade do Rio de Janeiro, segundo ele “ficou impossível de viver nas ruas”. O registro:



Figura 28: Largo Zumbi dos Palmares.

Fonte : a autora, 2015.

Para Moisés, a cidade de Porto Alegre é ótima para viver na rua, se comparado com outras grandes cidades e capitais do Brasil. E assim, cada cronista abre um leque de possibilidades, de perspectivas que só a vivência das micro-relações pode indicar.

3.5. A crônica de um comerciante de rua

O cotidiano de um comerciante em Porto Alegre não é diferente da realidade vivida em outras capitais e grandes cidades do Brasil. Iremos tratar nesse ponto dos chamados trabalhadores por conta própria, ou seja, aqueles que exploram seu negócio sozinho ou com a ajuda de familiares. Estima-se que no país esses trabalhadores independentes, segundo dados de 2009, equivaleram a 15,0% dos ocupados.

A seguir, uma tabela que demonstra o percentual desses trabalhadores entre 1999 e 2009, elaborada pelo DIEESE:

**Distribuição dos ocupados segundo formas de inserção
Distrito Federal e Regiões Metropolitanas – 1999 e 2009**

Formas de inserção	Distribuição	
	1999	2009
Total de Ocupados	100,0	100,0
Empregados	66,5	71,5
Emprego protegido (1)	45,5	51,8
Emprego subcontratado (2)	8,6	8,3
Emprego ilegal (3)	12,3	11,4
Trabalhadores Independentes	18,8	17,1
Conta própria (4)	16,7	15,0
Pequenos empregadores (5)	0,9	0,9
Profissional universitário autônomo	1,2	1,2
Empregados Domésticos	9,2	7,8
Demais ocupados	5,5	3,6

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, COM/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Incluem os empregados com carteira assinada pelo setor privado e público e o estatutário pelo setor público.

(2) Incluem os assalariados contratados em serviços terceirizados e os autônomos que trabalham para uma empresa.

(3) Incluem os empregados sem carteira assinada do setor privado e do setor público.

(4) Incluem autônomo para mais de uma empresa, autônomo para o público e dono de negócio familiar.

(5) Empregadores com até 5 empregados e com ganhos até o rendimento mediano nominal mensal.

Obs.: Corresponderem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal.

Os trabalhadores por conta própria apresentaram uma redução no período de análise, em função do crescimento econômico do país, que além de elevar o emprego, formalizou contratações e aumentou o contingente de empregados com carteira de trabalho assinada. Porém, estima-se que essa realidade se modifique em função de momentos de crise econômica, como essa que está sendo vivida pelo país.

No município de Porto Alegre, a situação é semelhante ao verificado no conjunto das regiões metropolitanas do país, mas chama a atenção que o número de trabalhadores independentes no município é maior que a média de outras regiões. Para os ocupados classificados como de conta própria, o percentual equivale a 92 mil trabalhadores, como pode ser observado nos dados abaixo:

**Distribuição dos ocupados, no trabalho principal, segundo forma de inserção ocupacional
– Município de Porto Alegre – 1999, 2009 e 2010**

Forma de Inserção Ocupacional	1999	2009	2010
Total de Ocupados	100,0	100,0	100,0
Empregados	65,1	70,0	71,4
Emprego protegido (1)	48,1	53,2	55,0
Emprego subcontratado (2)	7,3	6,4	6,2
Emprego ilegal (3)	9,7	10,4	10,2
Trabalhadores Independentes	22,0	19,2	18,7
Conta Própria (4)	17,4	13,5	13,1
Pequenos Empregadores (5)	1,4	1,0	1,1
Profissional Universitário Autônomo	3,2	4,6	4,5
Empregados Domésticos	7,6	5,6	5,2
Demais ocupados	5,3	5,3	4,7

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, COM/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Incluem os empregados com carteira assinada pelo setor privado e público e o estatutário pelo setor público.

(2) Incluem os assalariados contratados em serviços terceirizados e os autônomos que trabalham para uma empresa.

(3) Incluem os empregados sem carteira assinada do setor privado e do setor público.

(4) Incluem autônomo para mais de uma empresa, autônomo para o público e dono de negócio familiar.

(5) Empregadores com até 5 empregados e com ganhos até o rendimento mediano nominal mensal.

Obs.: Corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal.

Segundo os dados do DIEESE (2012), o total de trabalhadores no comércio somou 108 mil em 2010, sendo que 19,7 trabalham por conta própria, categoria de trabalhadores independentes, em que se enquadra uma parcela expressiva dos ambulantes de rua, que por sua vez ocupam boa parte dos espaços públicos da cidade, com marcada atenção para os largos.

A StreetNet Internacional, aliança de organizações de vendedores informais de diversos países, fundada em 2002, realizou e divulgou um estudo preliminar em dez das doze cidades-sede brasileiras com o objetivo de avaliar os impactos sobre o comércio informal, que foi intitulado “Retrato dos vendedores ambulantes nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014”.

Quanto ao caso da cidade de Porto Alegre, o relatório aponta que o estabelecimento do Centro Popular de Compras foi uma demanda estratégica que teve como finalidade retirar os vendedores ambulantes da região central da cidade, das ruas e espaços públicos onde exerciam suas atividades comerciais de maneira livre e gratuita.

A construção do Centro Popular de Compras, em funcionamento desde 2009, foi uma instalação coberta que teve como objetivo retirar os comerciantes de espaços públicos, como largos e praças da cidade e organizar essa atividade em um único lugar. Na fotografia a seguir é possível observar a dimensão do comércio que funcionava na área central da cidade, ao lado do Mercado Público, do Terminal de Ônibus Parobé e que ocupava parte do Largo Glênio Peres:



Figura 29: Largo Glênio Peres.

Fonte: Gilberto Simon, <https://portoimagem.wordpress.com/2009/09/16/camelos-protestam-no-centro-e-ameacam-voltar-as-ruas/> (2006)

Esse foi um ato governamental estratégico que aliou o processo de elitização dos espaços públicos, a exploração dos comerciantes, especulação imobiliária e a demanda de um megaevento que cobra uma imagem de cidade, sem a presença permanente das classes populares nesses espaços de grande visibilidade comercial. Como assim comenta o relatório StreetNet:

No entanto, o principal problema destacado em relação a atitude da SMIC e da Prefeitura em relação ao comércio informal, é a constatação de que a instalação do Centro Popular de Compras (CPC) na região central da cidade significou realização de um projeto de limpeza urbana de exclusão definitiva dos vendedores informais das ruas. O processo de negociação do poder público com os vendedores informais para a construção do CPC resultou no acordo de que a comercialização informal nas ruas do centro ficaria proibida.” (RELATÓRIO, 2012, p.111)

Segundo essa fonte ainda, em 2007 era registrada a existência de aproximadamente quatro mil vendedores na área central da cidade, o que inclui vendedores informais de mercadorias de utilidade e ambulantes itinerantes de alimentos e bebidas. No entanto, a proibição da venda nos espaços públicos do centro de Porto Alegre resultou no despejo de 50% dos comerciantes, que foram alocados nesse centro comercial fechado, por não conseguirem pagar o aluguel do condomínio. Ou seja, em última instância, uma atitude de maior controle dos espaços públicos resultou na falência, ou grandes prejuízos para esses comerciantes populares e para as famílias que possuíam nesse comércio seu sustento.

E mesmo com esse histórico, alguns trabalhadores por conta própria permaneceram nos largos e praças e contam como foi esse movimento de saída dos espaços públicos a partir da perspectiva do comerciante. E esse é o caso do Márcio, vendedor de cachorros quentes no Largo Glênio Peres e que há 40 anos trabalha nesse formato e observou essas mudanças ocorrerem.

Márcio concedeu uma entrevista (na íntegra no Anexo 4) na qual nos traz novos elementos a partir de sua perspectiva de apropriação do largo. Estando no Largo Glênio Peres por aproximadamente 40 anos, sempre vendendo cachorros quentes, Márcio presenciou muitas transformações nesse lugar. A sua proximidade com o Mercado Público lhe traz uma certa segurança, como ele comentou informalmente e como ser visto no registro a seguir:



Figura 30: Largo Glênio Peres.

Fonte: a autora, 2014.

Márcio é um dentre os tantos trabalhadores independentes por conta própria, que foi contextualizado anteriormente. A formalização do seu negócio, junto com as vantagens de estar presente no Largo Glênio Peres por tanto tempo o coloca a parte dos conflitos que acontecem entre fiscalização, policiais, artistas e vendedores em geral. Mas a relação de poder em um lugar com a multiplicidade que esse espaço contempla, não permite que mesmo ele fique isento de estar inserido na rede de disputas que o território promove. Nossa entrevista, por exemplo, foi interrompida diversas vezes pelo som alto de alguns religiosos evangélicos, que ligam um som amplificado no largo para expandir o alcance de suas orações.

O “ThêDogão” como Márcio é conhecido, se mostrou insatisfeito com a presença dos evangélicos no largo, assim como boa parte dos entrevistados, em função do som alto e do pouco diálogo que esses últimos possuem com o restante de artistas e comerciantes que se apropriam do largo. E quando questionado sobre a diferença entre trabalhar no largo ou em outro espaço público, como praças e parques, o entrevistado nos trouxe um elemento de evidência importante:

Sim. Pra mim tem diferença sim. Nas praças e parques que já trabalhei eu achei tudo mais organizado. Aqui é mais solto. Aqui o pessoal está correndo o tempo todo. Lá é mais tranquilo. O pessoal passeando, parando pra conversar. Aqui tem muito assalto também. Eu gostaria que a gente tivesse um pouco mais de tranquilidade aqui. Menos assalto, menos brigas e conflitos. Que o largo fosse um lugar legal também pra passear e parar pra comer um dog. Voltar um pouco do clima que tinha antes. Que era esse que eu estava lembrando agora, com o bondinho... crianças brincando. (Márcio, Entrevista concedida a Rosiéle Melgarejo da Silva. 12/09/2015)

Outro elemento relevante para o debate sobre espaço público, e que o Márcio em entrevista elencou é sobre as mudanças que aconteceram nos últimos anos. Não se tem dados precisos sobre a quantidade e frequência do público que passa ou visita os largos, mas as impressões dos que vivenciam o largo no seu cotidiano apontam para um movimento em direção ao aumento do público que se apropria desses espaços, assim como dos conflitos.

Márcio fala da saudade do bondinho que passava em frente ao Mercado Público e da tranquilidade quebrada pelos assaltos, que nos mostra que a produção do espaço público não é construída somente pelos que estão de passagem. Elas são construídas por pessoas que ao mesmo tempo em que compartilham de um objetivo comum, o de tirar uma renda ou complemento para a sobrevivência, também são os interventores que irão a partir de suas disputas definir o futuro dos espaços públicos.

3.6. A crônica de um artista de rua

A realidade dos artistas de rua pode ser resumida como um grande conflito entre o poder público e suas tentativas de regulamentar, de maneira a limitar as possibilidades de intervenção, e os próprios artistas que estão em desacordo com os projetos de lei que foram propostos nos últimos anos. Um exemplo disso na cidade de Porto Alegre começa com a aprovação da Lei Nº 11.213 de fevereiro no ano de 2012. Esse documento disciplina a realização de eventos culturais, econômicos, políticos ou de outra natureza no Largo Jornalista Glênio Peres.

Segundo seu artigo 1º: “Fica disciplinada, nos termos desta Lei, a realização de eventos culturais, econômicos, políticos ou de outra natureza no Largo Jornalista Glênio Peres, instituído pela Lei nº 7.023, de 16 de abril de 1992.” (LEI Nº 11.213, Artigo 1º, 2012). Segundo ainda o projeto, fica “vedada a realização de feiras no Largo Jornalista Glênio Peres.”

(LEI N° 11.213, Artigo 2º, 2012). Com a exceção da Feira do Peixe, que se realiza na Semana Santa.

Os eventos de caráter institucional ficam submetidos a uma prévia autorização que se torna necessários, a partir do momento que esta lei entra em exercício, e trata em um artigo específico como ficam reguladas todas as atividades de rua que acontecem ali, como trata a seguir no seu artigo 5º: “Será permitida a utilização do Largo Jornalista Glênio Peres pelos artistas de rua, desde que devidamente autorizados pelo Executivo Municipal, por intermédio dos seus órgãos competentes.” (LEI 11.213, Artigo 5º)

A localização do Largo Jornalista Glênio Peres é privilegiada, pois está situada entre a Praça XV de Novembro e o Mercado Público Central e entre a Avenida Borges de Medeiros e a Praça Parobé no centro da cidade, ou seja, lugar de grande circulação de pessoas. Isso faz dele um local atrativo para os artistas de rua que dele retiram sustento. Não existe uma estatística sobre o número de transeuntes que passam pelo Largo Jornalista Glênio Peres, mas segundo a Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC), passam por ali diariamente cerca de 300 mil pessoas.

Esse projeto gerou muita polêmica na cidade, sobre os limites que a ação do poder público possui no espaço e até onde um controle excessivo não interfere na livre produção e reprodução do espaço do vivido. Essas medidas não se resumiram a essa, pois outras foram tomadas, nessa busca por normatizar de maneira rígida quem, quando e como se apropria dos espaços públicos. De imediato essas medidas atingiram os largos, pois é nele que encontramos maior parte do público de artistas que se apresentam com suas intervenções lúdicas.

A Lei nº 11.586 de 2014 foi outro projeto que impulsionou novos debates sobre o papel do Poder Público. Nela tratava sobre os limites nas permissões das manifestações culturais de artistas em espaço público aberto, sendo que os pontos mais questionados foram quanto a uma permissão que o artista de rua deveria buscar junto com a Secretaria Municipal de Governança Local (SMGL), num prazo mínimo de 10 dias de antecedência, sendo cabível de aprovação ou não da proposta de atividade.

Essa lei em si busca em diversos detalhes regulamentar de uma forma rígida tal, que atende mais a função de ser impeditivo das atividades culturais dos artistas de rua, do que um incentivo dessas práticas. Ela também restringe o uso de aparelhos sonoros, e de som no

entorno de prédios históricos, governamentais e de saúde, atingindo diretamente o uso dos espaços públicos centrais, que desfrutam de um público maior.

Assim o artista de rua no contexto da cidade de Porto Alegre transita entre a legalidade e a ilegalidade, dependendo das medidas que são tomadas. O debate é tanto em torno dessas medidas sobre a regulamentação da apropriação dos artistas de rua no espaço público, que o vice-prefeito da cidade, Sebastião Melo, disse em entrevista para o jornal Zero Hora no dia 19 de agosto de 2015, quando questionado sobre a Lei Nº 11.586: “desconsiderem o texto”.

Um antigo artista de rua, que há 17 anos atua na cidade, principalmente no Largo Glênio Peres é o Alexandro Pinto, mais conhecido como o “Homem das Facas”. A seguir, ele se apresenta num ato onde demonstra sua habilidade com as facas em malabarismos, correndo riscos de se ferir, o que atrai muito o público que está passando:



Figura 31: Largo Glênio Peres.

Fonte: a autora, 2013.

O “Homem das Facas” observou muitas mudanças na atuação dos artistas de rua que usam os espaços públicos para seu sustento como é o seu caso, pois em entrevista foi revelado

essa ser sua única fonte de renda. Quando questionado (entrevista na íntegra no Anexo 5) sobre as dificuldades enfrentadas, de imediato ele relata o conflito com o poder público, como pode ser observado na sua resposta sobre situações inesperadas: “Já passamos sim. Mas nunca com o povo. Nosso problema foi politicamente. O povo apoia a gente. Agora politicamente... Ainda estamos passando. Querem tirar a gente daqui.” (Alexandro, Entrevista concedida a Rosiéle Melgarejo da Silva. 04/07/2015)

Na sequência dos questionamentos, perguntamos quem exatamente “quer tirar eles dali”, e ele responde: “O cara que entrou agora aí na prefeitura, agora aí. Só que não está conseguindo ainda. Falei com um amigo meu que é deputado federal. Só que eles assinaram uma lei pra nós⁸. Daí teve momentos que ficou ruim. Depois acalmou. E agora voltou a ficar muito ruim pro nosso lado.” (Alexandro, Entrevista concedida a Rosiéle Melgarejo da Silva. 04/07/2015)

Quando questionado sobre se ele, como artista de rua, concebia alguma diferença entre largo, praças e parques, Alexandro colabora para nossa reflexão com outro elemento sobre a produção dos espaços dos largos. Tanto artistas de rua, como comerciantes preferem ligar a imagem de suas atividades com um determinado local. Para eles é importante que suas intervenções estejam intimamente ligadas com o lugar, o “Homem das Facas do Largo Glênio Peres”. Quanto mais tempo passa, mais essa identidade se consolida. E quanto maior é o número de artistas que consolidam a imagem de suas atividades a do lugar, mais atraente esse local fica para outros iniciantes nessas práticas. É um ciclo que se retroalimenta. E sobre as diferenças entre largo, praça e parque, ele comenta:

O que acontece é que aqui já tem tradição de apresentação. E a gente já construiu uma imagem aqui no largo. Teve uma época que disseram que iam colocar a gente no gasômetro. Mas daí falei com um fiscal. E perguntei o que eles queriam com isso. Porque no Gasômetro só tem maconheiro. Aqui passa família, passa criança. Acho falta de respeito tu fumar no meio do pessoal como fazem lá. (Alexandro, Entrevista concedida a Rosiéle Melgarejo da Silva. 04/07/2015)

Essa tradição que Alexandro trata na sua fala é comprovada quando em conversas com outros artistas de rua, no próprio Largo Glênio Peres, a referência a essa chamada “tradição” é apontada. Um exemplo disso é o que diz Oscar, o “Gaiteiro” do Largo Glênio Peres

⁸ O entrevistado está fazendo a referência a Lei Nº 11.213 de fevereiro no ano de 2012. Esse documento disciplina a realização de eventos culturais, econômicos, políticos ou de outra natureza no Largo Jornalista Glênio Peres.

(entrevista na íntegra no Anexo 6) sobre os motivos de escolher esse lugar para suas apresentações de gaita. Ele diz o seguinte: “Não. Não vejo diferença na apresentação. Mas eu optei por me apresentar no Largo Glênio Peres por já ter outros artistas aqui. Existem outras referências da música que se apresentam aqui faz muito tempo.” (Oscar, Entrevista concedida a Rosiéle Melgarejo da Silva. 08/08/2015)

Assim, essas crônicas reveladas por interventores concretos dos largos da cidade de Porto Alegre interferem na análise a partir desse momento com critérios para compreensão da produção do espaço urbano onde estão inseridos. Suas práticas, interesses e perspectivas não são isoladas, participam de uma teia de relações que compõem a memória do espaço da cidade como um todo, na mesma medida que reforça o papel que assume o espaço público. Analisar, pensar e refletir sobre os espaços públicos precisa passar pelo olhar desses narradores, pois a análise técnica não pode se sobrepor a aprendizagem oriunda da vivência. Elas devem perseguir uma a outra para que a complexidade que analisamos seja provinda da concretude e não de um entendimento pré-concebido, forjado através de conceitos.

3.7. A produção de um olhar alternativo sobre os largos

A ilusão de um “homem cordial” foi tratado por Sérgio Buarque de Holanda como tese de como se construiu o perfil do brasileiro ou brasileira. Segundo ele, um “homem dócil” que se reconhece como hospitaleiro, generoso e polido, que maquia uma realidade justamente inversa. Porém, esse simbolismo diz mais com relação a um desejo do que de fato uma realidade, como ele comenta a seguir:

Nenhum povo está mais distante dessa noção ritualista da vida do que o brasileiro. Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez. Ela pode iludir na aparência – e isso explica pelo fato de a atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no “homem cordial”: é a forma natural e viva que se converteu em fórmula. Além disso a polidez é, de algum modo, organização de defesa ante a sociedade. Detém-se na parte exterior, epidérmica do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência. (HOLANDA, 2012, p. 53)

A tese de Sérgio Buarque de Holanda equivale a um disfarce, construído historicamente que se expressa socialmente, que permite a cada qual, e das relações no caso

dos espaços públicos, de preparar o olhar para um espaço desejado mais do que voltado para a realidade. E essa identidade do “homem cordial”, que podemos entender resultar em um espaço público cordial, justifica a dificuldade de tratar desse tema.

Mesmo sendo paradoxal, é na base de diversas violências, que buscamos manter o dito espaço pacífico, onde se divulga ser o encontro de todos. Os largos demonstram de diversas maneiras, as estratégias violentas que se usa para manutenção do espaço público cordial. Pois são os largos que por apresentarem um alto nível de conflito e de contatos nas relações de poder que de maneira inevitável atingem o espaço público cordial com diversos questionamentos.

Enquanto o conceito de espaço público mais difundido preconiza ser o lugar onde se passa o tempo livre, o largo se apresenta também como lugar de passagem, de trabalho ou de moradia. Enquanto o espaço público trata de áreas comuns, o largo expõe as restrições no uso. Enquanto o espaço público se mostra conhecido, o largo revela uma vida subterrânea ilegal. Enquanto o espaço público se coloca como acessível, o largo testemunha cotidianos constrangimentos com os que são segregados. Enquanto o espaço público diz ser o encontro de muitos, o largo controla esses tantos numa norma de comportamento de poucos. Ou seja, ampliar as possibilidades na forma como concebemos o largo, colabora em última instância em ampliar as fronteiras restritas do entendimento que reproduzimos sobre os espaços públicos em geral. Sufocamos sua multiplicidade em nome de um conceito que não corresponde a riqueza da realidade, como aponta Doreen Massey:

Se o tempo se revela como mudança, então o espaço se revela como interação. Neste sentido, o espaço é a dimensão social não no sentido da sociabilidade exclusivamente humana, mas no sentido do envolvimento dentro de uma multiplicidade. Trata-se da esfera da produção contínua e da reconfiguração da heterogeneidade, sob todas as suas formas – diversidade, subordinação, interesses conflitantes. À medida que o debate se desenvolve, o que começa a ser focalizado é o que isso deve trazer à tona: uma política relacional para um espaço relacional. (MASSEY, 2008, p. 97 e 98)

Dessa forma, levando em conta o contraste da teoria com as narrativas das práticas sociais descritas, podemos através do estudo dos largos reinventar o conceito de espaço público. A produção do espaço público revelou-se, independente de sua forma, como o primeiro e mais duradouro elemento urbano e popular da cidade. No retorno histórico feito no primeiro capítulo, demonstrou o posto de condição da vida social, já que sempre é requerido e

manifestado quando retirado. Enquanto espaço aberto, entende como valor a interação dos mais variados usos e apropriações. E por último, como concepção produz e reproduz o significado que a expressão “livre” e de “todos” pode expressar nos diversos contextos históricos.

Os largos inseridos nesse universo dos espaços públicos desmistificado anteriormente, apresentam ainda mais proposições que compõe com a análise de paisagem mais elementos para nosso futuro retorno às análises dos largos, porém com metodologias mais preparadas para isso. Essas proposições, elaboradas a partir do estudo de espaço visa preparar nosso olhar para o novo largo que pode ser descortinado de um cotidiano fixo e isolado. Vejamos quais são:

Primeira proposição é reconhecer o espaço público dos largos como produto de inter-relações irregulares. Ou seja, isso significa não buscar classificações, tipologias ou esquemas que simplifiquem o cotidiano dos largos. Eles não só estão contra a norma que busca restringir suas atividades, no papel do Estado, como também promovem uma autodestruição e reconstrução das suas dinâmicas em função dos caminhos que as relações de poder interna e com o entorno tende a influenciar. Essa implicação se baseia numa concepção de espaço que não se entende como sistema fechado, e sim aberto, pré-requisito para uma dinâmica de espaço-tempo não acabado e que precisa de vivência para ser observado.

Na segunda proposição, a produção o espaço público dos largos é fruto de uma multiplicidade. Esse aspecto não faz relação somente com a diversidade de grupos ou agentes sociais que intervêm no espaço dos largos. Estamos fazendo referência com esse segundo ponto à multiplicidade das relações que se evidenciou nos largos dos estudos de caso. As distintas trajetórias, algumas já vistas através dos cronistas contemporâneos, e outras que continuarão no decorrer do trabalho sendo apresentadas, são a fonte dessa pluralidade. E o mais importante nisso, é que elas coexistem. Não estamos tratando de grupos com uma identidade homogênea e fechada se relacionando com outros grupos, são trajetórias individuais que dependem do tempo de envolvimento com o lugar, tipo de intervenção e posicionamento na relação de poder conflituosa onde está inserido.

Na terceira e última proposição, a produção do espaço público dos largos na perspectiva do vivido é dinâmica. Compreender o produto social do espaço como dinâmico é estar aberto para diferentes caminhos, ou seja, não existe uma tendência única para o futuro dos largos, o que existe são tendências dependentes das múltiplas trajetórias. Dinâmica que

não se dá somente na dimensão temporal, pois o cotidiano como produto espacial também, se enche de dinamicidades em seus contornos que se mostram diferentes a cada dia. Os dias que o “gaitero” não vai, o som dos desafios propostos pelo “homem das facas” ganham contornos diferentes, do mesmo modo quando um morador de rua fixa sua morada por algumas horas, ou quando o vendedor de cachorro quente aproveita um momento de intervalo para apreciar o que o rodeia. Nuances e fronteiras que o mapeamento objetivo possui dificuldades de alcançar, pois são territórios da produção do vivido.

CAPÍTULO 4

LARGOS TERRITÓRIOS: PEQUENOS ESPAÇOS ONDE A APROPRIAÇÃO COLETIVA SOBREVIVE

O espaço público possui um universo diversificado quanto as suas realidades, e isso se mostra evidente quando apresentamos os largos como lugares diferenciados de praças e parques. Mas algo que perpassa as reflexões sobre todo o tipo de espaço público é sobre suas proximidades e distanciamentos com relação aos espaços privados da cidade. E é sobre essa questão que os territórios dos largos da cidade colaboram no entendimento das relações de poder públicas e privadas na contemporaneidade.

De imediato busca-se a identificação e delimitação do que é próprio do espaço público e do que é privado na cidade, numa busca de fronteiras localizadas e mapeadas. Porém, o que se evidencia na produção do espaço dos largos é que a relação de poder dos agentes sociais nesses espaços tende a capilaridade. Isso significa dizer que essa perspectiva de estudo que parte da escala do cotidiano e do lugar engloba e supera relações de dominação que se limitem às imposições do mercado.

A especulação imobiliária e a circulação de mercadorias continuam tendo papel imperativo na realidade dos espaços públicos, porém quando se usa uma metodologia de análise que parte do local para o global, as implicações que determinam os rumos dos espaços públicos da cidade se ampliam e se diversificam. Os territórios que se inter cruzam no dia a dia dos largos da cidade revelam que as fronteiras entre o público além de não serem claras, transitam de posição conforme os envolvidos e os interesses.

A produção do espaço na escala cotidiana dos largos revela um profundo conflito entre quem vivencia esses lugares, pois ao mesmo tempo em que enfrenta forças do mercado imobiliário e do Estado que tendem a se impor, enfrentam-se entre si pela disputa desses espaços. Ou seja, o processo de produção é socializado, mas as apropriações nas práticas analisadas tendem a ser privadas. Com isso vale dizer que as relações de poder que se estabelecem no cotidiano aprofundam a segregação, pois o espaço não se torna solidário na mudança de escala ou de agentes sociais. De toda a parte se identifica disputas e conflitos.

A reprodução do espaço dos largos territorialmente com muita dificuldade mantém seus status de público. Mas ainda assim, os grupos que atuam de forma independente comercializando, se apresentando ou se apropriando como forma de lazer dos largos, além de manter diversificado o uso, justificam a existência desses lugares. Pois a especulação imobiliária, junto com medidas de Estado além de tender a consumir como o número de espaços abertos na cidade, mantém sobre controle e vigilância os que persistem, de maneira a impor uma forma de uso homogênea, com tendências a práticas segregacionistas.

Assim, a multiplicidade analisada através dos territórios dos largos leva os conceitos de espaço público aos seus limites do seu poder de ser inclusivo. Esse limite não deve funcionar como barreira, mas sim como incentivo para práticas que ampliem, diversifiquem os usos para a produção do espaço social. Os conflitos são didáticos, tencionam a população a uma vida coletiva menos individualizada e mais coletiva.

A tomada de entendimento de quais são e como funcionam os territórios dos largos são imprescindíveis para as análises dos espaços públicos da cidade, pois são ricos em diversidade de apropriação social. E desse múltiplo de usos deveriam estar submetidos os critérios para as medidas dos órgãos públicos de estado e não o contrário. Dessa forma, para compreendermos como dialeticamente se produz o território dos largos, precisamos refletir sobre os principais agentes que interferem nessa produção, que são: a concepção privatista, a capilaridade das relações de poder, a vigilância, o controle e o poder relacional. E com esses agentes, que seguem, apresentar uma perspectiva territorial dos largos para pensar como se dá a produção do espaço dos largos.

4.1. A concepção privatista de habitar a cidade

As cidades brasileiras historicamente produzem e reproduzem um modelo espacial essencialmente privado. Isso está materializado num espaço cada vez mais edificado, com muros altos, de forma a demonstrar um desprestígio da rua e dos espaços públicos abertos. Embutida num argumento de insegurança urbana a opção por esse modelo de cidade evoluiu para os condomínios fechados, num abandono da vivência do cotidiano em espaços abertos, coletivos e que fogem do previsível e totalmente controlado.

Esse argumento de insegurança pública não evitou a vulnerabilidade às ações criminosas, conforme atestam crimes praticados em condomínios fechados com alto controle e vigilância. Assim, esse modo de habitar não garante totalmente a segurança da vida privada, e ainda acabou por influenciar fatalmente a produção do espaço público. Pois foram esses mesmos argumentos que justificaram a entrada, com muita força da vigilância e do controle em praças, parques e largos.

A concepção privatista da cidade foi introduzida totalmente para os espaços públicos, e numa disputa territorial é imposta cotidianamente por um conjunto de ações legitimadas pelo poder público. Um exemplo disso é um projeto de lei, que ainda necessita passar por apreciação dos vereadores da cidade de Porto Alegre até o presente momento, no qual propõe alterações no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA).

O Projeto de Lei Nº 020, de autoria do vereador Reginaldo Pujol (DEM) propõe estímulos à construção civil nas ruas contíguas a todas as avenidas que receberão no futuro, os corredores de ônibus BRTs. O texto do projeto prevê 120 metros para cada lado do entorno dessas avenidas que estariam no alvo de incentivos na construção de edificações maiores, podendo chegar ao aproveitamento máximo de edificação da cidade. Essas alterações atingirão se aprovadas, pelo menos 20 bairros de Porto Alegre, e conseqüentemente os espaços públicos no caminho dessas mudanças.

Os projetos de lei que estão em debate na Câmara de Vereadores de Porto Alegre demonstram que tipo de cidade o poder público atualmente concebe e estimula a consolidar. A especulação imobiliária só tem a ganhar com transformações desse tipo, o que demonstra uma afinada consonância de interesses com o poder público. Poderíamos, da mesma forma, fazer um paralelo entre o projeto de revitalização do Cais Mauá, os interesses da especulação imobiliária em tal obra e as conseqüências para o entorno, que prevê a construção de três torres para escritórios e hotel à beira do Guaíba.

A medida que vamos enumerando os projetos e propostas em andamento para a cidade de Porto Alegre, pode-se prever o aprisionamento que os espaços públicos da cidade irão vivenciar, se projetos como os citados anteriormente forem concretizados. Os efeitos para o modo de vida nas cidades são inúmeros, e como comenta Lúcia Leitão:

Ainda não se deu conta, pois, dos efeitos sociais e urbanísticos do processo de desertificação da rua – o modo contemporâneo de negá-la na cidade brasileira. Não se deu conta de que esse processo, provocado pela inexistência ou pela insuficiência de portas que se abram efetivamente para o espaço público, não contribui de maneira alguma, para amenizar a tensão de uma relação socialmente injusta – uma marca brasileira que o tempo só tem acirrado – existente entre os brasileiros de antiga linhagem e os que habitam os espaços considerados menos nobres da cidade. (LEITÃO, 2005, p. 250 e 251)

O encarceramento dos espaços públicos da cidade, o que inclui os largos que estão em sua maioria no caminho desses projetos em andamento, não se limita somente entre os muros e paredes de grandes edificações. A noção privatista de habitar a cidade invade os lugares através de práticas e se reproduz entre apropriações coletivas, que em última instância também promovem a segregação dentro dos espaços públicos.

É importante esclarecer que o tipo de segregação promovida por uma empresa especuladora na cidade é diferente de um grupo de comerciantes que desejam vender livremente em um largo, em escala e dimensão. Porém, a disputa como critério em boa parte das relações de poder, passando dos que visam lucro para os que se apropriam como lugar de vivências populares, aponta um nó no debate sobre espaço público.

O conflito de interesse dos que exploram os espaços públicos em busca de lucro econômico. E daqueles que retiram sua sobrevivência ou lazer encobre uma gama de outros micros conflitos que evidenciam esse nó que identificamos. Ao analisar essas micro relações foram elencadas várias defesas de identidades de grupos que buscam livremente atuar nos largos, mas com muita dificuldade observamos uma identidade com um espaço comum, os tornando mais vulneráveis ainda ao controle e a vigilância.

Ainda avança lentamente nossa concepção, enquanto sociedade, de espaço público como uma prática que deva ser defendida de maneira ampla. Dizer isso é avançar nos conceitos teóricos, para uma interligação com práticas territoriais, que expressem a diversidade territorial desses lugares, mas que necessita de uma mediação solidária nas relações de poder, principalmente entre os que são mais pobres ou segregados na cidade.

Henri Lefebvre insistiu na sua obra de que a produção do espaço possui duas perspectivas: por um lado aspectos próprios do mundo da mercadoria, de uma produção objetiva da realidade, e por outro lado aspectos subjetivos próprios do mundo da representação, com sua linguagem e simbolismo próprio. Assim, ao mesmo tempo a sociedade produz uma realidade objetiva e subjetiva, uma sendo condição para outra, com uma consciência dos limites de suas práticas capaz de influenciar as expectativas de transformação da própria reprodução do espaço.

O consumo cotidiano assume assim, diante de nós, a sua dupla figura, sua ambiguidade constitutiva. Considerado globalmente, cotidianidade e não-cotidianidade, o consumo é material (prático-sensível: pegamos, usamos, devoramos uma coisa) e ideal (ou ideológico: consumimos representação, imagem, significantes, linguagem e metalinguagem). Ele é total (tendendo a um sistema do consumo, sob a organização racionalizada do cotidiano) e parcial (ficando o sistema sempre inacabado, sempre desmentido, sempre ameaçado, não se fechando jamais, abrindo para o vazio). Ele é satisfação (de uma necessidade, esta ou aquela, necessidade disto ou daquilo, portanto saturação a um prazo mais ou menos longo e frustração (consumimos o vento e o desejo renasce). (LEFEBVRE, 1991, p. 153)

O atual momento de produção e reprodução do espaço público, não permite uma clara divisão entre a dimensão privada e pública nas cidades. E isso não se dá somente por essas duas perspectivas estarem emaranhadas e entrelaçadas na contemporaneidade, e sim pela constatação que se propõe nesse momento da pesquisa de que por todo o espaço público existe um pouco de privado. Uma concepção privatista da cidade que se reflete entre práticas, relações de poder e interfere na produção do espaço.

A partir deste momento, dos estudos territoriais, a tese de que o privado invade através das relações de poder o público do micro ao macro se torna muito evidente. Assim, a perspectiva privada de vivenciar e se apropriar da cidade se tornou na contemporaneidade condição para a reprodução do espaço público, que em ampla perspectiva é assegurada pelo Estado, através dos mecanismos de controle e vigilância. O espaço público não é um objeto natural, mas sim uma prática social e, como tal, construída historicamente. Por esta razão, é que um conceito generalizante de uma multiplicidade territorial se subordinou a uma variedade de relações de poder ambíguas ao entendimento do que é público. Como assim reflete Michel Foucault:

De fato, o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso veicula o poder. O poder não tem função única reproduzir as relações de produção. As redes de dominação e os circuitos da exploração se recobrem, se apoiam e interferem uns nos outros, mas não coincidem. (FOUCAULT, 1979, p. 160)

O universo múltiplo dos espaços públicos produz um espaço ainda submetido às novas relações de reprodução e dominação. E ao mesmo tempo produz um conflito, visualizado na forma das práticas socioespaciais entre o valor de uso e o valor de troca. Essa compreensão é primordial para o entendimento dos novos conteúdos da produção do espaço que está sendo

apontado, bem como de novos sujeitos, encontrados nos largos da cidade, que interferem nessa produção. Ana Fani Carlos também tratou sobre esses novos conteúdos entre o público e o privado na cidade:

A extensão do capitalismo realizou a generalização do espaço como propriedade privada, criando a contradição entre o espaço produzido enquanto valor de uso e o espaço produzido enquanto valor de troca, com a separação radical entre espaço público e privado e aprofundamento da segregação, bem como a relação entre o Estado que domina o espaço, produzindo como homogêneo, e o modo de apropriação que se quer diferencial. (CARLOS, 2011, p. 68)

Sem contradizer a autora acima, mas aprofundando sua crítica, acreditamos que os rumos da segregação evoluíram da separação radical, para a supressão do público, se for levado em consideração a consciência de espaço que se instalou nas práticas sociais até dos mais desprivilegiados territorialmente. Os grupos menos favorecidos nos espaços públicos resistem, por permanecer nesses lugares mesmo contrariando a produção privada da cidade. Porém, é uma resistência pouco elaborada coletivamente em solidariedade com outros grupos segregados dos espaços públicos, pois privilegiam os seus pares nas lutas cotidianas. Existem relações colaborativas nos largos, porém acontecem de comerciante para comerciante, que não se relaciona bem com o músico, mas que compartilha bem o espaço com outro artista, que por sua vez se afasta dos religiosos.

Mesmo em meio a um cenário pessimista de cidade, a produção dos espaços dos largos são os que melhor traduzem o “modo de apropriação que se quer diferencial” (CARLOS, 2011) dito anteriormente. Essa apropriação distingue-se de outras em seu significado e apresenta novas perspectivas e influências. Ela tem por conteúdo relações de poder no espaço, de cotidiano no tempo e também uma localização específica. Dessa forma, as produções dos espaços dos largos se localizam diferencialmente no espaço, em lugares específicos, apontando uma morfologia nos cenários dos espaços públicos.

Essa morfologia não se limita ao das localizações referente ao espaço da cidade, como foi apresentado no primeiro capítulo, ele se delineia no próprio território através das disputas pela localização, pela venda, pela apresentação, pelo som, pelo sol, pela sombra, pelo abrigo ou pelo céu aberto. O conflito é o produto histórico presente na produção dos espaços públicos, e pode ser visto com mais relevo nos largos. A reprodução do espaço, com suas específicas apropriações só aprofundam a contradição, expressa no privado mediando

as relações de poder dos territórios dos largos, mas socializada como espaço público. São duas perspectivas produzindo uma mesma realidade, inseparáveis, porém com direções de força contrárias, com finalidades diferenciadas. Dois contrários que se encontram num mesmo território, como na placa, a seguir, que no Largo Zumbi dos Palmares lembra que esse espaço necessita de autorização:



Figura 32: Largo Zumbi dos Palmares.

Fonte: a autora, Largo Zumbi dos Palmares, 2015.

4.2. A capilaridade das relações de poder

O território dos largos assume distintos significados para diferentes agentes envolvidos na produção do espaço desses lugares. Para compreender essa dinâmica é necessário substituir uma concepção de espaço homogêneo pela de uma produção relacional. Essa perspectiva de

território com novos significados que se expressam no cotidiano dos largos são traduzidos na teoria de Henri Lefebvre (1974) no que poderíamos chamar, parafraseando o autor, em territórios sociais.

Para Lefebvre, a triplicidade dialética que produz o espaço se realiza entre o espaço percebido, concebido e vivido penetrados no imaginário e nas práticas sociais. Transporta para a realidade da pesquisa, a dimensão espacial tem como centro afetivo o largo e como dimensão temporal o cotidiano, limitado e efêmero. Assim, a busca pelo conhecimento sobre quais territórios perpassam o cotidiano dos largos não tem como objetivo enumerar ao máximo a realidade desses lugares, mas sim buscar as “potencias ocultas” (1974).

Cada território descoberto nesse caso, abre um leque de opções, de relações, de agentes e de perspectivas de vivência. Logo, alcançar o teor múltiplo dos territórios dos largos se torna mais importante que uma enumeração dos diferentes agentes, grupos e relações que se estabelecem nesses espaços. Como assim comenta Lefebvre:

Este espacio incorporaria <propriedades> - dualidades, 126requente – no atribuiblesnialespíritu humano ní a comespíritu transcendente, sino a la própria <ocupación>delespacio, comocupación que convendría comprender genéticamente, es decir, de acuerdocomla sequencia (orden y sucesión) de lasoperacionesproductivas implicadas. (LEFEBVRE, H., (1974) 2013, p. 219)

Um aspecto importante sobre a leitura territorial dos largos é lembrar o cotidiano que se reproduz não é construído apenas por aqueles que retornam todos os dias para vender, se apresentar, pregar ou usar como abrigo nas noites. Diariamente os largos são apropriados por poucos minutos por quem passa por ele, alguns diariamente e outros esporadicamente. Desses últimos, alguns fazem uma parada para descanso ou para assistir uma convocação à apresentação.

São muitas as pessoas que usam os espaços dos largos para passagem, e isso não impede alguma forma de apropriação. Aliás, o imprevisível se deve em boa parte a esse público que percorre os largos caminhando e que interferem, algumas vezes até de maneira inusitada. Os largos possuem essa marca, o espaço diferencial LEFEBVRE, (1974) dos que passam, algo incomum à maioria dos outros espaços públicos da cidade. Inclusive, esse foi um dos motivos que fez com que a escolha dos estudos de caso estivessem na área central da

cidade ou muito próximo dela. Quanto maior a proximidade do largo dos aglomerados urbanos, mais profundo se identifica a multiplicidade de apropriações.

A mobilidade é um fato na realidade dos largos, o que não restringe as territorializações. Vimos até aqui, que a mobilidade espacial, não é, por si só um indicador de esvaziamento quanto aos territórios. De imediato é relacionado a grande mobilidade como um agente redutor da potencialidade territorial do lugar, com a falsa ideia de que a velocidade imposta não permite um enraizamento das relações.

Mulheres e homens que diariamente, ou esporadicamente passam pelos largos, parando ou não, ou ainda os que se apropriam desses lugares através do comércio ou das artes desconstroem aquilo que sabemos como um território tradicional. Contrariando uma tradição jurídico-política, o espaço dos largos apresentam territórios noutra sentida, muito mais amplo, abrangente, dotado de movimento oriundo de relações de poder.

Territorializar-se envolve sempre uma relação de poder, ao mesmo tempo simbólica e concreta, que a partir de cada perspectiva de vivência, de um olhar do largo se abre não só um território, assim como uma forma de se relacionar e de conceber o espaço dos largos. Ou seja, um morador de rua não interfere somente em seus próprios territórios, ao se relacionar e construir um entendimento do que acontece no seu entorno, acaba também interferindo amplamente na produção dos espaços dos largos como um todo. O vendedor de produtos interfere por sua vez em seus próprios domínios, como também nos dos moradores de rua e nas relações de poder que se estabelece por toda a produção do espaço. E assim sucessivamente.

Dessa forma, não estamos tratando de lugares com propriedades isoladas, nem de uma concentração de vários territórios, pois indicamos aqui o Rogério Haesbaert da Costa chamou de multiterritorialidade:

Deste modo, a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade”. (COSTA, 2006, p. 344)

Os largos tiveram durante seu processo histórico um papel central na vida da cidade de Porto Alegre, como pode ser visto através de suas paisagens e relações espaciais, e que demonstra que não ocorreu num tempo limitado a mudança nos usos e apropriações desses lugares. Os largos ensinam através de suas realidades restritas a essas determinações arquitetônicas uma forma ampla de conceber a cidade. Através desses territórios a produção do espaço como realização da vida, materializada no cotidiano, ensina uma metodologia de compreender os espaços públicos com uma diversidade de opções bem maior do que comumente nos é apresentado.

O que chamamos aqui de “realização da vida” é o conjunto de práticas humanas, que em sociedade se relaciona, a fim de produzir e transformar a realidade da cidade em que vive. Insistentemente isso acontece todos os dias de diferentes formas, no conflito e na harmonia, nas aproximações e distanciamentos. E mesmo para os que passam pelos largos, a construção dos territórios se confirma, mesmo que efêmero e complexo.

O Estado continua com influência no ordenamento territorial dos espaços públicos, influenciando através de medidas legislativas com um viés de controle e vigilância. Isso é inegável. Porém, o entendimento multidimensional desses territórios provoca nosso olhar para outros agentes que interferem nas relações de poder que se estabelece. Claude Raffestin foi um geógrafo influente na construção dessa nova perspectiva territorial, multidimensional, como diz a seguir:

Toda a prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma “produção territorial” que faz intervir tessitura, nó e rede. É interessante destacar a esse respeito que nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar o campo operatório de sua ação. (RAFFESTIN, 1980, p. 134 e 135)

O debate em torno das perspectivas que se ampliam sobre territórios são muitas, e dão conta de evidenciar seu caráter multidimensional, multiescalar e de relações. Condições essas provindas de um estudo sobre o papel que o poder exerce na contemporaneidade. Porém resta nos questionar qual é a natureza do conceito de poder que emerge dessa concepção renovada de território.

As concepções, em sua maioria, concebem como um conceito de poder ligado a uma forma de dominação única. Única por ser advinda dos que detêm maiores condições históricas

de capital ou de status, sendo que um está intimamente ligado ao outro. Ou seja, que a relação de poder metodologicamente percorre o caminho dos dominantes sobre os dominados. Assim, a perspectiva de análise das relações de poder é única, a partir da dos dominados e das implicações negativas em torno disso.

Porém, se concebermos múltiplas formas de dominação, a exemplo de como estamos entendendo o território, poderemos inverter o caminho metodológico de análise. E dessa forma, compreender as relações de poder territorializadas nas múltiplas sujeições que existem e funcionam no interior do corpo social. O poder dominante deixa de ser o foco de análise, para ser as estratégias dos dominados.

Entre dominantes e dominados não existe uma fronteira clara e simples de se identificar. Longe dessa simplificação, precisamos identificar as relações de opressão, mais que identificar polos determinados e puros. Relações que tornam dominados em dominantes, dependendo da prática e do momento enquadrado. Assim, é na quebra dos determinismos que adquirimos uma melhor noção do evento e de um método condizente com essa perspectiva.

Nesse sentido, estamos afirmando que grupos que vivenciam os largos da cidade, assim como aqueles que esporadicamente passam por lá, não produzem somente condições que mantem o status de sujeição. A produção do espaço na perspectiva desses agentes sociais, segregados economicamente e socialmente, reproduzem relações de manutenção de sujeições e relações de dominação em outras escalas.

Os territórios dos largos demonstram que a produção do espaço se dá através de uma disputa de poder em várias escalas, onde não podemos licenciar nenhum agente como ausente de promoção de exclusão. A inserção nessa disputa de conflito no espaço dos largos aponta que a produção do espaço nos largos se dá de forma excludente, mesmo entre aqueles que enfrentam as normatizações advindas dos mais privilegiados nessa escala. Isso é para afirmar que não foi identificada uma identidade de defesa dos largos nos grupos que entramos em contato. O que se percebeu foi a defesa deles próprios em suas práticas e discursos. Pois o poder, nesta concepção que apresentamos é uma relação de força que se exerce, e sempre em uma determinada direção, como comenta Michel Foucault:

Por dominação eu não entendo o fato de uma dominação global de um sobre os outros, ou de um grupo sobre outro, mas as múltiplas formas de dominação que podem se exercer na sociedade. Portanto, não o rei em sua posição central, mas os súditos em suas relações recíprocas: não a soberania em seu edifício único, mas as múltiplas sujeições que existem e funcionam no interior do corpo social. (FOUCAULT, 1979, p. 181)

Em se tratando nos territórios dos largos, não identificamos agentes sociais polarizados, e sim uma relação de poder relativamente organizada, coordenado em um sistema que tem o largo como seu grande alvo e nos dispositivos de controle e vigilância seus mecanismos essenciais.



Figura 33: Elemento Gráfico.

Fonte: a autora, 2016.

Mas antes de partirmos para uma análise que parta das formas de sujeições dos dominados no espaço dos largos e como territorializam-se, precisamos refletir sobre como se materializam a vigilância e o controle nesses lugares e suas estratégias de manutenção histórica da produção do espaço sobre a mesma lógica.

4.3. A vigilância e o controle

Para a produção de território se inscrever na nossa problemática relacional, precisamos procurar os diferentes agentes sociais de intervenção, seja qual forem os níveis e graus de intensidade. Do indivíduo ao espaço, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se agentes que produzem territórios. De fato, o Estado está sempre organizando o território das cidades, até o nível nacional, por intermédio de recortes, ligações e implantação de novas medidas de controle e vigilância. Como assim reflete Marcos Aurelio Saquet sobre a intervenção do Estado na produção territorial:

O que quero dizer é que alguns processos políticos que estão presentes, no Brasil, são sufocantes e que a organização política local pode e, existem experiências que mostram isso, no Brasil e em outros países, facilitar a potencialização dos valores de cada lugar e a conquista de melhores condições de vida para a maioria da população. O desenvolvimento territorial não pode ser burocrático e centralizado, político-institucional, partidário e mascarado. Precisa ser construído participativamente, reconhecendo-se os diferentes sujeitos, os distintos interesses, os anseios, os sonhos, as necessidades; os tempos e os territórios; as temporalidades, as territorialidades e a conquista de autonomia. (SAQUET, 2007, p. 177)

Um dos maiores problemas que se percebe no contexto atual da cidade de Porto Alegre, que se apresenta nas outras cidades de diferentes maneiras, é como o público se tornou enfraquecido frente ao avanço dos interesses privados sobre as ferramentas governamentais que deveriam ser de uso da sociedade e dos espaços públicos que por direito é de quem os ocupa.

Quando ainda não tinha sido escolhido o local oficial para a ocorrência da *FanFest* (espaço público usado para transmissões dos jogos da Copa do Mundo durante o evento) na cidade de Porto Alegre, foi aprovada a Lei nº 11.213, de fevereiro no ano de 2012. Esse documento disciplina a realização de eventos culturais, econômicos, políticos ou de outra natureza no Largo Jornalista Glênio Peres. Segundo seu artigo 1º: “Fica disciplinada, nos termos desta Lei, a realização de eventos culturais, econômicos, políticos ou de outra natureza no Largo Jornalista Glênio Peres, instituído pela Lei nº 7.023, de 16 de abril de 1992” (LEI Nº 11.213, Artigo 1º, 2012). Segundo ainda o projeto, fica “vedada a realização

de feiras no Largo Jornalista Glênio Peres” (LEI Nº 11.213, Artigo 2º, 2012). Com a exceção da Feira do Peixe, que se realiza na Semana Santa.

Os eventos de caráter institucional ficam submetidos a uma prévia autorização que se torna necessários, a partir do momento que esta lei entra em exercício, e trata em um artigo específico como ficam reguladas todas as atividades de rua que acontecem ali, como a seguir no seu artigo 5º: “Será permitida a utilização do Largo Jornalista Glênio Peres pelos artistas de rua, desde que devidamente autorizados pelo Executivo Municipal, por intermédio dos seus órgãos competentes” (LEI 11.213, Artigo 5º).

A localização do Largo Jornalista Glênio Peres é privilegiada, pois está situada entre a Praça XV de Novembro e o Mercado Público Central e entre a Avenida Borges de Medeiros e a Praça Parobé no centro da cidade, ou seja, lugar de grande circulação de pessoas. Isso faz dele um local atrativo para os artistas de rua, que dependem da grande circulação. Não existe uma estatística sobre o número de transeuntes que passam pelo Largo Jornalista Glênio Peres, mas, segundo a Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC), passam por ali diariamente cerca de 300 mil pessoas.

Tendo em vista as situações da dinâmica desse largo, esse espaço público pode ser considerado como um promotor de possibilidades oferecido no centro da cidade, tanto para as pessoas que passam por ali, que permanecem por alguns momentos, e que consomem os espetáculos, como para quem encontra esse como meio de divulgar e obter uma renda da arte de rua. Espaços públicos como esse se tornam exceções, onde o tempo oficial ou o tempo do trabalho são suspensos por um momento de descontração, ou um momento de lazer.

E, sendo assim, sabe-se da dificuldade de essa espontaneidade permanecer quando o contexto muda, e se coloca a necessidade de apresentação de um projeto para prévia autorização no Executivo Municipal. Uma autorização que pode resultar numa resposta positiva ou negativa, já que fica a cargo da prefeitura analisar os projetos dessas atividades. A necessidade desse aval prévio retira um dos atributos mais importantes do espaço público, que é o acesso livre para expressão de todo o tipo de atividade. Assim, essa cobrança acaba por no mínimo diminuir a frequência das ocorrências dessas atividades, pois é forte a presença, do aparato policial militar para assegurar essas medidas.

Além de todos os impactos negativos que esse espaço sofreu após aprovada e entrar em atividade a Lei nº 11.213, é preciso refletir sobre outras intencionalidades que estão nas

entrelinhas dessa decisão. O que segue depois de fevereiro de 2012, data da aprovação dessa lei, foi uma intensificação das manifestações de rua em protesto aos aumentos da passagem de ônibus e às transformações que a estrutura da cidade já vinha passando em função de ter sido escolhida uma das cidades-sede na Copa do Mundo.

Dois meses depois de a lei entrar em vigor, é anunciado, pelo site do governo do estado, que o Largo Jornalista Glênio Peres fora escolhido como o local para sediar a *FanFest* durante o evento. Em pouco tempo de intervalo entre um anúncio e outro, percebe-se como a atuação governamental está em consonância com as demandas privadas. Assim, a prefeitura da cidade de Porto Alegre regula e prepara o espaço do Largo Jornalista Glênio Peres, com uma lei específica para um determinado espaço público, e o megaevento afirma pouco tempo depois o uso desse mesmo lugar para a atividade da Copa do Mundo.

Com o total controle e vigilância do largo, a *FanFest* começa a preparar o espaço com uma intervenção na paisagem, divulgando patrocinadores e investindo em marcas que são suas financiadoras. Porém, o que se sucede na cidade é uma sequência mais intensa ainda de manifestações, chegando ao ápice com o que foi chamado de “jornadas de junho” pela mídia, com um número cada vez maior de pessoas e resultando em enfrentamentos intensos entre a polícia e manifestantes.

Incluído nesses preparativos do Largo Jornalista Glênio Peres para as atividades da *FanFest* durante o evento, é instalado o mascote símbolo da Copa do Mundo, o tatu-bola, no dia 24 de setembro de 2012. Boneco que media 7 metros de altura, fabricado na Itália e que a partir dessa data marcava o local como um dos territórios oficiais da Copa do Mundo. Porém, sua estadia nesse espaço não perdurou por muito tempo.



Figura 34: Largo Glênio Peres.

Fonte: Sul 21, Largo Glênio Peres, 2012.

No dia 4 de outubro de 2012, uma manifestação é chamada pelo coletivo “Defesa Pública da Alegria”. O ato marcado pelas redes sociais tinha como local a Praça Montevideu, que se localiza em frente à prefeitura e ao lado do Largo Jornalista Glênio Peres, que já contava com a presença do mascote do megaevento. O objetivo desse chamamento era manifestar-se contra a intensificação das privatizações dos espaços públicos da cidade, em função dos preparativos para a Copa do Mundo.

O que se sucedeu no decorrer da manifestação foi um grande enfrentamento. Cerca de 60 policiais militares do Pelotão de Operações Especiais (POE) do 9º Batalhão de Polícia Militar e mais aproximadamente 50 policiais da guarda municipal entraram em confronto com cerca de 50 manifestantes que ainda permaneciam no local e estavam mais próximos do símbolo tatu-bola.

Ocorreram ainda sete horas de manifestação pacífica até o momento do enfrentamento, e, enquanto a atividade acontecia, a situação se tornava tensa, pois esse policiamento já citado fazia a segurança do símbolo do megaevento. Isso traz à tona o modo como o governo em

todas as instâncias atende à demanda de um evento, que, travestido de uma atividade esportiva, aponta para uma nova rodada da incorporação dos espaços públicos pelo mercado.



Figura 35: Largo Glênio Peres.

Fonte: Sul 21, Largo Glênio Peres, 2012.

Mesmo com toda a atividade artística, cultural e a troca de informações promovidas por representantes de bairro e de movimentos sociais sobre como medidas autoritárias estavam sendo tomadas nas mais diversas áreas da cidade, o que foi tratado nos noticiários do dia posterior foi somente o enfrentamento que tinha ocorrido.



Figura 36: Largo Glênio Peres.

Fonte: Sul 21, Largo Glênio Peres, 2012.

Após esse fato, as manifestações aumentaram em tamanho, em número de pessoas e em pautas. O que começou motivado pelos seguidos aumentos da tarifa das passagens de ônibus avançava denunciando diversos abusos que a cidade estava sofrendo. A maior parte dessas marchas que se sucederam tinha como ponto de encontro a mesma Praça Montevideú em frente à prefeitura da cidade e ao lado do Largo Jornalista Glênio Peres.

E, para aprofundar a coalizão entre governo e o mercado imobiliário, é anunciado por parte da prefeitura no dia 2 de outubro de 2013 que o local da *FanFest* tinha sido transferido para o Anfiteatro Pôr do Sol. Segundo ainda o anúncio, esse pedido teria sido feito por parte da prefeitura, argumentando que o largo não teria estrutura para atender às necessidades de um evento desse porte.

O Anfiteatro Pôr do Sol se localiza na orla do Lago Guaíba, que passa por um processo de revitalização. Essa nova área de interesse da especulação imobiliária se estende da Usina do Gasômetro até a Rodoviária, que também contam com obras para atender à Copa do Mundo. Logo, a transferência do local de onde irá ocorrer a *FanFest* se mostrou mais uma

atuação governamental que se alia ao mercado imobiliário com o objetivo de valorizar novos terrenos, e renovar seus lucros.



Figura 37: Anfiteatro Pôr do Sol.

Fonte: a autora, Anfiteatro Pôr do Sol, 2013.

Assim, a sequência desses fatos demonstra como o espaço público se mostra um grande aliado quando a demanda for os fins mercadológicos. Os espaços públicos se tornam assim disciplinados, organizados de maneira a excluir as classes populares, atividades de expressão artística de rua e manifestações dos movimentos sociais para que as necessidades dos que podem pagar mais por esses espaços possam vivenciá-los entre seus pares, caracterizando, assim, os espaços públicos com visibilidade comercial e de grande público como expressão dos anseios da elite urbana com modos de consumo mundializados, como comenta Ângelo Serpa:

Nas grandes cidades do Brasil e do mundo ocidental, a palavra ordem é, portanto, investir em espaços públicos “visíveis”, sobretudo os espaços centrais e turísticos, graças às parcerias entre os poderes públicos e as empresas privadas. Esses projetos sugerem uma ligação clara entre “visibilidade” e espaço público. Eles comprovam também o gosto pelo gigantismo e pelo “grande espetáculo” em matéria de arquitetura e urbanismo (SERPA, 2007, p. 26).

No dia 28 de outubro de 2014 o prefeito da cidade de Porto Alegre, José Fortunati foi conferencista num seminário que versou sobre os desafios em potencializar as relações do “cidadão com o espaço público e sua cidade”. “O cidadão vive na cidade, e é esse espaço público que deve ser qualificado, dando maior qualidade de vida”, disse o prefeito. Ao tratar das ferramentas que foram desenvolvidas na cidade para promover maiores interações e aproximações, lembrou-se do Código de Convivência Urbana, que aprimorou o antigo Código de Posturas.

O Código de Posturas é um conjunto de normas municipais que possuem o objetivo de propor condutas aos munícipes e ao Poder Público para facilitar a convivência urbana. Historicamente o Código de Posturas data do período colonial, mesmo nas capitânias hereditárias se tinha autorização para elaborar regras e leis para seus habitantes. Porém, façamos a reflexão dos motivos que levaram um código de condutas que datava de 1975, ter sido questionado e provocado uma reformulação somente trinta e oito anos depois, em 2013.

O ano de 2013 foi atípico, e a quantidade de manifestações de rua que se espalharam, tomaram corpo e visibilidade tinha um personagem em comum, o espaço público. Esse último foi local de partida, de chegada, de fuga, de assembleias e de mais manifestações. Os largos nesse universo foram a mola propulsora dessas atividades. Pois a falta de equipamentos para parada e descanso que se aponta como um ponto negativo nos largos, para as concentrações e fugas nos enfrentamentos, nesse caso era uma qualidade.

Não por acaso, esse foi o mesmo momento escolhido pela prefeitura da cidade para reformular a ação do poder público nelas. Construir um conjunto de normas que combinasse controle e vigilância com espaços públicos, com uma maquiagem que apontasse um pretenso processo democrático de construção se fazia necessário. Pois, não seria logo nesse momento, em que a participação da população na esfera decisória da cidade estava sendo requerida nas manifestações de rua, que o poder público iria se expor com medidas impopulares.

À exemplo de outras leis municipais que já estavam sendo aprovadas nos últimos anos, no Código de Convivência Urbana, toda a realização de eventos ou atividades precisam possuir uma autorização prévia do município (Código de Convivência Urbana, Projeto de Lei Complementar, Artigo nº 50). Porém, o que chama atenção nessas normas que desejam regular a convivência no espaço público, é a permissão da “utilização de parte dos passeios públicos para instalação de guaritas de segurança e para serviços de segurança particular” (Código de Convivência Urbana, Projeto de Lei Complementar, Artigo nº 53).

Assim, o espaço público não é somente um elemento da estrutura arquitetônica da cidade, ele é também uma geografia, existindo enquanto uma concepção de espaço político e em relação antagônica ao privado. Nessa relação de poder, baseado no que foi relatado anteriormente, o governo se coloca junto com as empresas de mídia de forma a seduzir a opinião pública de que essas medidas são benéficas para maior parte da população, desenvolvendo uma única leitura da realidade.

4.4. O potencial relacional

A vigilância controla e restringe os usos, porém não impossibilita a apropriação coletiva no espaço dos largos. O cotidiano revela formas de burlar os mecanismos de controle por parte dos grupos que se apropriam desses espaços. E por isso precisamos nos questionar, o que faz da territorialização contemporânea dos largos, lugares que escapam, por vezes, desses mecanismos de vigilância. Os instrumentos que pressionam cotidianamente já foram elencados anteriormente, assim como as estratégias usadas pelo poder público e privado para que a apropriação coletiva não se realize de forma autônoma. Iremos elencar três dimensões territoriais que problematizam o questionamento elencado acima.

A primeira perspectiva territorial é histórica. Existe uma referência dos largos com a “vida mundana” durante o século XVIII e boa parte do século XIX, quando Porto Alegre ainda era uma vila (MONTEIRO, 1995). No processo de segregação daqueles que são excluídos na dimensão material e imaterial da produção do espaço da cidade, tem como resposta uma re-territorialização dos usos e apropriações em lugares que ofertem as melhores condições para isso.

A perda de referenciais espaciais no processo de segregação corresponde no mesmo sentido a uma nova relação territorial, impedindo que seus usos e apropriações sejam excluídos da dinâmica da cidade. Isso quer dizer que moradores de rua, pequenos comerciantes de rua, artistas independentes, religiosos, profissionais do sexo, traficantes e aqueles que cometem pequenos roubos nas ruas, mesmo sendo excluídos do centro da cidade, encontram na manutenção de seus territórios nos largos a conservação da sua presença e de suas práticas.

Ao mesmo tempo em que essas pessoas necessitam do centro da cidade para sua sobrevivência, o mesmo o exclui constantemente, numa relação conflituosa a mais de século. Porém, são os mesmos conflitos no decorrer histórico que permitiram essa brecha no universo dos espaços públicos. O território aqui é visto, como fundamento material e imaterial que determina a insistência da permanência desses agentes sociais em lugares tão próximos do centro da cidade de Porto Alegre.

O Largo Zumbi dos Palmares, Largo Esquina Democrática e Largo Glênio Peres foram escolhidos para observação, vivência e na execução de entrevistas exatamente por expressar essa relação conflituosa entre largos e apropriação popular e o centro da cidade. O Largo Glênio Peres, pela sua maior proximidade do centro de maior passagem de pessoas e ao mesmo tempo por ser considerado um ponto turístico por se localizar ao lado do Mercado Público, sofre com um acirramento dos conflitos de maneira mais intensa. E mesmo com leis restritivas quanto ao seu uso, com a presença constante da polícia militar e de câmeras de vigilância, a quantidade de interventores é grande.

Dessa forma, o cotidiano dos largos demonstra que a produção do espaço é reflexo tanto de ações que se realizam no presente, como daquelas que se colocaram no passado e que deixaram suas marcas nas formas espaciais do presente. Charles Monteiro, ao tratar das crônicas da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, reflete sobre as relações do passado e do presente na produção do espaço:

Problematizar a produção historiográfica e as crônicas coloca a possibilidade da memória tornar-se um caminho privilegiado para pensar as transformações do espaço urbano e as representações sociais dos sujeitos, tempos e lugares da experiência urbana da sociedade porto-alegretense no tempo. (MONTEIRO, 2006, p. 23)

A segunda perspectiva territorial que aponta para os largos como territórios de fuga da lógica mercadológica da cidade é a crescente elitização dos espaços públicos, como praças e parques, o que resultou numa intensificação dos usos dos largos. O perfil de público que se

apropriou dos largos não se restringe a essas fronteiras, muitos permaneciam em parques e praças, e mesmo de forma rotativa faziam suas intervenções por outros espaços públicos da cidade. Porém esses lugares têm se modificado nos últimos anos, a vigilância e o controle intensificado e a dificuldade em permanecer nesses espaços encaminhou mais pessoas para os largos da cidade.

Não é difícil presenciar em parques e praças a ação de policiais militares, principalmente com moradores de rua, forçando esses últimos a não ficar parados e a caminhar. Esse mando de “caminhar” atinge principalmente parcelas da sociedade mais pobres ou que se identificam com um perfil artístico de intervenção. Isso acompanha constantes debates sobre o cercamento de praças e parques, cada vez com mais frequência.

O processo de globalização tenciona o fim da diversidade, a fim de eliminar comportamentos e posturas públicas. Somado a isso na dimensão do local, os espaços públicos que restam na cidade são cada vez mais transformados com a finalidade de atender a classe alta e média. Em resposta, presenciamos largos cada vez mais cheios e fortalecidos no conflito. Também com esse entendimento, Paulo Cesar da Costa Gomes define território como uma parcela “utilizada como forma de expressão e exercício de controle sobre outrem, pela imposição de regras de acesso, de circulação, da normatização de usos, atitudes e comportamentos” (GOMES, 2002, p. 12).

A terceira perspectiva territorial que indica a contrariedade à disciplinarização nos espaços públicos é a mobilidade como recurso e como “abrigo” (SANTOS, et.al., 2000) materializado nos largos. Milton Santos (2000) distinguiu o território como abrigo para os “atores hegemonzados”. Ou seja, a mobilidade se mostra como territorialidade que abriga o que no entendimento do poder público e privado da cidade, deveria ser excluído da realidade dos espaços públicos da cidade.

Os largos se caracterizam por ser o lugar da passagem, o que aparentemente não incentivaria a territorialização. Porém, em função disso, certos perfis se apropriam desses espaços e fazem de seu cotidiano móvel, e na sua própria mobilidade, o efêmero e a não certeza do dia de amanhã como uma territorialidade. Isso contraria uma noção de que o território seja necessariamente fixo, indicando seu potencial de mobilidade. Assim, podemos compreender que a produção dos territórios se dá nas mais diversas escolas de tempo e espaço e configuram “um complexo campo de forças, teias ou redes de relações sociais projetadas no espaço” (SOUZA, 1995, p. 86 e 87).

Essas perspectivas nos serve para se ter uma visão geral das relações onde se inscrevem os territórios dos largos, frente a um universo de espaços públicos. Raffestin, um

pioneiro no que tange o potencial relacional dos territórios diz que “o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve no campo do poder (...)” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

O seu potencial relacional, por sua vez, não se baseia numa simples diversidade de práticas e vivências que a cidade oferta. A complexa teia de relações que cada território desvenda é baseada nas relações de poder territorializadas num cotidiano conflituoso e que envolve a partir dos micros contatos, até as grandes leis gerais que se impõe nos espaços públicos da cidade. No qual se destaca o trabalho de Michel Foucault, sobre a influência do poder nessas relações. Segundo ele:

Mas quando penso na mecânica do poder, penso em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana. (FOUCAULT, 1979, p. 131)

Assim, o estudo dos largos demonstra o caráter múltiplo dos territórios. De forma, generalizante, os agentes territoriais se dividem em dois grandes grupos. Um primeiro, mais voltado para a lógica estatal e mercadológica, controladora de fluxos, de áreas e com fronteiras claramente delimitadas. O segundo grande grupo está voltado para práticas que garantam sua existência, contrariando a lógica do primeiro, e sempre que possível ampliar suas áreas de influência. A territorialidade do segundo está imerso na capilaridade do cotidiano, de maneira difusa, e por vezes acontecendo em consonância com a lógica mercadológica.

O território analisado neste trabalho se identifica nesse segundo grupo, e podemos caracterizá-lo como um setor hegemônico nas relações de poder definidoras dos limites e perspectivas futuras. E que por seu potencial relacional, adquiriu estratégias, desenvolveu territorialidades no decorrer históricas e mantidas no tempo presente com a insistente presença de atores hegemônicos nos largos da cidade, rompeu a lógica dominante por vezes, e ampliou a maneira como podemos vivenciar a cidade.

4.5. O território polifônico e a territorialidade volátil

Esse é o segundo ano consecutivo que a prefeitura de Porto Alegre encaminha uma minuta de lei que tem como objetivo regular o que acontece nos logradouros públicos da cidade, o que inclui o cotidiano dos largos. Essa última minuta de lei, que data de 04 de maio de 2016 restringe ainda mais que a do ano de 2015 as possibilidades de uso dos largos de Porto Alegre. A justificativa de tal iniciativa já é questionável, pois diz “Considerando a necessidade de organizar o uso do espaço público”.

A dita necessidade é na verdade uma demanda do órgão público, pressionada, pelo setor privado. Pois em conversas e entrevistas com aqueles que se apropriam cotidianamente dos largos da cidade, a demanda é outra. Chama atenção nos relatos a perda de liberdades nos usos e a perseguição daqueles que contrariam essa orientação dispostas nesses projetos de lei, que visam regulamentar o cotidiano dos espaços públicos.

A íntegra do documento, com previsão de entrar em vigência no dia 1º de julho, não deixa claro a necessidade de pagamento por uso dos logradouros públicos, porém deixa isso em aberto quando coloca, possíveis “compensações” na utilização, que será informado junto com a autorização prévia de qualquer atividade. Assim, além da autorização prévia, que já vinha sendo colocada aos poucos como uma necessidade, essa minuta acrescenta a possibilidade de pagamento pelo uso do espaço público.

É importante ressaltar como essas mudanças nas legislações que regem o espaço público da cidade de Porto Alegre estão sendo desenvolvidas e aplicadas aos poucos. Uma drástica mudança imposta para os logradouros públicos estão sendo colocados paulatinamente, através de minutas de lei, como é esse último caso e transformam o caráter desses espaços profundamente.

O território, gerado em função do conflito, se torna assim cada vez mais prejudicado em seu maior predicado. O cerceamento, controle e vigilância avançam e retiram dos que de fato vivenciam os espaços públicos o protagonismo de reger esses conflitos. O que no caso dos largos é uma grande perda, pois eles funcionam conforme as necessidades daqueles que se apropriam cotidianamente.

O território dos largos, observados primeiramente, e aprofundados nas conversas informais e entrevistas se conforma historicamente como o abrigo das práticas que foram segregadas, em função da elitização dos espaços públicos, e que encontraram nesses espaços a possibilidade de sobrevivência ao longo dos anos. A partir de uma relação de poder, cada vez mais desleal para essas práticas em outros espaços públicos, como praças e parques, por exemplo, a permanência nos largos da cidade, principalmente os mais próximos do centro da cidade se tornou uma questão de sobrevivência.

Por isso, podemos considerar o território dos largos como o mais plural e múltiplo dentre os que encontramos no universo dos espaços públicos da cidade. E nele o protagonismo da conformação desse território é todo dos que se apropriam deles, como pode ser notado na fala de Abraão, o “Estátua Viva” do Largo Esquina Democrática:

Algumas pessoas se aproveitam. Não percebem que já existe um combinado nos espaços. Aqui todo mundo tem sua oportunidade. Para trabalhar. Tem que respeitar o lugar do outro. Para ter pra todo mundo. Tu não precisa ficar brigando por lugar aqui. (ABRAÃO, 26/04/2016)

E com isso não estamos a dizer que o território dos largos da cidade não sofre com o avanço da propriedade privada e de todas as medidas que visam o controle dos usos e apropriações desse espaço. O que estamos afirmando, ao invés disso, é que o território construiu um espaço, que mesmo com toda a adversidade, garante a possibilidade de atividades historicamente segregadas dos logradouros públicos da cidade.

O território, como sendo fruto da relação de poder possui essa qualidade, com a mesma força que exclui e segrega, pode agregar e incluir uma multiplicidade de formas de vivenciar a cidade. Porto Alegre, ao se levar em conta sua urbanização, possui uma longa história de planejamento urbano, pois foi a primeira capital do país a ter um Plano Diretor, e por isso muito envolvida sobre os debates de conflitos territoriais.

O entendimento de que os conflitos territoriais não se resumem à propriedade da terra é muito recente, assim como a gestão democrática dos espaços da cidade, no qual os espaços públicos se envolvem diretamente. Porém, essa longa história de planejamento urbano favorece a cidade por ter o hábito de pensar a cidade de maneira mais integrada e para todos. Isso não definiu a cidade de Porto Alegre como uma exceção aos avanços do mercado

imobiliário, porém herdou o debate sobre os caminhos que a urbanização da cidade toma em cada momento histórico como um ponto positivo.

E é nesta cidade em que se debate tanto os rumos da urbanização, que se faz urgente pensar os espaços públicos de maneira mais ampla e menos restrita a temas como o combate a violência, contrabando e tráfico. O espaço público vai além desses quesitos, e o território dos largos estão disponíveis para se conectar com essa multiplicidade. E mesmo entendendo que os largos não vão estar fora desse contexto de violência do cotidiano, é importante fazer a leitura dessa realidade que encontra seus próprios métodos para driblar isso, como é o caso da mobilidade como abrigo seguro, dito em entrevista por Hugo Munhoz, um artista plástico que expõem seus trabalhos no Largo Esquina Democrática:

Eu gosto mesmo é desse lugar aqui. Desse largo. Minha intensão é expor nesse tipo de espaço. Praça não. Parque tampouco. Já trabalhei muitos anos na Praça da Alfândega Nas praças e parques é só narcotráfico, drogas... Aqui eu trabalho sozinho. Exponho enquanto trabalho aqui. E ninguém me incomoda, graças a Deus. A violência já tomou conta de todo o lugar. Tranquilo mesmo não sobrou nenhum espaço na cidade. Mas em função do movimento intenso, o largo acaba sendo mais seguro que outros espaços. (MUNHOZ, Hugo. 03/05/2016)

A territorialidade dos largos, enquanto estratégia de resistência, que marca sua presença a muitos anos no âmbito dos espaços públicos está fortemente ligada ao movimento, à mobilidade e à fluidez que esses espaços estão envolvidos. Um cotidiano marcado pela fluidez, ou seja, o que se vê no momento exato pode ser outro em poucas horas. Assim, o que acontece hoje, poder ser radicalmente diferente do amanhã na territorialidade do incerto.

De imediato essa propriedade dos largos poderia ser negativa, mas numa relação de conflito, na qual os largos se inserem, a fluidez permite que se escape da vigilância e do controle. Vejamos a sutileza da declaração do comerciante Igor, que vende seus produtos de origem boliviana no Largo Esquina Democrática: “Vendo mais nos largos. E aqui em especial pelo movimento. Os trabalhadores compram mais que pessoas no seu momento de passeio. O movimento pra nós é bom aqui. Nós dependemos do movimento.” (IGOR, 10/05/2016)

A dependência do movimento se trata de uma territorialidade. Uma estratégia está ligada intimamente ao modo como a apropriação de um determinado espaço acontece, como se organiza e como se dá significado a ela. Esse é o entendimento de territorialidade trazida aqui, e entendido pelos apropriadores dos largos da cidade através da mobilidade, da fluidez,

do inesperado que muda o significado na paisagem e nas relações e interações num dado momento. Um exemplo disso, muito recorrente é o uso do Largo Zumbi dos Palmares para dispersão de atos, pela sua localização e amplitude de espaço para concentração de um bom número de pessoas. A seguir um registro de uma dispersão, resultado de um ato dos secundaristas que se encontravam em manifestações por melhores condições de ensino público na rede estadual e de uma assembleia que se seguiu na finalização das atividades:



Figura 38: Largo Zumbi dos Palmares.

Fonte: a autora, assembleia de estudantes no Largo Zumbi dos Palmares, 2016.

A territorialidade no cotidiano acontece na mesma dinâmica de fluidez, mas mais diluído em diferentes práticas e estratégias. As formas cotidianas de apropriação política dos largos, ou seja, suas territorialidades se caracterizam por seu duplo poder de visibilidade e invisibilidade. Visível para quem passa, e ao mesmo tempo invisível para quem o reprime. Sua disposição se move rapidamente conforme o campo de forças se estabelece. Tudo pode se transformar discretamente com a aproximação da política militar, de um meio de comunicação ou de alguém indesejado.

Dessa forma, a partir desta perspectiva vamos considerar o espaço público dos largos como polifônico e a territorialidade como uma articulação territorial nos níveis verticais e horizontais, que nos remete a pensa-lo a partir de uma rede de conexões e identidades locais que fortalecem sua permanência histórica de resistência. Resiste como práticas que contrariam o enobrecimento dos espaços públicos e ampliam nossa perspectiva de uso e apropriação da cidade.

4.6. A produção dialética do espaço dos largos a partir da perspectiva territorial

Assim, o que se buscou debater neste capítulo foi como se conforma a dinâmica de enraizamento do território dos largos e sobre suas estratégias para que essa ligação permaneça com o passar do tempo nesses lugares. O que pudemos compreender com essa reflexão é que o território dos largos se materializa através de práticas segregadas historicamente de outros espaços públicos mais elitizados e que sua territorialidade se encontra na estratégia de sobrevivência nas relações de poderes nem sempre favoráveis.

Há, na realidade cotidiana dos largos, articulações territoriais nos níveis horizontal e vertical. Horizontal conforme sua relação com outros grupos e práticas, no compartilhamento do espaço, a fim de garantir um espaço na cidade para artistas de rua, pequenos vendedores e espaços livres, abertos e gratuitos para manifestações políticas. Mas isso não elimina as relações verticais, que se estabelecem através de medidas do poder público a fim de restringir o tipo e a dimensão dessas práticas e entre os próprios que ocupam os largos. Não se pode negar certa concorrência e até conflituosa relação entre religiosos e artistas de rua por exemplo, que faz com que não exista uma unidade entre os apropriadores dos territórios dos largos.

A abordagem territorial nos remeteu a pensar os largos centrados nas relações espaço-tempo e na reciprocidade que acontece entre aspectos econômicos, políticos e culturais, pela qual se dá a apropriação, produção e reprodução do espaço geográfico. O motor da produção do espaço público dos largos é o território, através de suas redes de conexão, relações de poder, identidades, enraizamentos, materialidades e imaterialidades, homogeneidades e heterogeneidades, concreto e abstrato, novo e velho, diversidade e unidade, continuidade e descontinuidade, ou seja, as dualidades escalares próprias dos territórios.

Por essa via, o território dos largos resultam na produção de espaços simultâneos, recíprocos, contraditórios e em movimento. São produto e condição para novas e a manutenção de antigas territorialidades dos espaços públicos da cidade. Movimento do tempo produzido no espaço, e desse em função do primeiro, ampliando a visão das conexões, conforme mudamos de escala de análise. O tempo-espaço da estátua viva no Largo Esquina Democrática não nega a persistência da velocidade imposta pelo cotidiano da Rua dos Andradas. Nem o religioso que prega no Largo Glênio Peres nega a existência do rápido fluxo para a plataforma de ônibus, assim como não nega a existência da prostituição logo ao lado. Coexistem e persistem, um em função da existência do outro, mesmo parecendo tão antagônicos. Isso é captado pela perspectiva territorial.

O território foi aqui entendido como resultado e condição, ele mesmo da territorialização (HAESBAERT, 2004). É substantivado por territorialidades, considerando uma abordagem lefebvreano sobre a produção do espaço geográfico. Essa é a forma. E para um bom caminho na compreensão das múltiplas dos conteúdos do tempo-espaço-território é importante considerar os diversos tempos coexistentes (novo e velho) e diversas escalas de perspectiva também existentes (próximo e distante).

Identificamos dois principais processos que podemos considerar como recuo, e quatro principais avanços quanto à produção dos espaços dos largos. Como recuo observamos o avanço de uma concepção privatista de cidade e dos mecanismos de controle e vigilância. Como avanço identificamos a capilaridade das relações de poder, um potencial relacional, polifônico e volátil que tendem a colaborar para fortalecer um espaço público democrático.

CAPÍTULO 5

O LUGAR DO LARGO: A CHAVE PARA CONEXÕES E DIVERSAS ESCALAS

Esta tese defende uma abordagem alternativa de espaço público e propôs através dos conceitos norteadores da Geografia uma metodologia de análise que promova essa visão defendida. Isso só foi possível através das práticas e vivências apresentadas na realidade cotidiana dos largos, que no universo dos espaços públicos se mostra como único. Essa metodologia que se apresenta completa somente agora no encerramento da pesquisa. E foi construída passo a passo com as contribuições que os conceitos de paisagem, espaço, território e agora de lugar ofereceram como subsídio. Primeiramente é importante salientar que essa proposta metodológica é básica e se encontra em aberto em função da diversidade que os espaços públicos comportam. Assim, é em defesa dessa mesma diversidade que novas metodologias de análise desses lugares podem ser desenvolvidas.

Para a reflexão metodológica é necessário lembrar nossos questionamentos, colocados a prova dos conceitos a fim de tratarmos sobre a produção do espaço dos largos de Porto Alegre. Refletimos sobre o papel e a potencialidade desses lugares inicialmente em contato com a realidade sensível dos largos através de suas paisagens. Do mais aparente até o mais oculto é guardado nas paisagens afim de que possamos fazer a leitura espacial do que está impresso. Através do conceito de espaço nos questionamos sobre qual seria a significação na produção do espaço público dos largos para a cidade de Porto Alegre. E através de seus territórios nos aventuramos em evidenciar possíveis afastamentos e aproximações nas relações de poder, fruto da produção do espaço. E como resposta dessas reflexões, obtivemos a necessidade de uma proposta metodológica a fim de colaborar com perspectivas de análise alternativas.

Nessa escala de tempo contemporânea é urgente um entendimento teórico e prático que se comprometa com a diversidade e a amplitude que o espaço público promove nas cidades. E no caso porto alegrense, o que se testemunha é uma contínua tentativa, através de projetos de lei, e de determinações, que avançam num espaço público demasiadamente regulado e controlado por parte do estado. Essas reflexões só foram possíveis através da vivência feita nos largos escolhidos para estudo de caso, onde durante os anos de pesquisa indicaram caminhos, perspectivas, usos e apropriações nem sempre tão explícitas. A imersão na realidade do Largo Glênio Peres, Largo Esquina Democrática e Largo Zumbi dos Palmares foi fundamental para que o desenvolvimento dessa pesquisa fosse possível. As riquezas de suas realidades e as diversidades desses estudos de caso atenderam ao universo no qual imaginávamos que se abriria. Logo, a imersão na dimensão do lugar foi fundamental para se chegar ao subsídio apresentado na pesquisa.

A problemática apresentada no início deste trabalho abriu um leque de possibilidades e de caminhos para se chegar a compreensão de como se dá a produção do espaço dos largos na cidade de Porto Alegre. E foram os conceitos de paisagem, espaço e território que, aos poucos, foram elencando a diversidade desses espaços que se realizam cotidianamente na cidade. Assim, ampliamos nossa visão, fizemos relações, proposições e reflexões. Agora nesse momento em que nos encaminhamos para o final do trajeto, falta através do conceito de lugar completar o elo. Lugar faz a conexão entre o momentâneo e o duradouro, entre uma arquitetura reduzida e demandas globais, entre as especificidades de um estudo de caso e toda a amplitude que podemos vislumbrar do lugar em que nos encontramos.

5.1. O lugar do largo

Dois questionamentos foram levantados na apresentação do primeiro capítulo, e nosso objetivo foi perseguir essas duas perguntas, a fim de ampliar nossa concepção sobre esses lugares, a fim de subsidiar o caminho metodológico proposto. Primeiramente se questionou os motivos que levaram os largos a se tornar referências para coletividades em manifestações, apresentações e até obtenção de renda através de suas apropriações. Em seguida questionamos se os largos seriam meras superfícies, aleatoriamente escolhidas para uso e apropriação dessas coletividades, ou se tinham condições qualificadas para a realização desse tipo de vivência.

As duas questões se solucionam em uma só afirmação, a de que os largos, por sua histórica abertura para atividades que englobam arte popular, religiosidades e atividades políticas, bem como suas manifestações, fornecem a condição espaço-tempo que as conecta com outras escalas geográficas. A liberdade de atuação, que com certa dificuldade se mantém, torna a abrir uma conexão entre global e local. Sua abertura de atuação não atinge somente aqueles que frequentem cotidianamente o espaço dos largos, ela se conecta com nossos elos regionais, nacionais e internacionais. E por isso são esses os espaços escolhidos por manifestações políticas e culturais, que historicamente se aproximaram dos largos. É lá que o elo entre nossas demandas de manifestação pública se manifestam, demonstrando que o lugar não se resume ao instante e ao concreto, ele é na verdade o elo em que do local ao global nos encontramos na mais diversa vivência.

A arte popular, alternativa e a liberdade política de se expressar sempre contaram com os espaços que encontravam melhores condições para atuar, ou seja, aqueles onde o controle e a vigilância não estavam duramente aplicados. Os espaços por sua vez, justificaram seu uso através dessas apropriações para sobreviver enquanto tal, principalmente quando se localizam geograficamente próximo de centros urbanos.

Assim, o largo não é só o lugar da relação, da conexão e das aproximações, ele é também o lugar da memória. Lá é também o lugar onde os usos e apropriações específicas desses espaços públicos encontraram como morada histórica, onde perpetuaram por tanto tempo, mesmo contrariando algumas imposições da cidade enquanto mercadoria. O significado não se produz somente a partir do indivíduo, do grupo ou do coletivo, e menos ainda é produzido a partir da plataforma material do lugar. A significação dos largos produzida na cidade é fruto da relação desses grupos, indivíduos e coletivos com a materialidade objetiva desses territórios dos largos.

O mágico “Tio Tony”, apresentado no segundo capítulo, o que versou sobre paisagem, demonstrou isso quando em mãos da fotografia dele se apresentando no ano de 1978, no Largo Zumbi dos Palmares, antes Largo da Epatur, recordou suas relações com esse lugar, misturado com histórias anteriores a dele, e com as do presente. Essa transposição espaço-tempo exercitada pelo mágico na contemporaneidade, refletindo sua relação com o largo levando em conta artistas anteriores a ele nesse lugar, com sua própria vivência, ainda acrescidos de toda uma memória dessas atividades demonstra o papel do largo como lugar de memória de uma dimensão histórica da cidade de Porto Alegre. Uma dimensão fixada de vivências individuais, que ao mesmo tempo foram coletivas. Ainda sobre esses lugares de memória:

Lugares portanto, mas lugares mixtos, híbridos e mutantes, intimamente enlaçados de vida e de morte, de tempo e de eternidade, num espiral do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do móvel. Anéis de Moebius enrolados sobre si mesmos. Porque se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para – o ouro é a única memória do dinheiro – prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações. (NORA, 1993, p. 22)

Assim, ao nos aproximarmos dos largos, de seus lugares identificamos mais que relações, novos usos e apropriações, pois encontramos novos significados para as mesmas dimensões e conceitos. O lugar encerra em suas fronteiras uma dimensão simbólica, emocional e cultural, de acordo com o que cada artista, religioso, vendedor ou morador de rua, por exemplo, constrói dele e sobre esse largo. É o conjunto dessas intencionalidades que dão a identidade e o significado que esses espaços públicos conquistaram. Não é nosso objetivo aprofundar a dimensão da identidade, porém é essencial que não se perca essa perspectiva com existente no conjunto da análise de espaços públicos como esse. Pois esses lugares, em que desenvolveram uma história assentada na ação humana, não pode negar a perspectiva individual como importante na análise do coletivo. Pois o “o lugar é criado pelos seres humanos para propósitos humanos.” (TUAN, 1975).

Essas experiências individuais do lugar manifestam-se também nas experiências coletivas, assim como o contrário também ocorre. O relato do mágico “Tio Tony” estava contaminado de tantos outros artistas que não foi possível o contato, por não serem encontrados ou por terem falecido. E com esses tantos, outros largos, alguns que já não existem na cidade, e outros que foram transformados arquitetonicamente. Movimentos esses que só foram possíveis em função de mudanças globais que pressionaram lugares, se efetivando de diferentes maneiras na dimensão do cotidiano nos largos.

Com maior facilidade elencamos os efeitos da pressão global na dinâmica histórica dos lugares, mas pouco se tratou do lugar como expressão de globalidade. Já que a globalidade não acontece em um segundo plano, ele depende da materialidade dos lugares, em ressonância para que o global se realize. Ou seja, “(...) o ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local, enquanto especificidade concreta e de momento.” (CARLOS, 1996, p. 16).

Diferentes níveis, escalas e dimensões que além de se entrecruzarem, se realizam uma sobre as outras, numa trama cada vez mais complexa, na medida em que os fluxos se multiplicam. Nas palavras de Ana Fani Carlos:

A realidade do mundo moderno reproduz-se em diferentes níveis, no lugar encontramos as mesmas determinações da totalidade sem com isso se eliminar as particularidades, pois cada sociedade produz seu espaço, determina os ritmos da vida, os modos de apropriação expressando sua função social, seus projetos e desejos. (CARLOS, 1996, p. 16)

O espaço necessário para uma maior acumulação de capital, como a ordem vigente capitalista deseja, necessita de lugares que multipliquem as ações especulativas. Assim, como os lugares confrontam lógicas globalizantes, como é o caso dos largos, para que suas especificidades e sua lógica própria possam persistir historicamente. Assim, quanto mais esse conflito se estende, maior é o papel específico que o largo adquire. Nos termos de Milton Santos, “(...) quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos.” (1996, p. 34). Assim, os largos não se limitam a ser o lugar do encontro das pessoas, é também o lugar onde a complexidade e a multiplicidade se encontram. E por isso, uma metodologia que indique alguma alternativa de rumo nessa trama se faz necessária.

5.2. Uma proposta metodológica para o estudo de largo

Refletir sobre uma metodologia é um desafio para quem debate o espaço público dos largos. Isso é devido a dinâmica e a velocidade de transformações que esse lugar sofre. Assim, a metodologia, nesse caso, deve cumprir o papel de contemplar a profunda diversidade e complexidade que esses espaços públicos, em especial apresentam. Lembrando que tratar de metodologia, não é o mesmo que pensar sobre método.

O método está ligado a uma orientação teórica, já apresentada durante todo o desenvolvimento da tese, evidenciado nas contradições e nos conflitos identificados na realidade dos largos e das próprias proposições desenvolvidas ao final de cada capítulo. Cada avanço, algumas vezes indicava recomeços, reformulações, desorganizações que impulsionaram novas perspectivas nas análises que tínhamos desses lugares. Bachelard (1983) reflete sobre método quando diz: “O método é verdadeiramente uma astúcia de aquisição, um stratagema novo, útil na fronteira do saber”, sendo método científico “aquele que procura o perigo [...] e a dúvida está na frente, e não atrás”. (BACHELARD, 1983, p. 122).

Se a dúvida está logo na frente, e não atrás, como disse Bachelard, o caminho que optamos, ao debater método e metodologia ao final do trabalho, como a tese em si, se explica e se justifica. O método dialético contemplou a gama de relações de poder conflituosas que produzem o espaço dos largos. Porém, nossa proposta é uma metodologia, para de forma mais

apurada, como uma técnica apresenta um caminho metodológico para quem se aventurar no cotidiano desses lugares.

As etapas metodológicas que estamos propondo nesta pesquisa não são hipotéticas, já foram testada durante o desenvolvimento da tese, que são o uso de categorias de análise da Geografia, a fim de que a diversa produção do espaço dos largos não escape do olhar de quem pesquisa. Essas categorias existem internamente no campo geográfico, mas também são comuns a outras áreas do conhecimento. Por isso, essa metodologia não impede que qualquer outro campo de estudo se aproprie desses termos, como conceitos e através deles travem um procedimento de estudo. Paisagem, território, espaço e lugar são caminhos, que podem ainda dentro disso variar, com uma única finalidade: abarcar a multiplicidade das realidades e das diferentes escalas. Assim, a metodologia que apresentamos se coloca como procedimentos a serem utilizados, materiais e instrumentos, como etapas a seguir em um determinado processo. Vários autores no campo da geografia já chamaram a atenção para a necessidade desse exercício conceitual, como demonstra a seguir Ruy Moreira:

Tudo na geografia começa então com os princípios lógicos. Primeiro é preciso localizar o fenômeno na paisagem. O conjunto das localizações dá o quadro da distribuição. Vem, então, a distância entre as localizações dentro da distribuição. E com a rede e conexão das distâncias vem a extensão, que já é o princípio da unidade do espaço (ou do espaço como princípio de unidade). A seguir, vem a delimitação dos recortes dentro da extensão, surgindo o território. E, por fim, do entrecruzamento desses recortes surge a escala e temos o espaço constituído em toda sua complexidade. (MOREIRA, 2007, p. 177)

O material que subsidia a metodologia, e que não pode ser esquecido, como um pressuposto para o primeiro procedimento é o entendimento e intimidade com o objeto de estudo. Nesse caso as conversas e entrevistas com quem vivencia os espaços dos largos foi fundamental, e assim é para qualquer caso de espaço público em estudo. É essencial que o pesquisador passe algumas horas de diferentes dias, observando, conversando, com calma e com o objetivo de captar relações, ações, conflitos e aproximações no espaço público em destaque. Pois o espaço público de modo geral é mutável.

No caso dos largos, em questão, optamos por entrevistas abertas ou livres. Mas nem por isso com menos critério, pois nelas desenhamos um fio condutor que perpassa todas elas, que foram as palavras-chaves. Através delas questionamos e encaminhamos evidências sobre a multiplicidade e as relações de poder identificadas nos largos da cidade de Porto Alegre. As

palavras-chave orbitaram em torno de “conflito” e “relações”, a fim de apontar proximidades e afastamentos na produção do espaço dos largos. Essas relações e conflitos apontaram para uma diversidade de movimentos entre os grupos, indivíduos e com relação aos lugares.

Algo importante de ser dito é que as conversas informais se mostraram mais ricas, secomparadas com as entrevistas formalizadas. O gravador, a autorização para publicação e a formalidade, que sempre ronda o momento da entrevista possuem como efeito uma perda de espontaneidade e riqueza nos relatos. E por isso chamamos a atenção para a intimidade informal que se desenvolve, com grande peso no entendimento de um objeto de estudo complexo, como é no caso dos espaços dos largos.

Superado a intimidade com o objeto de estudo, é dado o momento de se apropriar dos instrumentos metodológicos que são as categorias de análise da Geografia. Como metodologia propomos uma sequência recomendada que é uma após a outra, análise por primeiro de paisagem, segundo de espaço, terceiro de território e quarto de lugar. Esses conceitos extrapolam a própria ciência geográfica, porém a metodologia que propomos não se restringe a esse campo científico. A metodologia se trata de quatro passos que completam um ciclo, que permite da forma mais ampla, a mais aprofundada ampliar e tornar complexo nosso entendimento da realidade dos largos. Sobre o uso dos conceitos como metodologia, nos diz SCHLEE, M. et.al.:

Conceitos têm a propriedade de orientar certas formas e nuances dos diversos “olhares” sobre uma mesma realidade, que é apreensível em toda a sua completude. Como os conceitos estabelecem epistemologias condizentes com os posicionamentos filosóficos, em contínua transformação, ele nos auxiliam a enxergar por esses diversos “olhares” e a compreender a realidade em suas diferentes manifestações. (SCHLEE, M. et.al., 2009, p. 227)

Esses quatro passos, (paisagem, espaço, território e lugar) são referências, pontos de partida em cada estágio a fim de sair da superfície das nossas visões sobre os largos, e imergir na profundidade da complexidade da multiplicidade e diversidade dos usos e apropriações da produção do espaço dos largos. Compreender essa produção de espaço nos fez compreender que sem metodologia que tenha como objetivo nos colocar em contato com a realidade de quem vivencia o espaço dos largos, se torna muito difícil desligarmos de uma visão periférica do cotidiano desses lugares. Os conceitos são ferramentas nessa mudança de ponto de vista:

Nesse sentido, os conceitos surgem como ferramentas para identificar, descrever, qualificar e relacionar os diferentes elementos e aspectos da realidade, auxiliando-nos em sua compreensão, mas resultam, por outro lado, do grau de conhecimento acumulado até o momento de sua formulação. Enquanto representações são dinâmicas, variam culturalmente e ao longo do tempo e só podem ser entendidos em uma perspectiva histórica. (SCHLEE, M. et.al., 2009, p. 228)

A visão periférica dos largos os liga a espaços abandonados, vazios, tomados pela criminalidade, principalmente a noite, porém uma perspectiva que encaminhe para aberturas, novas visões e concepções desses espaços nos aproxima mais da múltipla realidade e nos afasta dos predicados pejorativos. As ligações que os largos permitem com o cotidiano das cidades são enormes, e foi duramente mantido sobrevivente no decorrer histórico, e não pode ser reduzido a ponto de justificar seu fim ou substituição por outro espaço público.

E por isso essa proposta metodológica não é somente programática, ela pretensiosamente busca abalar paradigmas cristalizados e segmentados que rodeiam os espaços públicos, os largos em específico e todos os temas transversais a eles. Mesmo que isso incorra à diversos riscos, precisamos assumir que a matéria dos largos está em movimento. Como assim comenta Eliseu Savério Sposito:

O movimento, que pode ser apreendido abstratamente em seus momentos de superação de momentos anteriores, contendo o que ocorreu e sendo parte do que será conhecido, é básico para a compreensão da complexidade do pensamento e condição para a sua própria superação. (SPÓSITO, 2004, p. 86)

A contemporaneidade se orgulha pelos avanços na técnica e no aumento dos fluxos nas condições de espaço e tempo. Porém, ampliamos as possibilidades dos fluxos de pessoas, mercadorias e informação sem derrubar antigos muros promotores de segregações. Ou seja, a pós-modernidade nos fluxos convivem com velhas barreiras, que nem sempre são visíveis materialmente. Muros que separam, segregam, excluem continuam presentes, por vezes com outras roupagens, mas com grande influência nas decisões tomadas enquanto cidade.

Assim, o espaço público dos largos que aparentemente se mostra aberto a todo público vinte e quatro horas por dia apresenta uma estrutura que de imediato não enxergamos. Grandes muros imateriais cercam as adjacências desses lugares, e dentro deles uma subdivisão com outros muros estão ocultos reproduzindo e quebrando relações de poder de uma forma dialética, compondo a produção do espaço. Para que se adentre nesse espaço é

preciso encontrar chaves de acesso, que permitam uma maior reflexão, debate e que o conflito com nossas próprias pre-concepções se coloque em conflito, para que adentremos com mais perguntas que respostas.

Essa primeira chave irá acessar a fechadura da paisagem, que abre portas do nosso olhar, desconfia do que o olho aponta e amplia o que visualizamos, para o que não está explícito e evidente. Os muros são muitos, e mais portas se encontram dentro desses espaços, e assim mais chaves são necessárias, como a de espaço, que na sequência irá indicar um possível caminho para o entendimento de como se desenvolve a produção do espaço dos largos. Porém, sem compreender como se encontra o jogo de forças, ou seja, seus territórios, fruto das relações de poder, se torna difícil abstrair as mudanças históricas desses lugares e suas tendências futuras. E para não se reduzir o futuro com um resultado próprio das relações internas é que as portas do lugar precisam ser abertas, para que a conexão com o global e todas as reproduções inclusivas e segregacionistas, que ali se realizam não fique sem explicação. O elemento gráfico a seguir, expressa nossa proposta metodológica para os estudos de largo, uma sequência de paisagem, espaço, território e lugar que entendemos como chaves que abrem novas perspectivas e ampliam nosso entendimento sobre o universo dos largos:

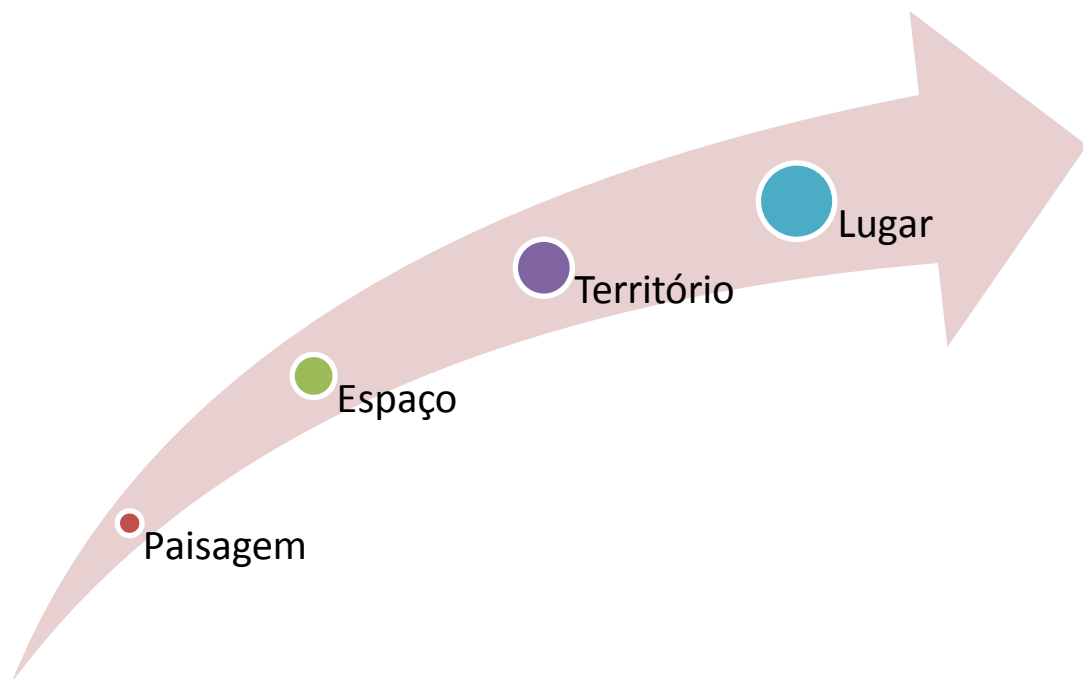


Figura 39: Elemento Gráfico.

Fonte: a autora, 2016.

Isso nos faz concluir que a produção do espaço dos largos não se dá somente em função do que acontece internamente. Responder aquele questionamento inicial dos motivos que fazem desses espaços, lugares de escolha das apropriações políticas, culturais, informais e até ilegais envolve compreender o contexto onde o largo está inserido, regionalmente e globalmente.

Ainda compreendendo que todas essas escalas não se conectam somente, elas também refletem pequenas reproduções internas, da lógica global, como, por exemplo, pôde ser visto no Capítulo 4. No que tange o território, as disputas e concorrências sustentam as relações que aproximam e afastam práticas, grupos ou iniciativas.

5.3. Primeira proposição: o lugar residual da cidade

Abertas as portas de uma realidade complexa de sintetizar, como é o caso dos largos, precisamos situar esses lugares no contexto dos espaços públicos da cidade. Já evidenciamos que os espaços públicos não são lugares aleatoriamente escolhidos por determinados perfis. E sim que esses perfis são historicamente ligados a certos lugares, e mantidos no tempo presente por relações de poder que sustentam essa reprodução. E isso não quer dizer que as formas de apropriações dos espaços públicos se territorializem de tal forma que o que se encontra no largo, nunca será visto num parque ou praça.

Apresentações artísticas e manifestações políticas com esse caráter alternativo pode ser encontrado em outros espaços públicos, mas nesse caso nos atemos a produção do espaço dos largos que caracteristicamente concentra esse tipo de apropriação historicamente. Essa constância na realidade dos largos não é só própria do contexto porto alegreense. Através de outros estudos sobre espaços públicos de diferentes cidades brasileiras, e citadas no desenvolvimento do trabalho, pode se constatar que isso se aplica a outras grandes cidades brasileiras.

Sendo assim, o lugar do largo possui uma conexão com a dinâmica da cidade brasileira. Nesses limites existe algo que os une em outras escalas, na regional, nacional, e talvez globalmente com outros espaços públicos com esse perfil. A busca por essas ligações escalares nos fez chegar aos espaços residuais da cidade. Lugares que se constituem como

reduto do que se entende por marginal na cidade, mais evidente nas grandes cidades e capitais, porém, não sendo inexistente em outras pequenas cidades.

A reprodução, que ocorre no crescimento da cidade é muito parecida. Os espaços públicos paulatinamente são engolidos por uma revitalização da área, ou cidade, em que se encontram e são forçados a certas mudanças, principalmente no que tange a elitização e vigilância, expulsando diretamente ou indiretamente todo o tipo de atividade que a sociedade concebe como à margem.

Mas como residual não vamos entender somente a partir da perspectiva do que “sobra” de tantos espaços atingidos por essas modificações, que resultaram na elitização de tantos espaços públicos na história urbana. A partir de outras perspectivas, o que é antes entendido como “abandonado”, pode se mostrar diferente disso, um lugar fértil de possibilidades. E encontrar nos largos os lugares-redutos para que sua forma de vivenciar a cidade permaneça.

A população guarani, por exemplo, que povoa os espaços públicos expõe seu artesanato, sua arte e cultura como forma de complementar sua renda compreende na prática o valor dos lugares residuais da cidade. Desconfiada com a entrevista, a matriarca da família registrada na fotografia a seguir, revelou em conversa informal que em um tempo passado a presença de sua etnia em diversos espaços públicos não causava desconforto. Porém, nos últimos anos, o que comenta é uma dificuldade maior em permanecer nos espaços, e começou a conviver com agressões e constrangimentos. Para essa matriarca, os únicos espaços que restaram com uma maior disponibilidade para permanecer são os largos da área central, em especial, o Largo Glênio Peres e o Largo Esquina Democrática, como pode ser visto a seguir:



Figura 40: Largo Glênio Peres.

Fonte: a autora, Largo Glênio Peres, 2015.

Isso nos leva a nossa primeira proposição quanto a vista dos largos a partir do olhar do lugar. Segundo essa relação escalar de lugar que aproxima nossa visão dos largos ao máximo, não é mais possível falar em espaços públicos como um corpo só. Não existem espaços públicos puros, comum a qualquer formato, e legítimos em si pela única condição de ser público. O que existe são tantos espaços, quanto lugares personalizados em função de seu contexto histórico e territorial.

Assim, o lugar amplia e diversifica o que talvez viesse conforme nossa análise sendo reduzida e afinada. Esse é um ponto positivo dessa metodologia a ser evidenciada. A proposta de encerrar o caminho metodológico com lugar não pretende especializar a pesquisa ao nível do detalhe e dos estudos de caso. Mas sim, ao aproximarmos o olhar para o restrito do largo, entrar em contato com as conexões escalares que nos escaparam da paisagem, do espaço e do território. Angelo Serpa ao tratar da apropriação dos meios de comunicação nos bairros populares de Salvador em contraponto a cidade de Berlim, também nos traz uma reflexão sobre o lugar enquanto alternativa:

A operacionalização do conceito de lugar deve, portanto, articular escalar e recortes espaciais, evitando reduzir o lugar a uma escala local de abordagem, o que seria um equívoco. Se for verdade que lugar é processo e movimento, as fronteiras e os limites não são nem fixos, nem mutáveis: eles mudam e se transformam de acordo com as relações intersubjetivas que vão definir o lugar no espaço e no tempo. (SERPA, 2011, p. 180)

Em tempos da virtualização das relações espaço-tempo e de um entendimento de cidade que parece nos negar os lugares como dimensões das experiências e do vivido, os largos persistem em sobreviver numa lógica contrária a dominante. Nesse contexto de produção capitalista da cidade, os largos se apresentam como subversão das lógicas mercadológicas e hegemônicas de produção.

Internamente nesses lugares, na maioria das vezes as relações de competição vencem as de solidariedade, e por isso não podemos afirmar que elas sejam formadoras de lógicas contrárias as de consumo e de segregação. Porém, ainda assim, esses os largos se apresentam como lugares que existem e persistem como resíduos metropolitanos contra hegemônicos, sobretudo nas áreas centrais das cidades. E em última instância reforça a concepção de direito à cidade de maneira universal, contemplada nas mais diversas maneiras de vivenciar a cidade.

5.4. Segunda proposição: os largos como proposta de vivenciar a cidade

A imagem que de imediato associamos aos espaços públicos em geral é a de uma praça ou parque, com área verde, frequentada por pessoas usufruindo suas horas de lazer em um cenário de tranquilidade e harmonia. Essa é a mesma imagem ideal que construímos de espaços públicos e nossa tentativa de perseguir esse imaginário se concretiza naquelas praças e parques planejados, com forte vigilância.

Tratar do nosso imaginário construído em torno do que é público é importante, pois as medidas do poder público que restringem os usos desses lugares, como já comentamos, são também reflexo dessa concepção. Segundo François Ascher (1995), o termo espaço público foi identificado pela primeira vez em um documento administrativo no ano de 1977, em documento de intervenção pública. Logo, em se tratando de política pública, ainda é muito recente a inclusão desses lugares no planejamento urbano da cidade.

Porém, como construímos esse ideal em meio a uma cidade que é fruto das relações de poder, fruto do conflito e de diferentes condições de acesso aos territórios. A cidade se ligou à globalização, os fluxos multiplicaram-se, mas os muros que permanecem e se reproduzem são antigos e acompanham o desenvolvimento da cidade, sem serem superados. Assim, esse espaço público ideal é incompatível com a cidade, tal qual ela se desenvolveu até os dias de hoje.

Esse ideal de espaço público nunca foi abandonado, pois ligado a um posto privilegiado, um status, permaneceu confortável nas relações de poder. Assim como morar num bom lugar, com estrutura de transportes, saneamento, etc, viver num lugar com uma praça ou parque “ideal” próximo da residência se tornou sinal de status. Porém, essa relação de valor com o espaço público ideal permaneceu paralela a outra com outro status na sociedade.

Para um vendedor informal, artista, ou morador de rua, por exemplo, o espaço público sempre teve outro significado, e em seu juízo de valor, uma boa praça, parque ou largo são aqueles em que os olhares de atenção e vigilância não estão focados. Assim, um largo com pouca iluminação, sem câmeras, com pouca estrutura fixa e mais ampla pode ser muito mais interessante através de outros pontos de vista.

Dessa forma, a história do espaço público na cidade como um todo se caracterizou, por um lado uma busca ideal de praças, parques e largos construídos em áreas nobres da cidade, ambientes planejados e controlados. E por outro lado em determinadas praças e largos abandonados por parte da administração pública e privada da cidade, um lugar de encontro de práticas informais e de moradia para excluídos e da ilegalidade. As duas condições espaço-tempo permanecem e persistem enquanto a cidade for resultado de relações de poder desiguais e excludentes. E sendo assim, os espaços públicos negam uma só atribuição, um só uso ou apropriação. Alguns autores como BORJA (2003) defendem inclusive que a cidade toda deveria ser ampliada para uma concepção pública, em suas palavras, é a cidade no seu conjunto que merece a conotação de espaço público.

Então, é nesse contexto que entram os largos, enquanto espaços públicos que tiveram muito maior envolvimento com usos e apropriações informais e ilegais da cidade, o que para o entendimento de boa parte da cidade significa um status de pouco valor material e simbólico. O caso da cidade de Porto Alegre não é exceção à regra, e seu histórico ligado a um submundo das vivências se repete em outros processos de urbanização. A história do

chamado “Lado B” da cidade sempre esteve latente, mas foi contido pela romantização do espaço público, como assim diz DorreenMassey:

Mas a tendência é romantizar o espaço público como um vazio que permite livre e igual expressão não leva consigo a necessidade de teorizar espaço e lugar como produto de relações sociais que são, mais provavelmente, conflitivas e desiguais. (MASSEY, 2008, p. 217)

E foi dessa forma, através dessas dualidades que comporta a cidade de forma dialética, que as geometrias de poder espaço-tempo influenciaram essa condição dos largos frente a praças e parques. Os largos possuíram nessa dualidade o lugar de escolha da informalidade e da ilegalidade. Os motivos disso se encontram no elo entre o presente e o passado, novas conexões e velocidades ao lado de antigos muros e práticas.

A escala do lugar do largo não se resume ao concreto e ao cotidiano, pois ele próprio através dessa perspectiva que apresenta, levanta questionamentos para o espaço público em toda a sua diversidade, e como proposta de vivência alternativa para a cidade. Ao mesmo tempo deixa de ser simples vítima do global, quando reproduz a lógica capitalista mesmo nos limites de sua informalidade e ilegalidade. Assim, a questão não é uma defesa do global ou do local, como diz DorreenMassey:

O significado político de “local” não pode ser determinado fora de uma referência contextual específica. Local/global em si mesmo não pode ser uma superfície apropriada ao longo da qual se constitui o antagonismo político. As questões tornam-se, não se [deve haver] globalização ou não, mas que tipos de inter-relações irão construir uma globalização alternativa e, assim, não simplesmente uma defesa do lugar-como-ele-é, mas o projeto político da natureza dos lugares dentro dele. (MASSEY, 2008, p. 255)

Em função de sua história, o largo é o lugar que nos conecta com esses questionamentos, que não se restringe ao que acontece nos limites desse espaço público. Exatamente por isso, ele se mostra como o lugar que conecta uma manifestação que acontece em vários lugares ao mesmo tempo no país, aproxima uma prática mal vista na cidade onde está inserida, com outros pares com a mesma proposta em outras cidades e permite que a diversidade persista historicamente.

Assim, um espaço público ideal deveria ser um pensado a partir do seu passado, presente vivido e percebido, que reflita suas opções e permaneça com um futuro aberto para a diversidade e infinidade de caminhos. Um espaço ligado ao passado, mas com perspectivas, que atenda a demanda local e presente, mas ao mesmo tempo conectado com o global e com o futuro. Tratar os espaços dos largos, como são atualmente na cidade de Porto Alegre é uma violência.

As políticas que visam pacificar e organizar os espaços dos largos, atuam de forma agressiva a partir do momento que ignoram a vida que existe nesse lugar, aliás desconhece o entendimento desse conceito caro à Geografia, a partir do momento que desconhece de forma proposital os usos e apropriações existentes ali. Desrespeita quem vivencia eles e impõem uma forma totalmente discrepante com sua história.

O que está envolvido nos largos, atualmente em Porto Alegre, é uma constante e profunda negociação, imensamente difícil, mas possível no diálogo, baseada no que o lugar nos apresenta, antes de chegarmos com uma forma pronta e acabada de espaço público. Aquele jardim florido, com pessoas vestidas em caráter de passeio não vai ser hegemônico na paisagem dos largos, e não pode ser violentamente imposto, mesmo que se entenda como uma proposta positiva para o largo. O resultado dessas relações de poder conflituosa, até o momento, estão fomentando a construção de mais muros imaginários, mas com força de segregação tão forte quanto qualquer outro.

E nisso, o que exatamente uma proposta metodológica geográfica colaboraria para uma proposição concreta de possibilidade de entendimento da realidade dos largos de forma mais justa, menos imposta e construída de forma mais colaborativa?

Existe uma atitude com relação a lugar, elaborada a partir de uma reflexão do conceito e de sua escala espaço-tempo, que funciona contra esse tipo de mecanismo político imposta para os largos da cidade. O ideal de espaço público que entra em conflito frequentemente com a apropriação e uso dos largos na cidade não se encontra somente nos imaginários, mas também nos discursos e nas práticas políticas (públicas) e privadas.

A persistente contraposição entre os conceitos de espaço e de lugar são determinantes nisso. Espaço, nessa contraposição, se apresenta como a escala imaterial, por sua amplitude, com o global e com o tempo mais amplo, com frequência indicando futuro. Já lugar,

indicando o concreto, real, se apresenta a partir de onde nossa perspectiva visual alcança, e o tempo do presente, quando não do instantâneo.

Além da oposição, fica evidente a compreensão partida da realidade, que separa a perspectiva global, daquelas relações identitárias e locais. A política pública e privada trata o espaço dos largos reduzidos às questões indenitárias e imediatas, enquanto a sociedade que se apropria cotidianamente se liga com práticas concretas que expressam a dimensão espaço-tempo por completa. Isso resulta em políticas ou mandos privados que visam o curto prazo, e relações de usos e apropriações informais e por vezes ilegais que se ligam ao global em diversas perspectivas.

Quando expressamos nossa insatisfação com programas políticos que visam restritamente medidas a curto prazo, estamos expressando uma demanda de lugar e espacial, ou como DoreenMassey diz, um sentido global de lugar: “Este é um argumento que pode contribuir para a prática de produção da identidade do lugar – um sentido global de lugar – e para a construção de uma política com base no lugar que lhe corresponda.” (MASSEY, 2008, p. 270)

5.5. O direito à cidade

O direito à cidade é algo a ser perseguido na cidade contemporânea. Uma insistência protagonizada por aqueles que são colocados à margem e excluídos dos espaços. Em se tratando de segregação socioespacial encontramos lugares como protagonistas dessa tensão em prol do direito à cidade. Lugares construtores de uma condição temporal e espacial e que se caracterizam como abrigo de relações, atividades e oradores da vida cotidiana, que nem sempre possuem o registro na história oficial da cidade.

Estudar os largos da cidade colabora para compreender como as táticas de apropriação alternativas são capazes de subverter, na contemporaneidade, as estratégias hegemônicas de elitização dos espaços públicos. Como assim diz Angelo Serpa:

As táticas seriam, portanto, os métodos praticados em uma espécie de guerrilha do cotidiano, demonstrando uma utilização hábil do tempo, através de movimentos rápidos, que vão mudar a organização do espaço. (SERPA, 2011, p. 26)

Porém, essas iniciativas e grupos não possuem um lugar próprio, que possa ser considerado um abrigo somente seu. Ao invés disso são fruto de uma sucessão de exclusões que os fazem migrar. Até que se encontra um lugar, uma brecha, geralmente esses lugares residuais da cidade, que escaparam do planejamento mercadológico. E assim, lugares, como é o caso dos largos, se constroem como um ponto de partida para as exigências de um direito à cidade efetiva, ampla e inclusiva.

A pressão feita em direção ao direito à cidade pressupõe, portanto, da existência de dois vértices para que persista. Primeiro de lugares residuais, a exemplo dos largos, que permitam e garantam, de alguma forma, um espaço público menos excludente. E como segundo vértice uma cultura de práticas alternativas, com tal status por contrariarem a lógica dominante proveniente de consumismo exacerbado e especulação imobiliária.

Ao se apropriarem dos largos em seus respectivos contextos socioespaciais, se anunciam lugares através de um conjunto de estratégias, presentes nas paisagens, espaços e territórios que subvertem as relações de poder que impõem uma produção do espaço hegemônico. O que evidencia o lugar do largo não como algo dado, mas sim dinâmico, e algo que se constrói na diversidade de trajetórias na produção do espaço.

Atualmente existe uma cadeia produtiva na mercantização dos lugares, mais conhecida como revitalização. Dizemos isso, pois a transformação feita, historicamente no Brasil, por esses projetos com essa marca, alimentam um sistema de lucros para diferentes atores econômicos e políticos. Não se trata simplesmente de um processo de segregação que visa expulsar grupos sociais indesejáveis esteticamente e economicamente dos espaços públicos em nome da elitização da cidade. Nessa escalada de projetos de revitalização de lugares, englobando grande parte dos espaços públicos da cidade, ganha a empreiteira promotora da obra, governantes, mídias veiculadas, promotores imobiliários e população de alta renda que de maneira sutil constrói grandes condomínios fechados a céu aberto no momento que determina uma área da cidade como sua e a recobre de muros (materiais e imateriais) nos quais impede a entrada dos considerados indesejáveis por esses primeiros.

Assim essa cadeia produtiva toma partes da cidade como privadas, negando a máxima do direito á cidade como legítimo. Encerrando nessa lógica uma cidade espetáculo, consumida por quem pode pagar por ela, como comenta Henri Ascelrad:

Mas, também, vale dizer – com o advento do urbanismo competitivo – é o lugar do consumismo de lugares, por meio das dinâmicas da cidade-espetáculo, dos megaeventos e do esforço de venda de imaginadores urbanos com suas obras/localizações fundadas em um culturalismo de mercado. Ou seja, assim como já conhecíamos a experiência de lugares sendo construídos por um esforço de venda microeconômico para fins turísticos, por exemplo, o planejamento estratégico do urbanismo de mercado propõe-se, na atualidade, a realizar um esforço de venda macroeconômico dos lugares, fazendo do consumismo de lugares um modo particular de articulação entre o rentismo imobiliário e a competição interurbana por capitais. (ASCELRAD, 2013, p. 237)

Porto Alegre vivencia esse contexto, e não seria os largos, com seus poucos lugares residuais, redutos e brechas que são dessa dinâmica que conseguiriam reverter essa lógica. Os próprios largos são fruto do contexto socioespacial e em diferentes aspectos reproduzem esse sistema competitivo, especulativo e segregacionista, com já foi comentado no capítulo sobre território. Porém, chamamos a atenção para o potencial problematizante desses lugares, mesmo pequenos frente ao todo, ou engolido pelo entorno, de conseguir se colocar como uma força propulsora contra hegemônica em sua essência, por abrigar, historicamente as atividades que entramos em contato nesta pesquisa.

Problematizar não é pouco em tempos que se aceleram as dimensões e velocidades da pressão hegemônica capitalista de produzir a cidade. Basta observar o que aconteceu com o Largo Glênio Peres nos últimos anos, conforme a primeira fotografia do ano de 1998, se comparada com a segunda atual:

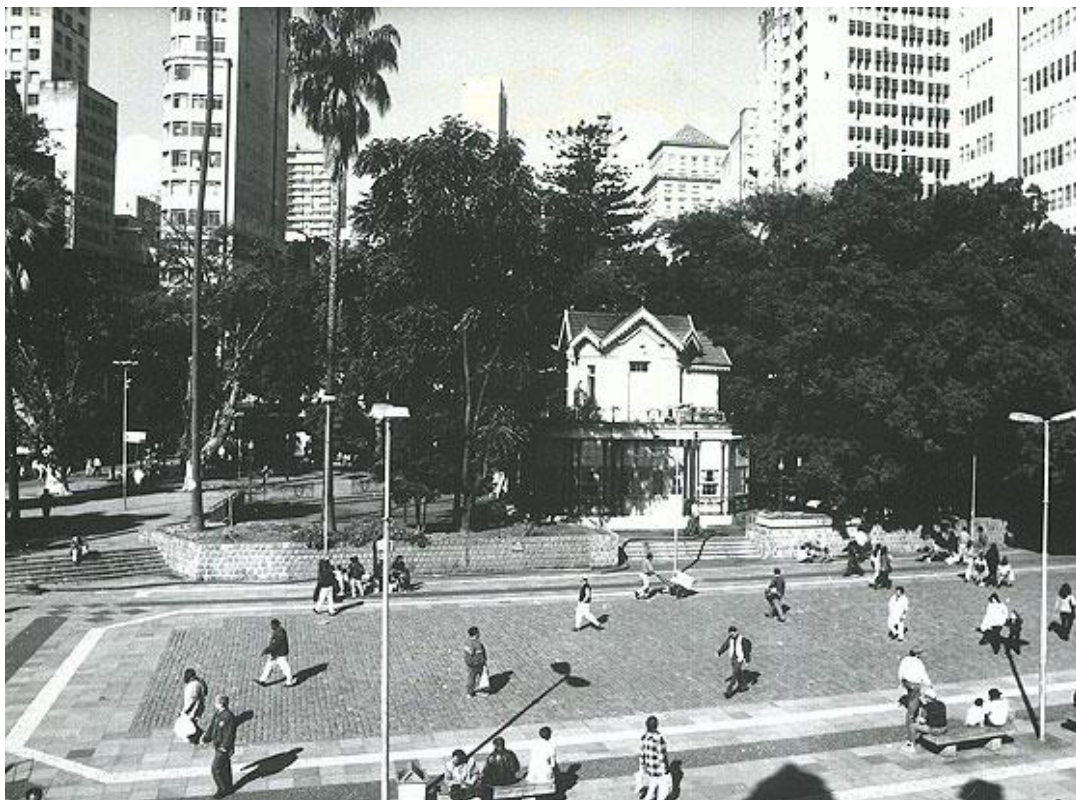


Figura 41: Largo Glênio Peres.

Fonte: Largo Glênio Peres, 1998. Acervo da Câmara Municipal de Porto Alegre.



Figura 42: Largo Glênio Peres.

Fonte: a autora, 2015.

Notem que de 1998 até os dias atuais trocamos o espaço mais amplo, por um mais reduzido em função da colocação dos quiosques que atendem os estabelecimentos comerciais do Mercado Público. E trocamos os bancos, por chafarizes que além de reduzir o espaço não se compara com o uso que se faz dos primeiros. Sendo assim, os largos não escapam a um processo que se aplica a cidade como um todo. Mas mesmo tendo essa realidade global imposta, reserva técnicas, táticas e estratégias para driblar as pequenas expectativas para refletir e repensar o tipo de espaço público que desejamos sem dizer uma única palavra, simplesmente mantendo as atividades que acha justo persistir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

PARA FINALIZAR, VIVENCIAR E SE APROPRIAR

O exercício proposto como metodologia, e feito durante o desenvolvimento da pesquisa sobre a produção do espaço dos largos em Porto Alegre, considerou como “chaves” de leitura e análise os conceitos de paisagem, espaço, território e lugar a fim de refletir sobre as potencialidades desses espaços públicos especificamente. Mais que isso, nossa intenção é oferecer um arcabouço metodológico transdisciplinar aplicável ao objeto a que nos propusemos a estudar, e também possa servir de instrumentalização para futuras pesquisas que tratem dos largos. Muito longe de espaços vazios ou decadentes na cidade, os largos oferecem um universo de multiplicidade e diversidade, e necessitam por isso de instrumentos metodológicos que atendam a essa amplitude.

Difícil encontrar um termo que resuma tal multiplicidade, porém em um exercício de síntese podemos dizer que as produções dos largos na cidade de Porto Alegre nos levaram a uma grande intersecção. Um cruzamento entre conceitos, metodologias, usos e apropriações em diferentes escalas evidenciadas no mesmo lugar, porém não restrito as fronteiras de suas arquiteturas. Uma intersecção que nunca será neutra, já que propomos uma análise crítica sobre as condições de diversidade e de conflitos, fruto das contradições na produção do espaço dos largos.

Considerando, então nossas chaves que abriram novas perspectivas e olhares de outros ângulos, o que se viu nessas aberturas foi novas dimensões de uma mesma realidade. De imediato, através da paisagem se abriu um tempo-espaço do imprevisto, que possibilita rupturas no cotidiano acelerado da cidade de Porto Alegre. Essas rupturas não se dão somente no tempo presente, elas foram sendo desenvolvidas historicamente, resistindo, mesmo presenciando muitos outros largos que se transformaram em praças e parques. E mesmo assistindo sua realidade sendo mal tratada e considerada, também resiste ao aumento do controle e vigilância, comum aos espaços públicos nos tempos atuais.

Foi com a paisagem que notamos que esse lugar ultrapassava, e muito, uma simples estrutura arquitetônica aparentemente vazia. O resíduo ao mesmo tempo em que historicamente construído, tem forte característica de improvisação, pois expressa um retrato de um cotidiano que não segue em sua totalidade a ordem estabelecida. O conceito de paisagem, também colocou nosso próprio olhar a prova, quando nos propõe outras perspectivas de usos e apropriações, informal e ilegal, por exemplo, como tradicionais da cidade, já que existem e persistem a tanto tempo na urbanização da cidade.

Identificar o texto impresso na paisagem dos largos de Porto Alegre possibilitou visualizar diferentes formas de segregações que se mantem fortalecidas, mesmo em um espaço aparentemente aberto ao acesso de todos. Assim, grupos que já são atingidos pela segregação na cidade, como é o caso do negro, da mulher, ou do mais pobre, por exemplo, também se refletem nas relações de poder dos largos, mesmo esse sendo um lugar diferenciado se for comparado com outros espaços públicos.

A produção do espaço dos largos enfrenta o cotidiano vigiado e isolado de forma múltipla e dinâmica. O vivido e percebido diverso, complexo e que depende da perspectiva da qual se observa pode ser violento ou pacífico, repressor para alguns ou libertador para outros que encontram nesse espaço uma possibilidade de trabalhar, descansar, se relacionar e vivenciar a cidade. Um espaço público tão diverso, como assim é a sociedade que dele se apropria. Um conflito a ser mediado pelo poder público e um espaço a ser preservado para muitos que nele vivenciam o cotidiano.

Porém, por tal diversidade é obrigado a conviver com o conflito. Muitos territórios em um só fruto de relações de poder que tendem a capilaridade. Enfrentamentos entre agentes que produzem e reproduzem o espaço, delimitados territorialmente que indicam que existem mais muralhas segregacionistas que se imaginava. Assim, a produção dialética dos espaços dos largos acontece cotidianamente entre concepções privatistas, de controle e vigilância da cidade concomitante com o potencial relacional, polifônico e volátil daqueles que de forma independente, em busca de sobrevivência e vivências alternativas tornam mais diverso o espaço público da cidade.

Enfim, os largos dessa forma nos trazem reflexões sobre como são definidos os caminhos e transformações pelas quais a cidade passa. Os espaços públicos como um todo são atingidos pelo discurso da dita revitalização. Porém, historicamente a revitalização significou o consumo ou supressão dos espaços dos largos, como se eles estivessem abandonados e não tivessem significado nenhum para algum segmento da cidade. E essa relação devia ser levada em conta em qualquer modificação que se faz nesses lugares.

Na realidade o espaço dos largos possuem significado e importância para vários grupos na cidade de Porto Alegre e foi através da produção do espaço que se buscou contestar a concepção que nega essa existência. Não só existem, como resistem a todo o tipo de ataque que entende que a única opção é a transformação em praças e parques, ignorando a histórica

produção do espaço. E mesmo que fosse essa a realidade dos largos, qualquer mudança nesses lugares devia levar em conta a opinião dos envolvidos que vivenciam esses lugares.

A metodologia proposta tem como intenção possibilitar o leitor que observa o texto impresso cotidianamente nos largos da cidade de Porto Alegre um olhar mais amplo. Uma visão despida de preconceitos, a fim de quebrar o ciclo que reproduz uma política histórica excludente. E que mesmo com um passado e um presente de dificuldades encontra nas suas conexões, relações e intersecções a força de conter muitas escalas transversais em um só lugar.

Enfim, não concluímos, mas sim constatamos com essa gama de idas e vindas aos largos, se depender do tempo dialético que se realiza entre esses muros, muito ainda vamos falar dos largos da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício. **Sobre a memória das cidades**. In: CARLOS, Ana F. A.; SOUZA, Marcelo L. de.; SPOSITO, Encarnação B. (orgs.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.
- ACSELRAD, Henri. **Cidade-Espaço Público**. Revista UFMG. Belo Horizonte, vol. 20, N.1, p. 234-247, 2013.
- AGIER, Michel. **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2011.
- ALBERNAZ, Maria Paula. **Dicionário ilustrado de arquitetura**. São Paulo: ProEditores, 1998.
- ANDRADE, Luciana T. de; BATISTA, Luís V. **Espaços Públicos**: interações, apropriações e conflitos. Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXIX, 2015, p. 129-146.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- ASCHER, F. **Metapolis ou l'avenirdesvilles**. Paris :EditionsOdile Jacob, 1995.
- BACHELARD, G. **Epistemologia**. 2.ed.Tradução Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
- BORJA, J. La ciudad conquistada. Madrid: Alizanza Editorial, 2003.

CARLOS, Ana F. A. **Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico.** In: CARLOS, Ana F. A.; SOUZA, Marcelo L. de.; SPOSITO, Encarnação B. (orgs.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.* São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana F.A. **A cidade.** 8 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

CARLOS, Ana F. **Espaço-tempo na metrópole:** a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, A. F. **O lugar no /do mundo.** São Paulo: Hucitec, 1996.

CARNEIRO, A.R.S.; MESQUITA, L.B. **Espaços Livres de Recife.** Recife: Prefeitura da cidade de Recife./UFP, 2000.

COSTA, Rogério H. **Des-caminhos e perspectivas do Território.** In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. *Território e Desenvolvimento: Diferentes abordagens.* Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

COSTA, Rogério H. da. **O mito da Desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª ed., 2006.

GARCIA, Neiva R. **Espetáculos de Rua:** um estudo antropológico sobre manifestações culturais no Largo Glênio Peres e no Brique da Redenção da cidade de Porto Alegre. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

GOMES, Paulo C. C. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. 3ª Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

FERRARI, Celso. **Dicionário de urbanismo**. São Paulo: DISAL, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FROLOVA, Marina.; BERTRAND, Georges. **Geografía y Paisaje**. In: Alicia Lindón y Daniel Hierna. Tratado de Geografía Humana. Rubí (Barcelona): Antropos Editorial. México: UAM. Iztapalapa. Divid. Ciências Sociais y Humanidades, 2006.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HOLANDA, Sérgio B. de. **O homem cordial**. São Paulo: PenguinClassics Companhia das Letras, 2012.

HONNETH, Axel. **A luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Editora WMF, Martins Fontes, 2011.

LACOSTE, Y. **Paysages en action**. In: Hérodote: revue de géographie et de géopolitique. Paris, 1987.

LATHAM, A.; MCCORMACK, D. ; MCNAMARA, K.; et. al. **Key Conceptsn**. Urban Geography: London Sage, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **A linguagem e a sociedade**. Lisboa: Editora Ulíssea, 1966.

LEFEBVRE, Henri. **A lógica formal/lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **La produccion Del Espacio**. Espanha: Editora Capitan Swing II, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITÃO, Lúcia. **Quando um muro separa e nenhuma ponte une**. In: Cadernos de Metrópole. Nº 13, pp. 229-253, 1º sem, 2005.

LIRA, Ana C. C. de. **Contradições e políticas de controle no espaço público de Barcelona: um olhar sobre a Praça delsÀngels**. In: Cadernos de Metrópole. São Paulo, nº 25, pp. 279-302, jan/jun 2011.

MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre e suas escritas: histórias e memórias da cidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

MOREIRA, Ruy. **O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa**. In: HAESBAERT, Rogério; OLIVEIRA, Márcio P.; MOREIRA, Ruy (orgs.). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ª Ed., Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

MORFAUX, Louis-Marie; LEFRANC, Jean. **Novo Dicionário de Filosofia e das Ciências Humanas**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RICOEUR, Paul. **Arquitectura y Narratividad**. In: THORNBERG, JosepMuntañola (dir.) *ArquitectonicsMind, Land &Society*. Barcelona: Edicions, UPC, 2002.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1995.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: Fundamentos Teóricos e Métodos da Geografia. 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton et al. **Território e sociedade**: *entrevista com Milton Santos*. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções sobre territórios**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SENNET, Richard. **O declínio do homem público**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERPA, Angelo. **Lugar e Mídia**. São Paulo: Contexto, 2011.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TUAN, Yi-Fu. **Place**: anexperiential perspective. *GeographicalReview*, United Kingdom, n. 65, p.151-165, 1975

LEIS E PROJETOS DE LEI:

Lei 07.023. **Disciplina a realização de eventos culturais, econômicos, políticos ou de outra natureza no Largo Glênio Peres.** Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992.

Lei 11.213. **Disciplina a realização de eventos culturais, econômicos, políticos ou de outra natureza no Largo Glênio Peres.**Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2012.

Lei 11.586. **Permite manifestações culturais ou artísticas de rua em espaço público aberto.** Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2014.

MINUTA DE DECRETO. **Estabelece procedimentos gerais para a autorização de eventos em logradouros públicos.** Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2016.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR. **Código de Convivência Urbana.** Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Minuta atualizada em 2012.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 020/11. **Modificações no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA)**, ampliando o rol de áreas de revitalização e estabelecendo-lhes regime urbanístico.

RELATÓRIOS:

RELATÓRIO DE PESQUISA.**Perfil de trabalhadores por conta própria do comércio de Porto Alegre.** Informações qualitativas e quantitativas. Subsídios para uma política de formalização. DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), 2012.

ANEXOS

ANEXO 1**MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
PRRENCHIDO PELOS ENTREVISTADOS.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____, concordo em participar, como voluntário(a), da pesquisa de doutorado que tem como pesquisador responsável a discente de pós-graduação Rosiéle Melgarejo da Silva, do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que pode ser contatado pelo e-mail rodageo@yahoo.com.br e pelo telefone (51) 92647412.

Declaro que fui informado/a de que a pesquisa trata da análise dos espaços públicos na contemporaneidade e de forma mais específica objetiva compreender a produção do espaço nos largos da cidade de Porto Alegre.

Como participante da pesquisa concordo em ser entrevistado, () permitindo () não permitindo a gravação da entrevista.

() autorizo () não autorizo que meu nome seja divulgação nos resultados da pesquisa, comprometendo-se, o pesquisador responsável, utilizar as informações da entrevista somente para os propósitos da pesquisa em tela.

Assinatura

Porto Alegre, ___ de _____ de 201__.

Anexo 2

Entrevista com o Mágico Tio Tony

Dia: 19/05/15, às 16h

1. Qual é a data dessa fotografia⁹?

Ela aconteceu, mais ou menos no ano de 1968.

2. Levando em consideração o contexto dessa fotografia, como era para o senhor o espaço dos largos e da rua em geral para se apresentar? Como era o trato das pessoas contigo?

Alguns anos atrás, ou muitos anos atrás...Não havia muito esse hábito do artista de rua e da profissão. Normalmente e no meu caso e para os artistas daquela época acontecia que éramos contratados, pela prefeitura ou por alguma empresa que organizava o show ou espetáculo. Sem depender que o público que estivesse assistindo nos pagasse. Hoje já é um hábito totalmente diferente. Tu pode ver que na Rua da Praia tem vários artistas que se apresentam, em frente ao Mercado também e nos sábados e domingos na José Bonifácio, tem aquela tenda que é muito famosa, onde vários artistas e que tem todo o artesanato pra ser vendido, lá na Redenção. Todos os domingos pela manhã tem uma feira, tipo brique, que chamam Brique da Redenção e lá tem muitos, muitos artistas. Eles se apresentam ao ar livre, com teatro...

3. E nesse ano de 1968 e início dos anos 1970 não tinha nenhum outro artista que se apresentava fora do previsto com a prefeitura?

Podia até ter, mas era muito mais raro do que hoje.

4. O senhor aponta alguma diferença entre a apresentação no largo, na praça ou no parque? Na vivência e nas suas impressões?

É, o problema maior é a dificuldade do artista hoje. É muito grande. Entende? Na época tinha menos locais. A política era outra. Entendeu? Antigamente, naquela época não tinha tanta liberdade de expressão pra atuar na rua. Hoje em dia a liberdade tem os prós e os contras. Eu conheço casos de artistas que foram simplesmente roubados. O cara estava ali com o laptop, se apresentando e passou alguém correndo e levou o notebook. Então tem os

⁹ A fotografia que está sendo mostrada é a da Figura nº 20, que mostra o Mágico Tio Tony se apresentando de costas, ainda sem data nas referências do acervo pesquisado.

prós, que é a liberdade maior de expressão, tu pode se expressar mais e ao mesmo tempo todo esse problema de segurança que nós temos hoje em dia.

5. Não tinha distinção então entre ir pro largo, ou pra praça ou pro parque então?

É que não tinha hábito. Então é difícil comparar.

6. As apresentações eram de mágica então, o senhor fazia somente apresentações ligadas a isso? Nunca independente?

Sim, eu fui autônomo também. Já fui contratado pela prefeitura, pelo circo e autônomo também. Eu sempre quis ser autônomo. Esse evento do qual estamos nos referindo foi com um contrato da prefeitura. A prefeitura dava esse incentivo, principalmente ali pela Epatur, pois era área de turismo.

7. O senhor vê alguma diferença no trato do público dessa época da fotografia para o de hoje? Nos hábitos, no comportamento?

Sim, sim. Havia muito mais uma aceitação. A maneira como você se apresenta na rua existe uma diferença: uma coisa é as pessoas irem a determinados lugares, ela vai levar o filho e vai curtir, outra coisa é ter uma apresentação onde não tem muito hábito em Porto Alegre... Hoje as pessoas estão trabalhando, com outros problemas e está ali indo ao banco, ao médico... E então perde um pouco o foco. É mais corrido. E já fica assim algo, como se tivesse impondo. Os artistas precisam dizer: “olha eu estou precisando...” Eu sinto isso. Então, existe uma diferença entre se apresentar na rua da praia, ou no Brique da Redenção, pois no Brique da Redenção é muito mais voltado artisticamente. Esses guetos artísticos são muito mais interessantes. Eu soube, não vi, que um grupo de teatro foi simular um assalto na Rua da Praia, e olha o pânico que deu... Ah! Mas era teatro... Mas as pessoas estão passando e não sabem que é teatro. Com arma de brinquedo e tal... Claro, que tem lugares que tem um acúmulo maior, pois o tráfego de pessoas é maior. Mas precisa ter uma programação. Na praça as pessoas estão fazendo ginástica e estão ali no sábado e domingo pra ver um teatro... Mas na rua da praia é diferente. Apesar que no centro tem alguns lugares, como na frente do Mercado Público, por exemplo, onde está se tornando um hábito para apresentações. Mas isso também depende da ocasião.

8. O senhor quer deixar algum registro sobre suas impressões sobre esse espaço?

Não, só tenho que agradecer. É tempo, eu estou de costas e por isso não dá pra ver... 1970, 1980, 90... se passaram quarenta anos. É tempo. É história. Mas se passaram quarenta

anos dessa fotografia e é sempre bom lembrar desse tempo. A partir de 2005 eu comecei com esse espaço aqui¹⁰.

9. Qual é a diferença de se apresentar aqui em um espaço fechado? Tem saudade da rua?

A rua é mais pesado, mais cansativo. Prefiro aqui no espaço fechado toda a vida... Pois o público que está aqui veio ver. Lá eu conto com o acaso, é totalmente diferente.

¹⁰ O entrevistado está fazendo referência ao espaço onde foi feita a entrevista, que também se tornou seu lugar de trabalho desde 2005. Esse lugar se localiza na Rua Dona Alzira, 420, Bairro Sarandi e se chama "Salão Mágico Tio Tony", onde acontecem festas e apresentações de mágica com reserva prévia. Depois de sair das ruas, no ano de 2005, o Mágico Tio Tony abriu esse centro e continua suas apresentações nesse novo espaço.

Anexo 3**ENTREVISTA COM VERA (MORADORA DE RUA)****Dia: 20/06/15**

1. Você mora aqui no Largo Zumbi dos Palmares ou está de passagem?

Eu moro aqui, mais meu marido e dois amigos com o carrinho de reciclagem, que também serve de morada. Andamos com o carrinho e quando paramos ele serve de abrigo.

2. Tu vê alguma diferença entre o largo, a praça e o parque pra parar, descansar ou passar a noite?

A chuva é a pior coisa em qualquer um desses lugares. Estou cheia de problema. Mas acho que em todos os lugares é a mesma coisa. A gente tem que sair e andar. Mas aqui hoje deu pra dar uma parada.

3. A quanto tempo tu está nessa situação Vera?

Estou assim a mais de dois anos. Me falaram no posto que estou doente. Com chance de ficar parálitica e por isso eu bebo e vou beber até morrer...

4. E quanto a relação com a polícia aqui no largo?

A polícia gosta muito de dar pau nos outros. Só isso.

5. E com outras pessoas que estão aqui de passagem?

Tem gente que enche o saco. Tem uma senhora que mora num prédio aqui do lado que enche o saco. Eu estou cuidando das plantas da pracinha aqui. Mas ela não gosta da gente.

6. Ela enche o saco de que forma?

Ela xinga e diz pra ir embora. Mas daí eu xingo também! Digo vai tomar no cú! Vai tefuder! E assim a gente vai ...sempre batendo boca. Mas nem sempre é assim. Tem gente que ajuda também.

7. Ajudam de que forma?

Eu estou com dor de dente e não estou podendo comer nada. Eu não posso colocar nada de comida na boca. Daí esses dias, a síndica do prédio aqui do lado, foi e fez uma sopinha e deixou aqui pra mim.

8. Tu já passou por outros lugares antes de chegar aqui no Largo Zumbi dos Palmares?

Sim. Passei pelo Harmonia antes de chegar aqui. Passei todo o inverno na Praça dos Bombeiros com o meu marido.

9. E o seu esposo está onde agora?

Saiu pra procurar água. Mas está aqui dormindo comigo.

10. Quanto tempo faz que tu está aqui no largo?

Estou aqui a alguns dias.

11. Como vocês avaliam que está o espaço público para um morador de rua?

Está ficando pior que antes. Está bem mais difícil que antes viver na rua e tirar material.

12. Pra finalizar, o que tu gostaria de dizer sobre esse espaço e sobre a tua relação com ele?

É complicado. Todo mundo acha que morador de rua é ladrão. Eles tem medo da gente. Acha que é tudo ladrão. A gente só quer uma casa pra morar. A gente não é o que eles pensam que a gente é. Queria pedir que não critique. Não judie. Ajude se puder. Os caras judiam... Hoje mesmo um cara puxou uma faca aqui e ameaçou pra sair daqui. Levou algumas coisas que eu tinha. Meus documentos... Teve um cara na Bento que foi espancado. Morador de rua também. E o cara que judiou era filho de advogado. Todo mundo sabe. Uma mulher hoje também aqui passou e me chamou de maloquera. Disse pra eu ir pra voltar pra vila.

ANEXO 4**ENTREVISTA COM MÁRCIO (TCHE DOGÃO)****DATA: 12/09/2015**

1. Faz quanto tempo que tu trabalha com o cachorro quente aqui no Largo Glênio Peres?

Por volta de uns 40 anos que estou trabalhando aqui com o TcheDogão.

2. Em função desse longo tempo de vivência aqui no largo, como tu avalia as mudanças desse espaço nos últimos anos?

Olha, vi muita mudança acontecer aqui nesse espaço. Vi ele se transformar diversas vezes.

3. Já presenciou ou foi envolvido em algum tipo de conflito aqui no largo?

Em função do meu ramo de trabalho... não. Sempre tranquilo. Com seus altos e baixos de venda. Um movimento ruim, as vezes. Mas nada de mais.

4. Nesses quarenta anos, quais foram as mudanças mais marcantes pra ti?

As maiores mudanças foram na cultura do povo. Isso mudou muito nos últimos anos. Antes, o pessoal era mais retraído. O pessoal não tem dado mais bola pra nada. O número de pessoas que vem pra se apresentar e vender qualquer coisa aumentou nos últimos anos. E aumentou a ponto de mudar a mentalidade de quem frequenta o espaço. No sentido de se obrigar a aceitar o pessoal aqui.

5. E quanto aos conflitos com o poder local, fiscalização e policiamento, aumentaram ou diminuíram?

Aumentaram demais. Inclusive pro nosso ramo que é o alimentício. A fiscalização aumentou demais. E isso que a gente sempre está fazendo cursos, se aprimorando e se atualizando nas leis e nas exigências pra gente ver o dog aqui. De tanto em tanto tempo eles vêm, levam um dog pra analisar.

6. Das mudanças que já presenciou aqui, existe alguma mudança que gostaria de ver que ainda não aconteceu?

Eu gostaria de ver o bondinho de volta aqui na frente do Mercado Público. Acho que é uma coisa do passado que eu gostaria que tivesse pelo menos uma referência aqui.

7. Tu aponta alguma diferença entre a vivência no largo com relação a outros espaços públicos como praças e parques?

Sim. Pra mim tem diferença sim. Nas praças e parques que já trabalhei eu achei tudo mais organizado. Aqui é mais solto. Aqui o pessoal está correndo o tempo todo. Lá é mais tranquilo. O pessoal passeando, parando pra conversar. Aqui tem muito assalto também. Eu gostaria que a gente tivesse um pouco mais de tranquilidade aqui. Menos assalto, menos brigas e conflitos. Que o largo fosse um lugar legal também pra passear e parar pra comer um dog. Voltar um pouco do clima que tinha antes. Que era esse que eu estava lembrando agora, com o bondinho... crianças brincando.

ANEXO 5**ENTREVISTA COM ALEXANDRO PINTO (HOMEM DAS FACAS)****DATA: 04/07/2015**

1. Qual é a frequência que tu te apresenta aqui?

Me apresento aqui de segunda a sexta. E fim de semana a gente vende a pomadinha, que é liberado.

2. Possui outra renda, ou a única fonte de renda é as apresentações aqui no Largo Glênio Peres?

A minha única renda é essa aqui das apresentações.

3. Quanto tempo faz que tu te apresenta aqui no largo?

Me apresento aqui faz 17 anos.

4. A entrada dos carros aqui pra estacionar dificultou a tua atividade no largo?

Na realidade não atrapalhou a gente, porque o carro é só sábado. E sábado a gente não faz roda¹¹. Sábado tem camelôs, e a roda atrapalha eles. E no resto dos dias a gente trabalha normal.

5. Tu te apresenta só aqui no Largo Glênio Peres?

Não. A gente já viajou o Brasil todo. É que agora eu resolvi morar aqui. Faz cinco anos que estou direto aqui. Eu conheci esse lugar aqui faz dezessete anos. Eu sempre voltava e ficava aqui um tempo me apresentando. Agora que resolvi voltar pra morar e estou direto a semana aqui. Antes eu ficava um tempo aqui, viajava, voltava. Já viajei bastante pelo Rio Grande do Sul. Já morei em Caxias, Sapucaia, Novo Hamburgo, Viamão. Morei em Rio Grande.

6. O que significa pra ti e pras tuas atividades o Largo Glênio Peres?

¹¹ Roda é o nome dado pelos artistas que se apresentam nos largos para as apresentações feitas. Se dá esse nome em função da proximidade do público formar uma roda em torno dos que estão se apresentando.

Como eu trabalho aqui... Pra mim é tudo. Não tenho nem palavras pra dizer disso aqui. É maravilhoso vir aqui e me apresentar, trabalhar. O povo gaúcho gosta do nosso show. As apresentações sempre ajudou a gente.

7. Já passou alguma situação inesperada nas apresentações ou na venda?

Já passamos sim. Mas nunca com o povo. Nosso problema foi politicamente. O povo apoia a gente. Agora politicamente... Ainda estamos passando. Querem tirar a gente daqui.

8. Quem quer tirar vocês do Largo?

O cara que entrou agora aí na prefeitura, agora aí. Só que não está conseguindo ainda. Falei com um amigo meu que é deputado federal. Só que eles assinaram uma lei pra nós¹². Daí teve momentos que ficou ruim. Depois acalmou. E agora voltou a ficar muito ruim pro nosso lado.

9. Mas o que estão cobrando de vocês?

Eles não cobram nada. Querem simplesmente que a gente desapareça daqui. É um movimento que acontece junto. Vem polícia. Vem Smic. Vem tudo junto.

10. Quanto tempo faz que voltou a ficar ruim?

Faz um mês que a coisa ficou forte de novo pro nosso lado. Antigamente, a uns quatro anos atrás a gente tinha licença. A gente tirava uma licença pra atuar. Era uma licença de trinta dias, que a gente ficava renovando.

11. Tirava onde essa licença?

A gente tirava aqui no Mercado Público. Com um cara que se aposentou já. Um cara tri gente boa que trabalhava aí. Daí cortaram a licença. Por um tempo isso foi até bom. Porque cortaram a caixa de som. E pra nós que não trabalhamos com caixa de som fica melhor. Porque, se não, acabava com a garganta. Um cara colocava uma caixa aqui onde a gente tá, e outra logo ali e aí virou bagunça. Aumentou o conflito. A gente ficava sem voz gritando. Mas no fim queriam tirar até a gente no bolo, que não tinha nada a ver. Porque a gente nunca

¹² O entrevistado está fazendo a referência a Lei Nº 11.213 de fevereiro no ano de 2012. Esse documento disciplina a realização de eventos culturais, econômicos, políticos ou de outra natureza no Largo Jornalista Glênio Peres.

trabalhou com caixa de som. Mas desse tempo não sobrou ninguém. Só eu e meu parceiro desse tempo.

12. Não existe hoje nenhum outro conflito aqui no Largo, com outros que atuam aqui ou com outras pessoas? É só político como relatou?

O povo adora a gente. É político mesmo. O cara que entrou aí, chegou na prefeitura, quando era segunda já estava aqui cobrando da gente.

13. Pra ti existe diferença entre o largo, a praça ou o parque pra se apresentar? Ou todo o espaço público é igual?

O que acontece é que aqui já tem tradição de apresentação. E a gente já construiu uma imagem aqui no largo. Teve uma época que disseram que iam colocar a gente no gasômetro. Mas daí falei com um fiscal. E perguntei o que eles queriam com isso. Porque no Gasômetro só tem maconheiro. Aqui passa família, passa criança. Acho falta de respeito tu fumar no meio do pessoal como fazem lá.

14. E a relação com a polícia? Ou com a fiscalização?

Eles até colocam um carro aqui durante a semana. A polícia toda gosta da gente. Os fiscais também. Como a gente está bastante tempo aqui, em época de política eles falam com a gente e pedem pra gente parar. E a gente sempre para de boa. Por isso a gente tem moral com eles. Se eles chegam dizendo que hoje não dá pra fazer apresentação. A gente aceita de boa. A gente pega nossas coisas e vai embora. A gente não pula a lei, entendeu. A gente não enfrenta eles e fica tranquilo no espaço. O cara do Mercado Público mesmo, era fiscal, se aposentou e voltou trabalhando ali. Daí quando apertou a coisa pra nós aqui, eu fui ali falar com ele no Mercado, e perguntei se era perseguição ou o que que estava rolando. E em seguida a coisa melhorou. Ele tirou pela gente. Pelo tempo de amizade e relação no largo ele nos ajudou ali pelo Mercado Público. Ele ligou no mesmo dia pra Smic e em seguida me disseram que eu com as facas podia ficar, só não podia mais vender.

ANEXO 6**ENTREVISTA COM OSCAR (GAITEIRO)****DATA: 08/08/2015**

1. A sua atividade é somente com a gaita?

Sim, toco a gaita com músicas de minha autoria e alguns tangos.

2. Quanto tempo faz que tu está aqui no Largo Glênio Peres?

Faz uns três anos já.

3. Tu te apresentava em algum outro lugar antes?

Não. Comecei aqui no Largo Glênio Peres mesmo.

4. A tua renda é exclusivamente com as apresentações da gaita?

Não. Eu tenho um trabalho formal, e nas horas vagas eu venho pro largo para ganhar um extra. Aqui eu represento a música. Na minha casa, na Antônio de Carvalho eu deixo de ser o músico.

5. Como é a tua relação com o Largo Glênio Peres?

A minha relação com esse espaço aqui é muito boa. Sempre tenho reconhecimento.

6. Nunca teve algum problema, ou conflito por se apresentar aqui?

Não. A gente está acostumado com o que faz. Quem admira, quem incentiva, a gente retribui e fica muito feliz. E quem critica ou despreza, a gente continua da mesma forma. Tranquilo. Sabe que isso não vai mudar nossa vontade de estar aqui.

7. Aponta alguma diferença do largo para outros espaços públicos, como praças e parques para a apresentação?

Não. Não vejo diferença na apresentação. Mas eu optei por me apresentar no Largo Glênio Peres por já ter outros artistas aqui. Existem outras referências da música que se apresentam aqui faz muito tempo.

8. Como é a tua relação com a fiscalização ou com a polícia?

Eu nunca tive problemas. Quando eu vejo que chegam fiscalização ou polícia eu vou mais ali pra rua da praia e depois volto. Mas comigo nunca rolou nada. Nem licença nunca me cobraram. Eu evito ficar muito ali perto da porta e do entorno do Mercado Público.

9. Algum conflito com outros artistas ou vendedores que ficam no largo?

O problema é quando chegam com caixa amplificadora de som. Pois eu não trabalho com som ampliado. É só a gaita e a voz. Quando chegam esses religiosos mesmo, com caixa e som alto, prejudica a gente.

10. O que significa pra ti o espaço do largo?

Pra mim significa um acréscimo na renda. Não dá pra tirar muito. É mais prazer de vir pra cá nos fins de semana, divulgar o material e conversar com os amigos que fiz aqui.

ANEXO 7

ENTREVISTA COM ABRAÃO (A ESTÁTUA VIVA DA ESQUINA DEMOCRÁTICA/ O ANJO DA ESQUINA DEMOCRÁTICA)

DATA: 26/04/2016

1. A quanto tempo tu te apresenta aqui na Esquina Democrática?

Faz 20 anos, mais ou menos, que eu me apresento aqui nesta esquina.

2. Te apresenta em outros lugares, ou já se apresentou?

Eu me apresento mais aqui nesta esquina. Mas me apresento as vezes na Redenção. Durante janeiro e fevereiro eu vou para a praia.

3. Identifica alguma diferença ao se apresentar aqui no largo Esquina Democrática para o parque Redenção?

Tem diferença sim. Aqui no largo Esquina Democrática é mais o público que vem trabalhar. É um pessoal mais de Porto Alegre mesmo, e da região metropolitana. Não tem tanto turista. É um público que tem o dinheiro contado para a passagem. E isso não quer dizer que colabore mais ou menos, num lugar ou noutro. O humilde colabora, geralmente, mais que os que tem mais grana que ficam na Redenção. As pessoas são diferentes, as que passam aqui na Esquina Democrática, das que ficam na Redenção.

4. Tu observa algum conflito que exista hoje aqui no largo Esquina Democrática, ou já presenciou algo desse tipo no passado?

Não, muito pouco. Algumas pessoas se aproveitam. Não percebem que já existe um combinado nos espaços. Aqui todo mundo tem sua oportunidade. Para trabalhar. Tem que respeitar o lugar do outro. Para ter pra todo mundo. Tu não precisa ficar brigando por lugar aqui. Todo mundo sabe o lugar que pode ficar e nunca vi um grande conflito em função disso.

5. Nesse tempo que está aqui no largo Esquina Democrática, observou alguma mudança nesse espaço?

Sim! Muitas mudanças por aqui. Muitas lojas por aqui vão fechando, outras abrindo. O comportamento das pessoas. Quando eu comecei a trabalhar, em 1998, 1999, não lembro muito bem... eu lembro que tinha muitos jovens cheirando loló¹³. E hoje em dia tu não vê aqui

¹³ “Cheirinho-da-loló ou Loló é o nome popular de um [entorpecente](#) preparado clandestinamente baseado em [clorofórmio](#) e [éter](#). Apesar de não existirem estudos conclusivos sobre dependência, sabe-se que possui

ninguém cheirando o loló. Isso porque foram atrás de coisas muito mais fortes. Como o crack¹⁴, por exemplo. Como tu pode ver... Antigamente, tu veria várias crianças com panos para cheirar o loló. Hoje tu não vê mais essas crianças.

E tem outras mudanças. O centro a uns 15 anos atrás tu não veria violento assim. Hoje tu vê aqui no centro muito roubo e correria porque tu sabe que a segurança está precária.

6. Essa insegurança atinge vocês que estão aqui se apresentando?

Não. Não atinge diretamente. Mas um pouco sim, pois as pessoas ficam com medo. Medo de abrir a carteira. Medo de abrir o celular. Ou uma máquina de fotos para tirar uma fotografia. Então, isso complica sim um pouquinho.

7. O que tu mais gosta aqui no largo Esquina Democrática?

O que eu mais gosto é do amor das pessoas. O que mais me motiva é o amor dos pequenos. Isso me motiva pra vir trabalhar. Mesmo que a pessoa não colabora, ele me vê aqui parado e sempre troca um olhar, uma palavra e isso acontece muito aqui no centro. É muita gente todo o dia. Eu sou uma pessoa pública. Eu não gosto de ser uma pessoa pública. As pessoas acabam se relacionando contigo. Te contam várias coisas. Às vezes contam problemas, tristezas, problemas familiares. Mas tu tem que ouvir. Eu acho interessante porque é o que me deixa mais no espírito desse espaço. Entender que todo o dia eu vou aprender alguma coisa. E eu sei que pode passar cem anos, e uma criança dessas pode lembrar desse momento. Lembrar de um anjo que dava uma lembrancinha. E é isso que eu quero deixar pra essas pessoas e pra esse lugar.

8. Essas colaborações que os espectadores te ofertam gera uma renda ou um complemento de renda pra ti?

O que faço aqui não gera uma boa renda. Eu tenho a minha família que me dá um sustento quando os dias aqui não são rentáveis. Daqui sai o básico para o meu dia a dia. Mas agora mesmo eu quis fazer uma faculdade e foi minha família que me ajudou. E mesmo assim eu gosto daqui. Gosto de estar livre. Não quero pensar só no material. Eu quero o justo e o necessário pra eu sobreviver. Se eu ganho R\$ 30,00 reais eu tenho que passar o dia com esses

diversos efeitos colaterais. No Brasil, foi proibida pelos vários relatos de parada cardíaca pelo uso desta droga, ou seja, o uso excessivo da droga pode causar morte e ela também está conectada a casos de depressão.” (https://pt.wikipedia.org/wiki/Cheirinho_da_lol%C3%B3)

¹⁴ “Crack [crac], também chamado de Pedra, Brita, Kripta, Kriptonita ou Rocha, é cocaína solidificada em cristais. O nome inglês *crack* deriva do seu barulho peculiar ao ser fumado.” (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Crack>)

R\$ 30,00 reais. E se outro dia eu tirar só umas moedas, a minha tarefa é passar o dia com essas moedas. E por isso eu digo pra pessoa que vai colaborar com dinheiro, para colaborar com amor. Porque eu não quero dar um valor de dinheiro pra minha arte. Eu preciso sobreviver. Mas quero que minha arte gere gentileza. A colaboração pro artista de rua é uma gentileza. Não sei se tu me entende... Com a minha humilde arte eu quero que as pessoas sejam generosas e que isso gere mais gentileza no futuro delas. Não interessa o quanto colaborem. Eu quero viver com o necessário e por isso o dinheiro não é o mais importante pra mim.

É claro que essa situação varia. Eu tenho amigos que sustentam a família com o que ganham aqui. Já eu, tiro o suficiente, pro básico pra viver. Eu estou satisfeito com esse rendimento. Eu não posso ir pra rua dizendo: -Vou tirar hoje R\$ 100,00 reais! Pra chegar em casa sem esses R\$ 100,00 reais. Porque assim eu vou estar me transformando numa pessoa frustrada. Eu não quero isso para minha vida. Viver decepcionado. Eu quero ser uma pessoa que se satisfaz com o que ganha no dia. E é assim que eu vivo. É isso que eu quero da minha. Eu quero ser feliz com pouco e em contato com essas pessoas aqui.

ANEXO 8**ENTREVISTA COM HUGO MUNHOZ (VENDEDOR DE DISCOS DA ESQUINA
DEMOCRÁTICA)****DATA: 03/05/2016**

1. Costuma expor tua arte aqui no largo Esquina Democrática?

Não. Sou do Chile. Estou aqui só de passagem. Já morei muitos anos em Porto Alegre. Mas estou dessa vez só de passagem. Esse lugar eu conheço muito bem.

2. Observa alguma diferença em expor num largo, praça ou parque?

Eu gosto mesmo é desse lugar aqui. Desse largo. Minha intensão é expor nesse tipo de espaço. Praça não. Parque tampouco. Já trabalhei muitos anos na Praça da Alfândega Nas praças e parques é só narcotráfico, drogas... Aqui eu trabalho sozinho. Exponho enquanto trabalho aqui. E ninguém me incomoda, graças a Deus. A violência já tomou conta de todo o lugar. Tranquilo mesmo não sobrou nenhum espaço na cidade. Mas em função do movimento intenso, o largo acaba sendo mais seguro que outros espaços.

3. Observa algum conflito por espaço aqui?

Bem pouco. Mas os mais velhos se dão melhor nesse espaço. Já sabemos lidar bem melhor com esse lugar.

4. Observa alguma mudança nesse espaço, enquanto esteve aqui expondo?

Olha, eu sou andarilho. Já fiquei seis meses em Cancún. Três meses nos Estados Unidos. Passei pelo Chile. E agora estou aqui visitando meus filhos e meus netos. E semana que vem já vou estar indo pra estrada novamente. Eu morei muitos anos no Brasil. Mas Brasil pra mim já era. Aqui mudou muito. Era muito diferente. Mas de qualquer forma, pra mim é assim. Hoje estou aqui. Amanhã posso estar muito longe.

5. Existe alguma característica, ou propriedade que chama a sua atenção no largo em especial?

Olha, de todos os espaços que passei, os largos são os melhores. Gosto de estar no centro. Tudo que preciso está perto. Esse é o lugar que escolhi para trabalhar.

6. Esse trabalho gera uma renda ou complementa a sua renda?

Sim. Retiro uma renda muito boa disso daqui. No Chile eu tirava R\$100,00, R\$ 150,00 reais por dia. Isso é o que a gente ganha por dia lá. Mas no Brasil eu não ganho isso não. Eu tiro R\$ 400,00, R\$ 500,00 por mês. Eu não gosto muito de falar do dinheiro que tiro aqui. Mas pra mim é super suficiente.

ANEXO 9**ENTREVISTA COM IGOR (COMERCIANTE DE ROUPAS BOLIVIANAS DA
ESQUINA DEMOCRÁTICA)****DATA: 10/05/2016**

1. Quanto tempo tu comercializa no largo Esquina Democrática?

Faz 25 anos. E sempre no largo Esquina Democrática. A situação no meu país estava muito triste. Era muita pobreza e violência. E como eu tinha uma filha especial. E lá na Bolívia, poucos valorizam pessoas assim. Então, eu fiquei sabendo de um tratamento pra ela aqui. Caí aqui no centro e desde então uso esse espaço pra vender. Continuo todos os meus dias aqui no centro da cidade.

Essa cidade é muito acolhedora. E foi um dos poucos lugares próximos que recebe bem indígenas. E lá tudo estava caro também.

2. Já soube ou presenciou algum conflito no largo Esquina Democrática?

Existem vários conflitos. Algumas pessoas já me disseram que eu estava tirando o dinheiro deles. Por eu ter vindo de outro país. Mas entendo que estamos trabalhando como qualquer outro brasileiro. Estamos ganhando um dinheiro. E tem gente que fica bravo. Que por ser estrangeiro, que eu estou aqui roubando vagas e espaço dos brasileiros. E no fim pagamos imposto indiretamente como qualquer brasileiro. Eu entendo que estou trabalhando normal.

É um racismo mesmo. E isso não vem do pessoal que está aqui trabalhando também. É do público que passa. A gente que comercializa se organiza aqui. Divide o espaço. Só não é bom quando chega artista ou religioso com som sem conversar antes. Mas o racismo que eu sinto aqui é do público que passa e fala, xinga a gente. E como não é pirataria a polícia também não diz nada pra gente.

Por ser só a gente que vende esse material boliviano. Não participamos de conflitos. Não temos concorrência.

3. Aponta alguma característica no largo que diferencia de outros espaços públicos como parques e praças?

Sim. Vendo mais nos largos. E aqui em especial pelo movimento. Os trabalhadores compram mais que pessoas no seu momento de passeio. O movimento pra nós é bom aqui. Nós dependemos do movimento.

4. A tua venda aqui gera uma renda pra ti ou um complemento de renda?

Agora com esse momento crítico de governo. Nessa crise. Dá para se sustentar com o dinheiro que tiro aqui. O que estou tirando hoje dá pra sustentar a casa com minha família e pagar minha casa. Mas antes eu tirava mais. Sobrava. Mas continuo tendo uma vida normal, sem faltar alimento. Mas as pessoas deixaram nesse momento de gastar. Todo mundo está economizando e isso nos afeta.

5. Existem outros bolivianos vivendo na cidade de Porto Alegre vivendo em espaços públicos como esse?

Sim. Temos uma rede de contato. Nosso maior problema ultimamente tem sido a violência. Não vou te dizer que 100% disso sejam em função da nossa condição indígena. Mas acredito que maior parte disso é motivada por racismo.